



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS

Yasminn de Carvalho Filiú Braga

**Ação de Proteção comparada do Estado Brasileiro para o agronegócio entre o
início do século XX e o período recente**

Brasília/DF
Junho/2016

YASMINN DE CARVALHO FILIÚ BRAGA

**AÇÃO DE PROTEÇÃO COMPARADA DO ESTADO BRASILEIRO PARA O
AGRONEGÓCIO ENTRE O INÍCIO DO SÉCULO XX E O PERÍODO RECENTE**

Monografia apresentada ao curso de Gestão de Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Agronegócios.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Vinícius Brisola

Brasília/DF

Junho/2016

Ficha Catalográfica

Braga, Yasminn de Carvalho Filiú.

Ação de proteção comparada do Estado Brasileiro para o agronegócio entre o início do século XX e o período recente / Yasminn de Carvalho Filiú Braga. – Brasília – DF: [s.n.], 2016.
136 f.: il.

Monografia (Bacharelado em Gestão de Agronegócios) – Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2016.

Inclui Bibliografia.

Orientação: Prof. Dr. Marlon Vinícius Brisola.

1. História Econômica 2. *Commodities* Agrícolas 3. Proteção Estatal. I. Brisola, Marlon Vinícius, orientador. II. Título.

**AÇÃO DE PROTEÇÃO COMPARADA DO ESTADO BRASILEIRO PARA O
AGRONEGÓCIO ENTRE O INÍCIO DO SÉCULO XX E O PERÍODO RECENTE**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso da aluna Yasminn de Carvalho Filiú Braga

Prof. Dr. Marlon Vinícius Brisola
Universidade de Brasília / FAV /UnB
(Orientador)

Prof. Dr. José Marcio de Carvalho
Universidade de Brasília / FACE /UnB
(Examinador)

Profa. Ms. Julhana Dias Fachinetto
Faculdade Central de Cristalina / FACEC
(Examinadora)

Brasília/DF

Junho/2016

Dedico a todos aqueles que se empenham em disseminar o conhecimento e aos autores das obras utilizadas nesta pesquisa que estimularam minha aspiração pelo estudo da história econômica brasileira.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por permitir-me a graça de viver, além de proporcionar-me saúde, condições necessárias para que eu lute pelos meus ideais. A toda minha família, principalmente aos que me guiam, minha bisavó Epifânia, minha avó Braulina, meus irmãos Luma, Tarek e Lucas que são parte de mim, do que sou hoje, e sobretudo aos meus pais, Vinícius e Daniella, que são a razão da minha luta e do caminho que pretendo seguir. Sou grata em especial ao meu Orientador Professor Doutor Marlon Vinícius Brisola, que apostou e acreditou na minha pessoa antes mesmo d'eu reconhecer que seria capaz da realização desta, além de sua paciência, incentivo e interesse em minha pesquisa. À Professora Doutora Magali Costa Guimarães que é uma competentíssima profissional e que foi peça fundamental para esse estudo, principalmente na concretização da primeira fase. A todos os outros professores que proporcionaram a ampliação dos meus conhecimentos durante minha trajetória acadêmica e aqueles que contribuíram direta e indiretamente. Aos profissionais dos Órgãos institucionais, dos lugares em que trabalhei, no qual disponibilizaram materiais didáticos e até mesmo dispêndio de tempo para comigo. Minha gratidão se expande as ideologias adquiridas, as escolhas tomadas, a mulher que me tornei, aos lugares e pessoas que conheci e principalmente aos laços de amizade que trouxeram e trazem mais alegria à minha vida. A todos, muito obrigada.

“Todo monopólio carrega dentro de si a semente de sua própria destruição.”

(Karl Marx)

RESUMO

Os resultados da balança comercial brasileira do novo milênio demonstram que o pilar de sustento está no agronegócio, em alusão a isso, constata-se que no início do século passado uma *commodity* agrícola também amparava as contas do país. Sobre esse fator e por compreender que o Brasil foi formado economicamente por meio de atividades agroexportadoras, o intuito desta pesquisa é realizar um estudo comparativo entre duas épocas distintas, com ênfase no poder de proteção estatal que possa influenciar a prosperidade do agronegócio. O primeiro período compreendido foi o auge da produção e comercialização cafeeira que abrangeu a época de 1870 a 1930, basicamente no período da República Velha. Nesse momento, o Brasil monopolizava o mercado externo de café, e viu-se que o Estado interviu inúmeras vezes para que tal setor continuasse a progredir. Com essa referência, a ideia central foi de identificar nos dias de hoje “o novo café” e se há ações governamentais que permaneceram defendendo a produção. Presentemente, desde 1995, as principais *commodities* produzidas no país são as conjunturas de Soja e Carnes, e por isso foram envolvidas na análise. À luz do exposto, o estudo focou em fazer uma análise histórica comparativa sobre esses dois episódios. Para isto, foi preciso ponderar distintamente os dois Casos, o primeiro através de uma pesquisa bibliográfica e o segundo por meio de uma pesquisa documental. Já para a análise comparativa dos resultados, utilizou-se a técnica QCA fuzzy. Serviram de subsídios teóricos os estudos de Celso Furtado “Formação econômica do Brasil”, Caio Prado Júnior “História econômica do Brasil” e Raymundo Faoro “Os donos do poder”, além de documentos oriundos de publicações dos Órgãos Governamentais. Por fim, há as conclusões comparadas sobre os dois períodos, com uma discussão em torno do crescimento na produção e comercialização das *commodities* e se esse crescimento foi consequência majoritária de proteção do Estado.

Palavras-chave: História Econômica, *Commodities* Agrícolas, Proteção Estatal.

ABSTRACT

The results of the trade balance of the new millennium show that its mainstay is agribusiness. In this respect, evidence proves that, at the beginning of the last century, an agricultural commodity also bore the country's accounts. Considering this factor and in order to realize that the country's economy was formed by agro-export activities, the goal of this research is to establish a comparative study between two different periods, with emphasis on the power of state protection that could influence the prosperity of agribusiness. The first period comprehends the peak of the production and the trade of coffee, from 1870 to 1930, mainly in the period of the "Old Republic". At that moment, Brazil monopolized the international market of coffee, while the state intervened several times to sustain its progress. Considering this reference, the central idea was to identify, nowadays, "the new coffee", while verifying if there are government actions that remain defending production. Since 1995, the main commodities produced in the country are soybean and meat; hence, they were used in the analysis. In the light of this, the study focused on a comparative historical analysis. For this, it was necessary to distinguish the two cases' analysis, the first through a literature research, whereas the second through a documentary research. Conversely, for the comparative analysis of the results, we used the fuzzy QCA technique. The theoretical support was the studies of Celso Furtado "The Economic Growth of Brazil", Caio Prado Junior "Economic History of Brazil" and Raymundo Faoro "The Power Owners" as well as documents from publications of government agencies. Finally, there is a conclusion comparing these two periods, along with a discussion about the growth of the production and the trade of commodities and, also, about if this growth was mainly caused by state protection.

Keywords: *Economic History, Agricultural Commodities, State Protection.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução das Exportações Agrícolas 2004-2013:	39
Figura 2 – Mensuração de Valor Exportado por Setores Agrícolas:.....	44
Figura 3 – Variáveis da Pesquisa:	54
Figura 4 – Evolução dos Preços Agrícolas no Brasil e no resto do Mundo:	82
Figura 5 – Recursos Programados VS Recursos Aplicados no Financiamento Rural:	110
Figura 6 – Evolução dos Recursos do Crédito Rural de 2003 a 2014:	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Casos da Pesquisa:.....	50
Quadro 2 – Publicações Utilizadas para Análise do Êxito Cafeeiro:.....	51
Quadro 3 – Publicações Utilizadas para Análise dos Complexos de Soja e Carnes nos últimos 20 anos:	52
Quadro 4 – Valores de Associação QCA <i>Fuzzy</i> :	55
Quadro 5 – Período com Incidência de Socialização das Perdas:	64
Quadro 6 – Manifestação do Caso 1:	77
Quadro 7 – Manifestação do Caso 2:	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor de Exportação Brasileira por Setores jan/out 2015:.....	40
Tabela 2 – Valor de Exportação brasileira por Setores jan/out 2015 (continuação):	41
Tabela 3 – Valor da Importação Brasileira por Setores – jan/out 2015:.....	42
Tabela 4 – Exportações Brasileiras por Setores Agrícolas:	43
Tabela 5 – Seguro Rural – 2007 e 2008:.....	95
Tabela 6 – Plano Agrícola e Pecuário – Valores Programados de 2007 à 2015: ..	109
Tabela 7 – Panorama Geral de Aplicação de Recursos para Investimento no Crédito Rural 1998/2013:.....	112
Tabela 8 – Comparação de Resultados por Grau de Cobertura Proporcional (GCP) e Valor da Variável Y:.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN.....	Banco Central
BB.....	Banco do Brasil
BNDES.....	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BNT.....	Barreiras Não Tarifárias
CDA.....	Certificado de Depósito Agropecuário
CDCA.....	Certificados de Direito Creditórios do Agronegócio
CPR.....	Cédula do Produtor Rural
CRA.....	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
DR.....	Duplicata Rural
EMBRAPA.....	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GCP.....	Grau de Cobertura Proporcional
IDH.....	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA.....	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPEA.....	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LCA.....	Letras de Crédito do Agronegócio
MAPA.....	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA.....	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC.....	Ministério da Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL.....	Mercado Comum do Sul
MRE.....	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA.....	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NPR.....	Nota Promissória Rural
PAP.....	Plano Agrícola e Agropecuário
PIB.....	Produto Interno Bruto
QCA.....	Qualitative Comparative Analysis
WA.....	Warrent Agropecuário
WTO.....	World Trade Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos Geral e Específicos.....	20
1.2	Justificativa.....	20
1.3	Estrutura e Organização do Trabalho.....	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	O Estado, seu Papel e Proteção	22
2.1.1	<i>Instrumentos de Proteção.....</i>	27
2.2	Crescimento e Desenvolvimento	30
2.2.1	<i>Instrumentos Econômicos</i>	33
2.3	O Agronegócio	35
2.3.1	<i>Trajatória do Agronegócio Brasileiro</i>	37
2.3.2	<i>O Agronegócio na balança comercial brasileira</i>	38
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	46
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa	46
3.2	Descrição do contexto	47
3.3	Proposição de Pesquisa	48
3.4	Instrumentos e Procedimentos para Coleta e Análise de Dados	49
3.4.1	<i>Construção das variáveis do estudo e método QCA Fuzzy</i>	53
4.	ANÁLISE HISTÓRICO COMPARATIVA DOS CASOS	57
4.1	CASO 1 - Êxito do Ciclo Cafeeiro (1870-1930).....	57
4.1.2	<i>Análise das variáveis no contexto de êxito do ciclo cafeeiro</i>	58
4.1.3	<i>Linha do Tempo Caso 1 - Variáveis Independentes.....</i>	79
4.2	CASO 2 - Complexos de Soja e Carnes	80
4.2.1	<i>Análise das variáveis no contexto da economia dos complexos de Soja e Carnes nos últimos 20 anos</i>	83
4.2.2	<i>Linha do Tempo Caso 2 - Variáveis Independentes.....</i>	116
4.3	ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS	117
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	129

1 INTRODUÇÃO

O estudo da história do Brasil, numa visão econômica, começou a se tornar um campo de investigação mais visado após os escritos de Celso Monteiro Furtado. Em um dos seus livros, *Formação Econômica do Brasil*, ele descreve como foi o processo de “desenvolvimento” brasileiro e explica a construção da identidade do Brasil como nação. Segundo o autor para um país se tornar desenvolvido ele precisa ser autossustentado, e durante todo o livro explica o porquê do Brasil ter se retardado quanto ao desenvolvimento econômico (VERSIANI, 1988). Para isso, ele analisa os grandes ciclos de produção agrícola (açúcar, ouro, café), abordando suas vertentes, explicando como era a mecânica de cada ciclo, sua importância quanto ao fluxo de renda, fatores que levaram a decadência dos ciclos, além de analisar a forma de ação da Coroa portuguesa e posteriormente da República quanto ao apoio direcionado ao setor agropecuário consequentemente de grandes produtores - desde o período de colônia até meados de 1940. Vale ressaltar que o ciclo cafeeiro, em especial, era diferenciado diante dos outros ciclos, pois o mesmo teve variáveis favoráveis ao desenvolvimento, e uma delas era o amparo do governo para a produção e comercialização do café (FURTADO, 2005).

Utilizando-se do exemplo da produção cafeeira, pode-se inferir que o Brasil teve sua formação econômica a partir da produção de monoculturas que se destinavam a exportação, no qual formaram a base econômica do país até o início do século XX. Como tal propósito era de grande interesse para o governo, devido estas culturas serem sua principal fonte de renda, o mesmo não deixou de dar assistência para que esses setores pudessem ganhar força, crescer, e expandir a produção, gerando assim resultados positivos para a balança comercial.

No tocante a atualidade, Furtuoso e Guilhoto (2003) afirmam que no início de 2000 o agronegócio representava cerca de 27% do PIB brasileiro, sendo 20% só do complexo da agricultura e 8% do complexo da pecuária. Desta forma, é possível notar que o Brasil sempre foi um país de característica agroexportadora e atualmente o setor do agronegócio continua muito expressivo e importante para a economia nacional.

No que tange ao setor da agricultura, um dos fatores preponderantes que gerou um renovo econômico foi o crescimento e desenvolvimento do complexo de

soja no Brasil. Segundo a EMBRAPA (1987, p.7), este campo surgiu em torno de 1970 no Brasil e se tornou um dos principais produtos de base para o país:

[...] **A incorporação da soja** na agricultura brasileira ocasionou uma **verdadeira revolução no setor**. De uma cultura inicialmente incipiente, tornou-se, em um curto período de tempo, **um dos principais produtos da exploração agrícola e da economia nacional**. (grifo nosso)

Visto que o setor da agropecuária de produtos para a exportação foi grande gerador de inovação e de resultados positivos para a balança comercial do País, é válido que seja estudada a sua importância econômica, bem como sua história e evolução, além de examinar os métodos protecionistas estatais para fomentar a produção e a comercialização. Além do Complexo Soja, a pecuária bovina começou a ter maior destaque no PIB na última década do século passado, devido ao crescimento da exportação do complexo carnes (principalmente bovina, suína e de aves). Pode-se notar tal situação conforme as argumentações de Gasques *et al.*, (2004, p. 10), que afirmam que “novos produtos vêm ocupando papel de destaque, como as exportações de carne bovina e suína”. Gasques *et al.* (2004, p. 12) evidenciaram o crescimento e a importância do setor na balança comercial com “significativa melhoria do indicador de posição no mercado mundial para as carnes (bovina, suína e de frango), cuja posição tem continuamente melhorado. Entre 1999 e 2002, esse indicador passou de 4,75% para 8,15%”.

Diante de tais fatos, nota-se o valor e relevância que esses setores passaram a ter no findar do século passado e início deste para as exportações brasileiras. Algo que seria interessante analisar, com a ampliação dessas *commodities*, na pauta de exportação, é a forma como foram realizadas a assistência governamental e a importância desta para o crescimento dos mesmos.

Sendo assim, é possível inferir que a atuação do governo no caminhar da agricultura foi e é essencial, ou fundamental, para o maior destaque destes produtos na balança comercial do país.

Sabe-se que de negociações do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) na Rodada do Uruguai entre 1986 a 1994, resultou na criação da Organização mundial do Comércio – World Trade Organization (WTO) e determinadas outras normas, condutas, e regras, que cabem a medidas de proteção a saúde, meio ambiente, técnico e de padronização (WTO, 2016). Nesse sentido,

alguns acordos foram criados para determinar sobre a forma de proteção adequada do Estado e de que forma é visto o protecionismo.

Foram os casos dos novos Acordos que incluíam o de Barreiras técnicas ao Comércio (Agreement on Technical Barriers to Trade - TBT) e o acordo que trata das Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures - SPS). O intento de tais é de impedir que instrumentos de proteção sejam utilizados de forma distorcida visando prejudicar o comércio internacional e beneficiar interesses internos. O TBT visa facilitar a interação de comercialização entre países, criando condições para eliminar as barreiras técnicas desnecessárias ao comércio, já o SPS determina que cada membro da OMC deve notificar sobre a adoção de medidas sanitárias e fitossanitárias que possam impactar o comércio mundial e se essas medidas se enquadram no acordo (MIRANDA et al, 2004).

Segundo a WTO (2016) o acordo SPS tem a finalidade de proteger a saúde humana de produtos que possam fazer mal a saúde, bem como colocar riscos a produção de alimentos. Assim a proteção se dá através de restrições comerciais a fim de assegurar a segurança alimentar, animal, vegetal e a saúde. Porém tais ações podem ser utilizadas de forma protecionista visando beneficiar os produtores nacionais de concorrência econômica. Segundo a própria entidade:

Sanitary and phytosanitary measures, by their very nature, may result in restrictions on trade. All governments accept the fact that some trade restrictions may be necessary to ensure food safety and animal and plant health protection. However, governments are sometimes pressured to go beyond what is needed for health protection and to use sanitary and phytosanitary restrictions to shield domestic producers from economic competition. Such pressure is likely to increase as other trade barriers are reduced as a result of the Uruguay Round agreements. A sanitary or phytosanitary restriction which is not actually required for health reasons can be a very effective protectionist device, and because of its technical complexity, a particularly deceptive and difficult barrier to challenge. The Agreement on Sanitary and Phytosanitary Measures (SPS) builds on previous GATT rules to restrict the use of unjustified sanitary and phytosanitary measures for the purpose of trade protection. The basic aim of the SPS Agreement is to maintain the sovereign right of any government to provide the level of health protection it deems appropriate, but to ensure that these sovereign rights are not misused for protectionist purposes and do not result in unnecessary barriers to international trade. (WTO, 2016)

Conforme Miranda et al (2004 p.31) “A **proteção** está associada aos **objetivos do Acordo SPS** e o **protecionismo** ao uso **de medidas SPS visando**

restringir a participação de parceiros comerciais nas transações externas”. (grifo nosso)

Dessa forma, a proteção estatal nas transações com outros países através das medidas SPS e TBT tem o intuito de proteger o país evitando que sejam comercializados produtos que possam trazer riscos a saúde, ou que não seja de boa qualidade, riscos microbiológicos e entre outros. Já o protecionismo destaca o uso dessas medidas distorcidamente visando beneficiar a produção nacional impedindo a comercialização de produtos internacionais, assim sendo mascaradas quando utilizados o SPS e TBT de forma errônea.

Segundo o MRE, através de uma carta DA Missão do Brasil em Genebra, sobre a WTO e a Rodada de Doha (2009, p. 12)

“A definição de protecionismo inclui qualquer tipo de intervenção governamental que afete artificialmente o mercado em favor de empresas domésticas... os subsídios tendem a ser a alternativa preferida: subvenções, empréstimos, injeções de capital, pagamentos diretos, etc. A aplicação dessas medidas protecionistas é ao mesmo tempo ampla e voltada para setores específicos. Alguns são beneficiários tradicionais, como o setor agrícola. Outros têm recebido apoio, mas não com o alcance atual - o setor financeiro e automotivo são exemplos que se inserem nesta última categoria. O Brasil reiterou que estes pacotes dos PDs impõem maior pressão sobre os delicados equilíbrios econômicos, sobretudo durante período de crise, e tendem a introduzir ou aprofundar as assimetrias no comércio internacional.”

Estendendo assim, que existem formas de proteger e de agir com o protecionismo. Como mencionado as formas de proteção estão de acordo com os objetivos dos dois acordos que são diferentes, porém se complementam, esses objetivos de forma resumida destacam:

The scope of the two agreements is different. The SPS Agreement covers all measures whose purpose is to protect: human or animal health from food-borne risks; human health from animal- or plant-carried diseases; animals and plants from pests or diseases; whether or not these are technical requirements. **The TBT (Technical Barriers to Trade) Agreement covers all technical regulations,** voluntary standards and the procedures **to ensure that these are met,** except when these are sanitary or phytosanitary measures as defined by the SPS Agreement. It is thus the type of measure which determines whether it is covered by the TBT Agreement, but the purpose of the measure which is relevant in determining whether a measure is subject to the SPS Agreement. **TBT measures could cover any subject,** from car safety to energy-saving devices, to the shape of food cartons. To give some examples pertaining **to human health,** TBT measures could include pharmaceutical restrictions, or the labelling of cigarettes. Most measures related to human disease control are under the TBT Agreement, unless they concern diseases which are carried by plants

or animals (such as rabies). In terms of food, labelling requirements, nutrition claims and concerns, quality and packaging regulations are generally not considered to be sanitary or phytosanitary measures and hence are normally subject to the TBT Agreement. On the other hand, by definition, **regulations which address microbiological contamination of food**, or set allowable levels of pesticide or veterinary drug residues, or identify permitted food additives, fall under the SPS Agreement. Some packaging and labelling requirements, if directly related to the safety of the food, are also subject to the SPS Agreement. (WTO, 2016, grifo nosso)

Destacando assim requisitos que tratam da qualidade dos produtos, origem, medidas de sanidade e entre outros. Dessa forma, conforme os pressupostos da WTO, o termo utilizado na pesquisa envolve a proteção do Estado ao invés de protecionismo, pois muitas vezes as ações de proteger foram utilizadas para beneficiar a economia como um todo, mesmo que essa acaba beneficiando mais um setor em específico, porém traz favorecimento ao crescimento e desenvolvimento da economia do país.

Diante disto, surgem algumas indagações: o que levou e leva o Governo a proteger a produção e a comercialização de produtos agroindustriais e seus derivados? Como o governo executa tal proteção? Por que permaneceu e permanece a assistência a esses setores, mesmo quando eles não eram e são primordiais como geradores de renda, em comparação com a industrialização? Qual a diferença e a correlação entre a atuação protecionista governamental na época da produção/exportação cafeeira do findar do século XIX e início do século XX e a produção/exportação de produtos dos complexos soja e carnes a partir de meados dos anos 1990 (exemplos de alavancagem do setor do agronegócio nos dois períodos)?

Tais questões demandam respostas que buscam o entendimento sobre a perpetuação das políticas econômicas que envolvem o agronegócio nacional.

A luz do exposto, a questão-problema do estudo é limitada frente a todos os questionamentos acima, mas fica assim estabelecida: *Como se deu a proteção do Estado Brasileiro sobre o agronegócio nos últimos vinte anos vis a vis o ocorrido com o setor cafeeiro no final do século XIX?*

1.1 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Em função do tema e problema de pesquisa, o objetivo geral do estudo gira em torno de comparar as formas de proteção estatal sobre as grandes *commodities* agrícolas atuais (soja e carnes) com as formas politicamente adotadas no ciclo cafeeiro do início do século XX. No tocante aos objetivos específicos, a pesquisa buscou:

1. Identificar quais foram os fatores que levaram ao crescimento do ciclo cafeeiro entre 1870 e 1930;
2. Descrever quais os fatores que levaram ao crescimento dos Complexos Soja e Carnes na economia nacional, entre 1995 e 2015;
3. Comparar elementos que determinam a proteção estatal nos períodos correspondentes do ciclo cafeeiro e dos Complexos Soja e Carnes.

1.2 Justificativa

A justificativa para tal estudo corresponde uma junção de três aspectos: o pessoal, o acadêmico e o social. No que tange ao aspecto pessoal, se deu ao fato do interesse na área das relações internacionais, pois a pesquisadora já cursou esse curso por um (1) ano e desde lá sempre teve um deslumbre pela área de história econômica e política brasileira. Pelo âmbito acadêmico, justifica-se contribuir na área de estudos do agronegócio com uma pesquisa na ótica da histórica econômica – fato pouco comum. Além disso, poder ampliar o grau de conhecimento sobre as estratégias público-privadas que conduzem a economia nacional.

No âmbito social, contribuir com essa nova pesquisa implica em acreditar que possivelmente ela possa auxiliar, de algum modo, a reconduzir o futuro, visto que, se algumas medidas tomadas no passado se assemelham com as do presente, obtendo vantagens ou desvantagens econômicas e sociais, em certos aspectos, elas podem ser revistas ou aprimoradas.

1.3 Estrutura e Organização do trabalho

O trabalho está estruturado de forma a deixá-lo mais claro e de fácil compreensão: a primeira parte é chamada de Referencial Teórico e tem como objetivo explicar todos os conceitos e amparos bibliográficos que envolvem a pesquisa; a segunda parte, denominada como Método e Técnicas de Pesquisa, destaca como foi desenvolvido o projeto em termos de busca e coleta de dados, e a parte final do estudo se designa por definir a análise comparada e suas conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção foi realizada uma revisão da literatura com o intuito de encontrar os conceitos que envolvem a temática. Na primeira parte são dispostos o conceito de Estado, seu papel e a definição de proteção. Na seção posterior são apresentados abordagens e considerações de cunho histórico-econômico, e, por fim, uma discussão sobre agronegócios, especialmente nos complexos utilizados como objeto de análise.

2.1. O Estado, seu Papel e Proteção

O Estado, tal como se conhece no século XXI, com todas as suas peculiaridades predominantes, incluindo direitos, deveres, papel, função, etc., não se consolidou com todas elas de uma só vez. Foram etapas, processos que levaram séculos para se consolidar e tornar o que chamamos hoje de ‘Estado’. Tendo em vista que existem diferenças entre o Estado primitivo e a formação do Estado atual, faça-se necessário a definição da construção do mesmo.

Em um período remoto, antes da constituição de sociedade, os indivíduos viviam livremente, onde todos tinham os mesmos direitos e deveres e não existia uma entidade que pudesse assumir um papel de superioridade a todos, e que pudesse organizar e regular os interesses da população democraticamente. Mediante tal fato, pode-se inferir que o Estado surgiu pela necessidade de existência de uma instituição que pudesse assumir o papel de reguladora frente a uma pré-sociedade.

Pode-se perceber o supracitado pelo escrito de Vichinkeski (2014, p. 803) [na visão hobbesiana] onde está colocado que a “[...] insegurança persistente e iminente da guerra física são duas das principais razões que levaram os homens para constituir o Estado [...]”. Tal entidade teria como “[...] funções clássicas, proteção, ordem interna, bem estar social [...]” (EVANS, 2004, p. 29).

Desta forma, segundo Weber, os Estados são (1985, p.7 apud EVANS, 2004, p.29) “[...] associações compulsórias que reivindicam controle sobre os territórios e

sobre as pessoas que neles vivem [...]”. Ou seja, além de proporcionar proteção e organização para os indivíduos, o Estado deveria também promover o bem estar social e principalmente o crescimento da sociedade. Complementa Guimaraes (2008, p.150), ao argumentar que o Estado é “essencial para a convivência pacífica dos diversos grupos de indivíduos que habitam um determinado território e para proteção de seus interesses em confronto com outras comunidades organizadas sob a forma de Estado”.

Para Evans (2004), o Estado é um “[...] agente dos interesses universais da sociedade [...]”. Pode-se destacar que o Estado é uma entidade que aglomera poderes, direitos de cada indivíduo e os transforma em ações que possam gerar bem a ele e àquela sociedade. Fazendo um papel de organizador e controlador, para que o bem-estar possa fluir democraticamente. Diante disto, Vichinkeski (2014) afirma que a necessidade de estabelecimento de um Estado soberano com poderes indivisíveis, inalienáveis e ilimitadas foi à força motriz do contratualismo da política moderna. De forma mais clara, quanto às obrigações estatais, Brisola (2013, p. 32) destaca que um Estado:

[...] deve ter a capacidade de entender a estrutura societal e desenvolver políticas que sejam institucionalmente adequadas aos interesses e comportamentos dessa sociedade – expressando adequada coordenação, flexibilidade política, capacidade inovativa, qualidade ao satisfazer as demandas, sustentabilidade em suas ações, além do eficiente controle da coisa pública.

Diante das exclamações dos autores, é possível perceber que o Estado foi instituído para exercer um papel de administrador, promotor do desenvolvimento social, econômico, além apresentar característica de tutor sobre a sociedade. Guimaraes (2008, p. 150) afirma que “uma função essencial e preliminar do Estado é a organização de sua proteção em relação às pretensões territoriais de outros Estados e assim garantir a sua soberania sobre o seu território e a população que nele habita. ”

Ademais, conforme Evans (1993), o Estado pode assumir uma entre três características: como Estado Predatório, como Intermediário e como Desenvolvimentista. Os Estados desenvolvimentistas, segundo Evans (1993 p. 8), são capazes de aumentar a capacidade de produtividade e ao mesmo tempo de

gerar ganhos para a coletividade, visando o bem econômico e social. Um dos principais predicados deste Estado destacados pelo autor é de “[...] fomentar perspectivas empresariais de longo prazo entre elites privadas, mediante o aumento de incentivos ao engajamento em investimentos transformadores e a redução dos riscos envolvidos [...]”, resumindo que o Estado Desenvolvimentista assume o papel de gestor.

Outro atributo deste arquétipo estatal referente à autonomia é que o mesmo “provoca uma coesão com a sociedade civil, por meio de uma convicção ideológica consistente”, ou seja, o mesmo é capaz de ser diplomático quanto às corporações estatais e privadas, de uni-las a um só propósito (BRISOLA 2013 p.35). Um exemplo de Estado Desenvolvimentista descrito por Evans (1993) foi o caso da Coreia, que se tornou cada vez mais dependente do envolvimento ativo do Estado. Onde a industrialização ocorreu de forma acelerada e o governo foi preponderante para tal sucesso. Segundo o autor, o Estado “[...] drenou capital para investimentos de risco, ampliou a capacidade de empresas privadas enfrentarem mercados internacionais e assumiu funções empresariais através de empresas de propriedade estatal.” (p. 16). Tal configuração resume em um Estado Desenvolvimentista, conforme Brisola (2013, p.35), como um Estado que promove o desenvolvimento e que além de seus interesses políticos e econômicos, propõe uma “interação positiva com a sociedade, buscando uma coerência burocrática que permita um avanço industrial compatível com o bem estar social e econômico”.

Os Estados Desenvolvimentistas, segundo Evans (1993, p.20), centralizam as características de governo e de seus papéis fundamentais:

As características estruturais salientes do Estado desenvolvimentista devem agora ser esclarecidas. A coerência corporativa confere a eles **a capacidade de resistir a incursões promovidas pela "mão invisível" da maximização individual por burocratas**; internamente, predominam **características weberianas. Altamente seletivos, o recrutamento meritocrático** e as recompensas de carreiras de longo prazo criam compromisso e um senso de coerência corporativa. Os Estados desenvolvimentistas **têm se beneficiado de extraordinárias capacidades administrativas**, mas também **restringem suas intervenções às necessidades estratégicas de um projeto transformador**, utilizando **seu poder para seletivamente impor forças de mercado**. O nítido contraste entre o caráter pré-burocrático, patrimonialista do Estado predatório e o caráter mais estreitamente weberiano dos Estados desenvolvimentistas deveria provocar dúvidas naqueles que atribuem a ineficácia dos Estados do Terceiro Mundo à sua natureza burocrática. A falta de burocracia pode estar mais próxima do diagnóstico correto. (grifo nosso)

O contrário de um Estado que promove o desenvolvimento interno é aquele que torna o país cada vez mais distante de alcançá-lo, como é o caso citado por Evans (1993), do Zaire, onde as prioridades da governança eram a de cada vez mais produzir renda e bens materiais, sem ao menos, aplicá-las e investi-las. Segundo o autor, a classe política neste modelo de governança acumulou fortunas pessoais provenientes das receitas geradas da exportação de minério daquele país, transformando a sociedade em sua presa, tais comportamentos são assim chamados por Peter Evans de Estado Predatório. Nessa situação pode-se visualizar que foi deturpada a perspectiva sobre a autonomia do Estado de formular estratégias coerentes de ajustes e de crescimento, convertendo-a com o intuito de trazer benefícios individuais e não coletivos.

No que concerne ao Estado Intermediário, um dos exemplos utilizados pelo autor foi o caso do Brasil. Evans (1993) analisou que, o intervencionismo desde sempre foi crucial para a evolução do Brasil como país, voltado ao desenvolvimento econômico, porém o que movia a eficiência estatal era sua relação de dependência com os latifundiários do setor agrário, no qual mesmo com a ascensão da indústria a “herança persistente do poder rural continua a moldar o caráter do Estado”. Segundo o autor “em lugar de ser capaz de se concentrar em seu relacionamento com o capital industrial, o Estado teve sempre de se confrontar simultaneamente com os produtores tradicionais ameaçadas pela transformação conflitiva das relações de classe rurais” (p. 24), ou seja, mesmo com a implantação da indústria no país em meados do século passado e com a enorme geração de renda dela provenientes, o Estado continuou atender e a promover o setor rural, porém houve “problemas gerados por divisões entre as elites econômicas dominantes e que foram agravados pela natureza das estruturas do Estado” (p. 25).

Para Brisola (2013), os Estados que na economia são intimamente dependentes da comercialização agrícola devem apresentar proteção civil, pois essa característica de depender quase sempre de *commodities* os tornam dependentes de um mercado instável, devendo apresentar meios que o possam precavê-lo de possíveis prejuízos.

No que tange a papel estatal, Evans (2004) considera que atualmente o papel mais esperado do Estado é que o mesmo possa subsidiar a transformação econômica, ou seja, ocasionar meios para que o país possa crescer se desenvolver

bem como trazer benefícios para a sociedade. Assim, pode-se inferir que um dos papéis cardeais do Estado seria a promoção do desenvolvimento econômico.

No que concerne ao papel governamental, conhecido *a priori* como regulador, organizador, defensor territorial, gerador da ordem interna e do bem estar social, fomentador de transformação econômica e entre outros, Evans (2004) destaca algumas outras características de um Estado desenvolvimentista, tais como: o papel de “custódio”, de “demiurgo”, de “parteiro” e de “pastoreio”.

Tais peculiaridades tem um significado que está intimamente relacionado à certa ação do governo. Conforme o mesmo autor, o Estado assume papel de “custódio” quando apresenta características de regulador. Tal função esta relacionada a um aparato estatal ao setor que apresenta possibilidade de crescimento econômico, tal ato será por meios de métodos “protecionistas, políticas públicas e prevenção de comportamentos legais”.

Sobre “demiurgo” o Dicionário Priberam define-o como “o deus criador (entre os platônicos)”, o que pode ser interpretado como outrem que cria algo divino ou grandioso. Evans (2004) relata que o papel de demiurgo está relacionado ao papel de produtor, ou seja, quando o Estado assume tal função o mesmo fica “diretamente envolvido em atividades produtivas, de forma a complementar os investimentos privados e de substituí-los, ou de entrar em competição com empresas privadas.” Ou seja, assumindo o papel de produtor privado, de concessor de investimentos, arcando sobre estes a responsabilidade, de forma total ou parcial. O que pode ser considerado como papel assumido pelo Estado de promover setor/setores de produção.

O Estado como parteiro significa o mesmo que assumir o papel de propulsor de novos setores de crescimento, de promotor da indústria, por exemplo, o que pode deixá-lo dependendo de um impulso privado.

Por fim, a característica de pastoreio significa assumir uma ação de guia, de dar assistência para algum setor tomar o direcionamento correto.

Tais características, o autor definiu-as, tomando por base o Estado desenvolvimentista em favor do desenvolvimento industrial. Diante de tais informações, pode-se notar que o Estado moderno assume um papel quase sempre em prol do desenvolvimento econômico do país, agindo como fomentador, ou assumindo toda a carga, ou apenas dando assistência financeira, ou só moral, podendo assumir vários papéis ao mesmo tempo. Ou seja, os Estados são atores

que exercem o poder de comandar os interesses coletivos por meio de ações que possam gerar bem-estar social, o que “implica gozar de adequada capacidade estatal e garantir-se de eficiente poder regulatório.” (BRISOLA, 2013, p. 32) Por fim, o papel que o Estado desenvolvimentista atribui a determinado setor produtivo econômico acaba tornando um fator preponderante para o sucesso do mesmo.

2.1.1 Instrumentos de Proteção

No tocante a um dos papéis do Estado, em particular, no caso o modo de regulador, chama-se atenção pelo fato de um dos instrumentos utilizados ser por forma de proteção. A proteção, segundo o dicionário Priberam tem o significado de “ato ou efeito de proteger; abrigo, amparo, auxílio; privilégio ou favor concedido ao exercício de certas indústrias”. Sendo assim, pode-se inferir que o Estado age com proteção tendo como o intuito de alavancar algum setor econômico de produção interna visando à obtenção de bons resultados ao país.

Uma gestão governamental tem o poder de decidir se tomará decisões que possam impulsionar o crescimento econômico, ou se não interferirá, ou seja, se deixara que o setor privado busque o equilíbrio econômico. No que concerne a isso:

A partir das ideias criadas por Adam Smith sobre o liberalismo grandes números de economistas aderiram aos argumentos do **livre-comércio** como **forma de promover o bem estar e o desenvolvimento econômico** das nações, e a partir disso os **governos de diversos países tem aberto seus mercados para obter ganhos de comércio**. Por outro lado, apesar de pequeno, existe ainda **um grupo de economistas** que não acreditam que o liberalismo possa trazer somente bem-estar e desenvolvimento econômico, sendo **adeptos do protecionismo, defendendo que os governos devem adotar medidas para proteger seu mercado interno e que essa proteção proporcionará o desenvolvimento do país que o adote** (GONÇALVES et al., 1998, apud BRUNHEROTTO; LIMA; GALDINO, 2010, p.4, grifo nosso)

Os autores destacam que a economia aberta pode trazer ganhos de comércio para os diversos campos econômicos, entretanto a quem acredita que a proteção estatal é uma das principais formas de obter desenvolvimento econômico dentro de um país.

Williamson (1996 apud BRUNHEROTTO; LIMA; GALDINO, 2010, p.4), descreve proteção como “às vantagens que os governos oferecem aos produtores internos para concorrerem com os produtos vindos do mercado externo, e num sentido mais amplo, impulsionar as exportações.” Visando todo o processo de desenvolvimento econômico brasileiro pode-se inferir que o objetivo principal de proteção estatal seria para alavancar a produção nacional bem como exportações brasileiras.

Segundo Brunherotto, Lima e Galdino (2010), para conseguir proteger a produção interna através de métodos protecionistas são adotadas algumas ações. Que podem ser através de subsídios, cotas de importação, restrições voluntárias às exportações, e barreiras não tarifárias. No que concerne à definição de subsídios:

[...] os subsídios às exportações correspondem ao pagamento oferecido pelo governo a uma firma que exporta um produto para o mercado internacional. Esse instrumento de política comercial pode afetar a economia de um país, alterando seus preços, produção e renda. O produtor de um setor específico, ao receber um crédito de subsídio, tem uma elevação do preço do seu produto internamente. Consequentemente, isso proporciona um ganho para ele (expansão da produção) e uma perda aos consumidores domésticos (custo maior para obter esse produto). Contudo, essa ação do governo nacional leva a uma redução dos preços mundiais desse setor e pode gerar, ainda, distorções em termos de bem estar no comércio mundial. (CAVES; FRANKEL; JONES 2001 apud COSTA; MAIA; SAMPAIO 2012 p.85, grifo nosso)

Conforme argumentado pelos autores os subsídios podem trazer diversas consequências quando adotada. Para os exportadores pode haver ganhos, para o produtor também, mas para os consumidores tal medida implica em elevação de preços. Ademais, subsídios significam um apoio monetário estatal com o intuito de incentivar a produção e a comercialização.

No tocante às quotas de importação, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (2015), elas são um tipo de Barreira Não Tarifária (BNT), consideradas como políticas econômicas que têm o objetivo de impedir a comercialização de algum produto, porém, sem cobrança de tarifas. Por exemplo, se o governo de tal país restringir a compra de produtos importados a uma quantidade mínima, importadores não poderão comprar quantidades superiores a essa cota. Simplificando, trata-se de uma imposição de limites para compras de

produtos estrangeiros. Desta forma há uma barreira para importar e de certa forma um incentivo para comprar produtos internos.

Entretanto, Marcos Sawaya Jank, em 2001, participou de uma entrevista com site *BeefPoint*, onde alegou que naquela época as formas de subsídios estavam se alterando, modificando, diversificando e, com o passar dos anos, o valor para tal só aumentava:

[...] antes, **o subsídio** era quase que exclusivamente **realizado via preços garantidos e pagamentos por quantidade produzida**. Hoje crescem os chamados **pagamentos diretos ao produtor**, sejam eles por área cultivada, por animal (vaca, boi, etc.) ou simples cheques diretos ao agricultor. Os pagamentos atrelados a preços, porém, ainda representam 70% dos subsídios aos produtores da OCDE. (BEEFPOINT, 2001 p. 1, grifo nosso)

Além disso, os países desenvolvidos, segundo o mesmo autor, fazem suas “leis” e a aplicando conforme seus interesses. Para Jank (BEEFPOINT, 2001), existem diferenças entre subsídios aplicados a países desenvolvidos como os do norte-americano e europeu, onde o europeu utiliza de preços fixos e o norte americano utiliza políticas de preço mínimo que de alguma forma vem prejudicando o comércio do Brasil com os Estados Unidos. Além disso, afirmou que na Rodada do Uruguai os subsídios foram categorizados em três caixas, “semelhantes a um semáforo: a Caixa Vermelha seriam as políticas proibidas, a Caixa Amarela, as monitoradas e a Caixa Verde, as permitidas. Os subsídios da Caixa Verde são permitidos porque não afetam o comércio internacional.” (p.5)

Diante disso, as cotas representam um tipo de restrição através de alguma política econômica a determinados produtos importados. Já sobre as Restrições voluntárias as Exportações elas ocorrem, segundo Baptista (2005, p.13), “quando um país importador induz uma outra nação a reduzir suas exportações, quando tais exportações ameaçam alguma indústria do país importador, sob a ameaça de restrições comerciais mais elevadas. ” Exemplificando, se um país “x” começa a produzir bananas e essa mercadoria passa a ter competitividade no comércio exterior, e essa produção passa a afetar o país “y” que ‘comanda’ a produção e comercialização de bananas, o mesmo se sentirá ameaçado e se tiver outros laços de comercialização com o país “x”, poderá ameaçá-lo, impondo restrições no comércio de outra mercadoria, para que a produção interna de bananas do país “y” possa se manter estável.

De acordo com as informações acerca das formas básicas de proteção, pode-se compreender que tal mecanismo representa uma ação de fortalecimento para algum setor de produção interna, que possibilite condições de crescimento e transformação econômica para o país. No Brasil, a doutrina protecionista obteve bons êxitos quando foi adotada no momento da transição de produção de produtos primários agrícolas para a industrialização, que envolveram instrumentos de proteção e planos de desenvolvimento econômico (FURTADO, 2005).

No período que abrange 1930 e fim de 1970, as formas para proteger a incipiente industrialização no País ficaram bem expostas e fáceis de serem notadas. Tais medidas foram: isenções de impostos, taxa cambial favorecida para importação de equipamentos, empréstimo de longo prazo, investimento direto pelo governo por meio de empresas estatais, entre outros (BAER, 2009). Consoante a esses comedimentos também foi posta em prática planos de desenvolvimento econômico para que o país pudesse crescer com proteção e proteção comercial, bem como se desenvolver.

2.2 Crescimento e Desenvolvimento

A participação do Estado na economia se dá através de ações que possam regular e promover o desenvolvimento. Os termos desenvolvimento e crescimento de um país são conceitos muito utilizados na literatura e que trazem por muitas vezes o aspecto de ser similar ou igual, sendo que na verdade os dois estão intimamente ligados e relacionados, porém são conceitos diferentes. Dentro dessa perspectiva, Brisola (2013) destaca que a denominação de ‘Desenvolvimento Econômico’ está atrelada à capacidade acumulativa e valorativa das organizações empresariais e a capacidade administrativa do Estado. Ou seja, desenvolvimento econômico engloba eficiência de organizações que administram o Estado bem como um bom desempenho de empresas privadas que possam gerar não só uma distribuição de renda local bem como um salto na produção interna.

De maneira mais simplória, o desenvolvimento abrange o aumento e constância da capacidade produtiva, mas também diz respeito aos efeitos desse crescimento na vida da população, como melhoria na qualidade de vida e bem-estar

social, aumento de salários. Pode-se determinar tal desenvolvimento através do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - renda *per capita*, educação e saúde) e o índice de Gini (que determina a distribuição de renda de um país). Segundo o economista Schumpeter (1911 apud Bresser-Pereira, 2008, p. 2), o “desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura”.

Já crescimento econômico “é determinado pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), ou pela relação do PIB versus crescimento populacional, ou, ainda, pela variação da produção per capita em relação ao aumento do estoque de capital” (CONCEIÇÃO, 2002, p.604). Porém, o autor destaca que crescimento econômico, no sentido de processo, tem características relacionadas a todo o contexto histórico do país e que não se limita somente ao cálculo do PIB da população. Segundo ele:

[...] **crescimento** não é redutível apenas a aumentos no produto *per capita*, mas **decorre da manifestação de um processo dinâmico**, com fases sucessivas de início, meio e fim, intermediadas por mudanças, transformações ou mutações no nível **da atividade produtiva**. **Tais mudanças são de natureza tecnológica ou econômica, que repercutem não só nas esferas micro ou macroeconômica, mas também nas esferas social, política e institucional.** (CONCEIÇÃO, 2002, p. 604, grifo nosso)

No tocante a crescimento por processo o autor destacou em outra obra que “crescimento enquanto processo exige a construção de um ambiente adequado, articulado macro e micro economicamente, associado a uma noção de mudança institucional vinculado à abordagem evolucionária” (CONCEIÇÃO, 2008, p. 8). Ou seja, não há fórmula para obtenção de crescimento econômico, pois a cada fase e época o Estado deve encontrar meios adequados a realidade, isso inclui mutação ações anteriormente utilizadas, para que se possa promover tal crescimento, por isso o autor destaca essa necessidade de reformulação e construção de estratégias para o crescimento.

Em relação à ocorrência de crescimento e desenvolvimento, simultaneamente, Brisola (2013) destaca que tal fato pode não ocorrer se houver uma elevação do PIB e ao mesmo tempo aumento da concentração de renda, pois significa que o país somente apresentou resultados de crescimento, mas não de desenvolvimento, ou seja, apenas um determinado grupo foi beneficiado e não todos, não houve um aumento de produtividade de maioria e sim da minoria.

O Brasil, desde o início do século XX até os dias atuais, enfrenta processos de alavancagem de desenvolvimento econômico. Celso Furtado, em todo o seu livro *Formação Econômica do Brasil* (2005), alegava que para que um país pudesse obter um crescimento autossustentado e gerar o desenvolvimento econômico no país, era substancial que, ações de regulação do Estado fossem presentes para que o setor de produção pudesse alavancar e proporcionar o crescimento e consequentemente o desenvolvimento. Neste sentido, Conceição (2006 p.26) destaca que para um país crescer de forma autossustentada “implica em construir um padrão de distribuição de renda compatível com crescimento sem inflação”, ou seja, no caso de inflação ocorrendo no sistema econômico os governantes teriam de escolher entre estabilizar a inflação ou optar por crescimento. O mesmo autor declarou que:

[...] crescer de forma auto- -sustentada é muito mais do que estabelecer e perseguir fundamentos de política econômica que garantam inflação zero e pleno emprego. Isto porque crescimento, antes de se constituir em uma mera decorrência da estabilização econômica, é, por mais importante e necessária que seja esta última, um processo a ser estrategicamente trilhado, perseguido e, às vezes, sequer alcançado, dada sua alta complexidade, que exige articulação a vários outros fatores. (CONCEIÇÃO, 2006, p. 27)

Conforme Ianni (1968, p.54), existiram quatro modelos de desenvolvimento e organização da economia brasileira. O primeiro deles bem como o mais antigo e tradicional, foi o modelo exportador. Tal modelo foi presente no início do Brasil-Colônia, onde o intuito da Coroa de Portugal era de extrair algo de valor da colônia (setor agrícola e metais) e levar para a Coroa-Portuguesa, tal modo que percorreu séculos no Brasil, sendo a única ou principal fonte de renda do país até início do século passado. Mas o que prevalece nesse modelo é a dependência externa para com os produtos do setor agrícola brasileiro, já que na maioria das vezes o Brasil era o único ou principal fornecedor de tal produto no exterior, como era o caso do café.

O segundo modelo de desenvolvimento de acordo com o mesmo autor, foi o de substituição de importações que gerou o crescimento liderado pela indústria. Este modelo tinha como objetivo produzir internamente o que era comprado no exterior, foi nesse momento em que o Brasil passou a ser um país de cunho industrial. Tal padrão envolve a reformulação dos vínculos externos e com a sociedade tradicional, foi fundamentada uma política externa independente e implica uma doutrina da

nação como potência autônoma. Nesse caso não significa que o setor agrário ficou desamparado pelo Estado, houve uma combinação positiva e dinâmica com o setor industrial, onde foram atendidas as exigências de divisas bem como as exigências de investimentos destinados a atender o mercado interno.

Ianni (1968) destaca ainda que o terceiro modelo de desenvolvimento foi justamente a contrapartida da transição do modelo exportador para o modelo de substituição de importações, onde tinha como objetivo as novas associações de capitais e interesses políticos, e militares nacionais, e estrangeiros. De forma resumida, foi justamente a internacionalização dos produtos do setor industrial, ao lado do caráter internacionalista do setor agrário tradicional, ou seja, foi a nova forma de exportação de produtos que antes era somente de cunho agrário. Segundo o autor seria uma restauração do modelo tradicional (exportação de produtos agrícolas) em termos novos.

Por fim, o quarto modelo de desenvolvimento, conforme o mesmo autor, é o socialista. Tal modelo resulta das diferenças indicativas dos interesses das classes e dos grupos sociais que lutavam pelo poder e por um padrão de política econômica para o desenvolvimento. Os propulsores desse modelo não concordavam com o de exportação e com o da associação internacional, aceitavam mais o modelo de substituição. Alegavam que a maioria das práticas intervencionistas estatais (tentativas de planos econômicos) era de certa forma um pré-requisito ou conquista do tipo socialista.

Além destes modelos acima, de forma mais genérica, pode-se citar outros que foram metas e planos do governo para que houvesse alavancagem de crescimento e desenvolvimento industrial econômico. Conforme Baer (2009 p. 82) foram: o Plano de Meta do governo de Kubistchek, que ocorreu entre 1955 e 1960 e o II Plano Nacional do Desenvolvimento, ocorrido no período de 1973 a 1979, o então chamado de "milagre econômico".

2.2.1 Instrumentos Econômicos

Os conceitos de microeconomia se faz importante por está presente em toda a literatura de cunho econômico que será discutido na pesquisa. Antes de começar a destacar tais instrumentos, faça-se necessário uma breve introdução em economia

internacional. Entretanto para começar serão destacados os conceitos de economia fechada e economia aberta. Para Além (2010), uma Economia é Fechada é quando a mesma não interage com as outras economias do mundo e a Economia Aberta significa que ela interage com os mercados mundiais. Basicamente economia internacional trata das transações e as relações econômicas entre os países, e suas inter-relações entre os diferentes mercados internacionais. Para que um país possa efetuar relações econômicas com outros países, precisa ter uma contabilidade que represente as despesas e receitas da nação em um período.

A Balança de Pagamentos é a forma encontrada pela Contabilidade Nacional para fazer esse cálculo, sendo definida por Versiani e Rodrigues (2009 p. 2) como "o registro contábil de todas as transações efetuadas entre um país e o resto do mundo, em determinado período". A Balança de Pagamentos é estruturada em dois grandes grupos: Transações Correntes e Conta Capital Financeira. Nas transações correntes são calculadas as exportações (vendas de produtos nacionais a outros países) e importações (compra de produtos estrangeiros), rendimentos de fatores de produção enviado ou recebido do exterior por residentes no país. Já a Conta Capital Financeira inclui: investimentos e outras transações como empréstimos, financiamentos de exportações e importações, aplicações em bolsas de valores (VERSIANI; RODRIGUES, 2009).

As transações correntes são compostas por três subcontas que são subdivididas para calcular cada detalhe com atenção. Uma dessas subcontas é a balança comercial, tal conta registra a venda e a compra de mercadorias entre residentes e não residentes de um país, que inclui exportações e importações. Nessa conta se subtrai uma pela outra, sabendo se o país vende mais ou compra mais, podendo dizer se nessa conta em específica há superávit ou déficit. Para calcular o resultado da balança de pagamentos é necessário fazer uma soma algébrica dos saldos de cada subconta. Se o saldo for positivo há um superávit, que significa que houve uma entrada de moeda estrangeira que superou a saída, havendo então um aumento das Reservas Internacionais do Banco Central; se o saldo for negativo, significa que houve um déficit, ou seja, houve saída de divisas que foram maiores que a entrada, acarretando uma redução nas Reservas Internacionais (VERSIANI; RODRIGUES, 2009).

Essa forma de base de cálculo de um país pode mensurar e comparar resultados de anos, décadas, se houve avanço ou não nas exportações de um país,

se o mesmo conseguiu crescer através dos saldos de bens e serviços internos, se houve investimento externo no país e, entre outras mensurações, por isso tal base de registro se faz tão importante para uma nação.

2.3 O Agronegócio

O agronegócio corresponde a uma atividade econômica oriunda do setor produtivo agrário que foi conceituada pela primeira vez em meados de 1950, por dois americanos, John H. Davis e Ray Goldberg. A partir deles, esse complexo começou a ser estudado com uma maior ênfase, possibilitando a evolução nos estudos e nas atividades que o envolve. Desta forma, agronegócio foi assim definido:

[...] agribusiness means **the sum total of all operations** involved in the **manufacture and distribution of farm supplies; productions operations** on the farm; and **the storage, processing and distribution** of farm commodities and **items made from them**. (DAVIS; GOLDBERG; 1957, p. 2, grifo nosso)

Para eles, em resumo significa um sistema de produção e comercialização de produtos agropecuários que engloba todas as fases de produção até a chegada do mesmo ao consumidor final.

Assim, o agronegócio abrange todas as atividades necessárias para a produção de produtos agropecuários, bem como todo o processo de comercialização do mesmo. Para que se possa entender como funciona esse complexo produtivo, é necessário estudar todas as variáveis que influenciam a produção de tal produto, tendo assim visão ampla de todo o ciclo produtivo, chamado de cadeia de produção.

Em síntese, agronegócios são as relações comerciais e industriais que envolvem a cadeia produtiva agrícola e pecuária. (POSTIGO, 2012)

Conforme Zylbersztajn (2000 apud MEDEIROS; BRISOLA 2009 p.12) a produção agrária tem um princípio de sequência de operações (desenvolvidas por diversos agentes, organizados através de forças hierárquicas) que visam atender os requisitos do consumidor final que são suas necessidades básicas alimentares. O agronegócio é um sistema que abrange diversos agentes que podem ser produtores,

forneecedores, os industriais, os investidores, os consumidores, agentes de cunho organizacional e institucional. Sendo que cada agente e cada setor deve ser analisado e estudado atentamente para que o consumidor receba a mercadoria em condições de consumo e também para que o produto se mantenha competitivo no mercado.

Quanto ao termo *commodity*, o mesmo significa um padrão de produto que dificilmente sofre alterações físicas e tem um valor baixo no mercado internacional. Existem categorias de *commodities* como as minerais, agrícolas, ambientais e financeiras. A que será utilizada na pesquisa é a commodity agrícola, que inclui a soja, café, milho, algodão e entre outros. Conforme Souza (1996), uma *commodity* apresenta características próprias e marcantes que as diferencia de outros produtos, como elevado grau de homogeneidade, ser fácil estocagem, grande produção e comercialização, necessária para alimentação e produção de outros produtos e entre outros aspectos.

Para que a comercialização de tal item possa ser justa e de forma bilateral, existem mecanismos que atuam como reguladores do comércio agrícola. Um deles é o Acordo Agrícola.

Segundo o MAPA (2014, p. 8) Acordo Agrícola:

[...] constitui um suporte para a normatização do comércio agrícola, com o objetivo de torná-lo mais justo e orientado pelo mercado, mediante a redução das barreiras comerciais e dos subsídios à agricultura.

A comercialização de produtos agrícolas abrange diversos fatores que influenciam a inserção de algum produto no comércio de um país, seja interesses opostos, barreiras tarifárias, barreiras não tarifárias, acordos de medidas sanitárias, comércio intra e extrabloco como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Tratado Norte-Americano de Livre Comércio - NAFTA etc.

2.3.1 *Trajetória do Agronegócio Brasileiro*

O agronegócio brasileiro surgiu a partir do momento em que o Brasil recém-descoberto passou a servir para Portugal como fornecedor de produtos de origem da agricultura e agropecuária, o que favoreceu a Portugal a obtenção de bens de consumo como também renda monetária (FURTADO, 2005). Pode-se inferir que tal situação iniciou-se com a exploração de madeiras e especiarias, como foi o caso do Pau Brasil. Posteriormente o que passou a gerar bons resultados econômicos para a Coroa Portuguesa foi a produção de açúcar, porém essa produção progrediu mas não se prolongou por muito tempo, pois o Brasil era apenas uma colônia, e para que a produção pudesse permanecer prosperando era necessário resolver problemas básicos da população e econômicos, por isso a produção de açúcar foi considerada um ciclo pois chegou um momento em que não se conseguiu mais comandar e competir com outros mercados de açúcar que emergiam.

Outro ciclo de produção, que também prosperou, porém acabou não se firmando por situações semelhantes ao fim do ciclo açucareiro foi a descoberta de ouro em Minas Gerais em torno de 1775, que também trouxe boas implicações econômicas, foi o que propiciou a criação da linha férrea no país além de outros benefícios, mas não durou muito tempo (FURTADO, 2005, p.132). Por fim o último ciclo de produção do século XIX consistiu-se no ciclo do café que foi um dos grandes impulsionadores para economia e para o então país recém-independente de Portugal, o que conseguiu fazer do Brasil o único produtor de café na época e com altos índices de lucratividade. Pode-se notar que o caráter do Brasil desde sua colonização pelos Portugueses foi de monocultor e de produção latifundiária. Após o período do auge cafeeiro (1930) o país deixou de depender economicamente de apenas um produto que fosse somente de cunho da agricultura.

Desta forma a produção agrícola se expandiu e se diversificou, pois houve variáveis que foram propulsoras de tal situação que foi o caso industrialização no país que propiciou que o agronegócio pudesse se expandir e se desenvolver tecnologicamente. Lourenço e Lima (2009) destacam que após essa década o setor do agronegócio evoluiu, pois com a industrialização houve a instalação de agroindústrias no Brasil, ou seja, o produtor passou a somente produzir e não mais processar, distribuir, pois já existia a indústria de base agrícola para fazer tal produção. Por isso o conceito de agronegócio envolve cadeias, sistemas de

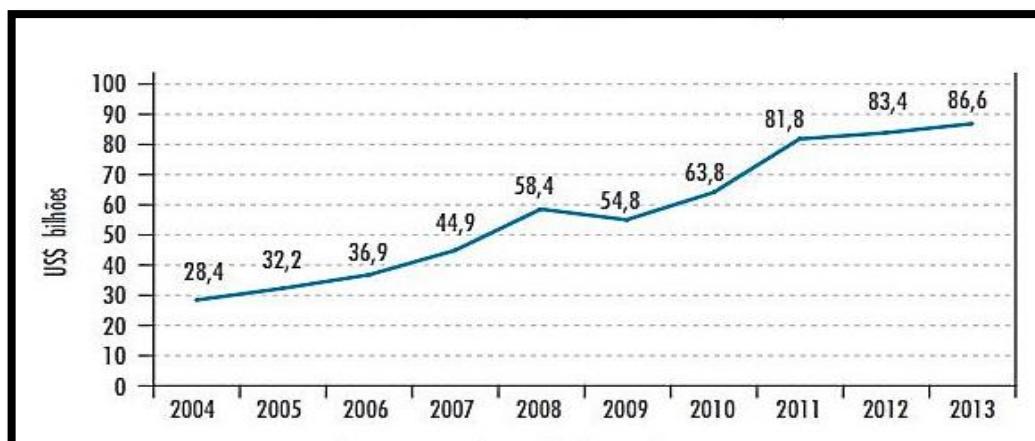
produção, pois, para chegar o produto correto ao consumidor final passa por várias fases de produção.

Os mesmos autores destacam que já no fim do século passado, em torno da década de 1970 o agronegócio, ganhou força devido à inserção da Ciência e Tecnologia, porque a partir disso conseguiu-se desenvolver alimentos modificados geneticamente para que pudesse ser produzido em solos menos férteis, ser mais fortes a ataques de pragas e entre outros casos, mas foi o que fez do Brasil nesta época um país avançado neste setor, alavancando a produção e ganhando espaço no mercado internacional. Diante disto, pode-se evidenciar que o Brasil sempre foi grande produtor e de caráter agroexportador, e com o passar dos anos, começou a ganhar mais espaço e apoio tecnológico na produção, onde cresceu e conseguiu chegar a altos patamares, sendo considerado atualmente como um dos principais países produtores e exportadores de produtos agrícolas.

2.3.2 O Agronegócio na Balança Comercial Brasileira

No que tange ao agronegócio no Brasil, o mesmo é conhecido por ser responsável na sustentação da balança comercial brasileira. Pode-se elucidar tal ocorrência com os resultados apresentado pelas exportações totais brasileiras no ano de 2013, que chegaram a um total de US\$ 242,18 bilhões em 2013 (MAPA, 2014, p. 11). Além disso, as *commodities* agrícolas brasileiras estão cada vez mais ocupando espaço no comércio internacional. A figura abaixo apresenta no período de nove (9) anos, de 2004 a 2013, o crescimento das exportações agropecuárias brasileiras.

Figura 1 – Evolução das exportações agrícolas 2004-2013



Fonte: Intercâmbio Comercial do Agronegócio MAPA/SRI (2014)

Só os dados apresentados na Figura 1 exibem a importância que o agronegócio tem para a economia brasileira e o quão evoluiu em um curto período de tempo. Diante disso cabe ressaltar que o “consumo global de alimentos vai aumentar significativamente já que previsões sobre o crescimento da economia mundial, para o período de 2006 a 2030, apontam que o PIB aumentará em 229,36%, a população em 126,36% e a renda individual em 179,34%” (IEO, 2009 apud MONTOYA, 2014, p.2). Correlacionando os dados do MAPA com os dados disponibilizados pela IEO, a produção de *commodities* agrícolas brasileira está evoluindo ao mesmo passo que o aumento populacional, o que se interpreta que o Brasil irá ter condições de sustentar boa parte da demanda mundial por alimentos.

Além disso, foram disponibilizados no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) os resultados referentes à Balança Comercial Brasileira de Janeiro a Outubro de 2015, onde é notória a representatividade e importância de produtos de origem agropecuária (Tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1 – Valor da Exportação Brasileira por Setores – jan/out 2015

DISCRIMINAÇÃO	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA GRUPOS DE PRODUTOS US\$ F.O.B.					BCE010				
	JANEIRO / OUTUBRO					OUTUBRO				
	2015 (A)	Part. %	2014 (B)	Part. %	Var. % A/B	2015 (C)	Part. %	2014 (D)	Part. %	Var.% C/D
TOTAL GERAL	160.544.728.587	100,00	191.964.517.599	100,00	-16,37	16.048.986.692	100,00	18.329.649.885	100,00	-12,44
ACUCAR E ALCOOL	6.783.641.278	4,23	8.637.655.867	4,50	-21,46	862.780.547	5,38	1.130.097.722	6,17	-23,65
ACUCAR EM BRUTO	4.684.405.471	2,92	6.143.174.270	3,20	-23,75	592.594.904	3,69	817.990.649	4,46	-27,55
ACUCAR REFINADO	1.426.711.036	0,89	1.726.069.294	0,90	-17,34	158.677.274	0,99	250.755.673	1,37	-36,72
ALCOOL ETILICO	672.524.771	0,42	768.412.303	0,40	-12,48	111.508.369	0,69	61.351.400	0,33	81,75
CACAU E SUAS PREPARACOES	291.356.317	0,18	273.899.750	0,14	6,37	30.071.076	0,19	26.600.114	0,15	13,05
CACAU EM AMENDOAS	2.184.076	0,00	1.474.112	0,00	48,16	204.259	0,00	331.369	0,00	-38,36
PASTA DE CACAU	29.411.459	0,02	33.358.142	0,02	-11,83	2.964.033	0,02	2.261.108	0,01	31,09
MANTEIGA DE CACAU	130.740.400	0,08	86.703.865	0,05	50,79	13.359.440	0,08	9.526.163	0,05	40,24
CACAU EM PO	52.565.340	0,03	58.680.659	0,03	-10,42	5.832.019	0,04	5.551.802	0,03	5,05
CHOCOLATE E SUAS PREPARACOES	76.455.042	0,05	93.682.972	0,05	-18,39	7.711.325	0,05	8.929.672	0,05	-13,64
CAFE	5.128.412.321	3,19	5.327.266.152	2,78	-3,73	549.666.851	3,42	690.268.733	3,77	-20,37
CAFE CRU EM GRAO	4.644.211.961	2,89	4.844.885.933	2,52	-4,14	501.694.278	3,13	643.800.523	3,51	-22,07
CAFE SOLUVEL	475.431.487	0,30	471.820.501	0,25	0,77	46.968.913	0,29	44.844.585	0,24	4,74
CAFE TORRADO	8.768.873	0,01	10.559.718	0,01	-16,96	1.003.660	0,01	1.623.625	0,01	-38,18
CALCADOS E COURO	2.906.999.331	1,81	3.591.190.250	1,87	-19,05	254.353.108	1,58	360.598.620	1,97	-29,46
CALCADOS	766.135.445	0,48	874.097.709	0,46	-12,35	71.301.208	0,44	85.033.634	0,46	-16,15
PARTES DE CALCADOS	129.240.210	0,08	145.991.285	0,08	-11,47	13.935.181	0,09	14.864.453	0,08	-6,25
COURO	1.924.194.060	1,20	2.486.324.057	1,30	-22,61	158.261.786	0,99	249.256.035	1,36	-36,51
PRODUTOS DO COURO	87.429.616	0,05	84.777.199	0,04	3,13	10.854.933	0,07	11.444.498	0,06	-5,15
CARNE	11.905.506.872	7,42	14.085.709.042	7,34	-15,48	1.185.755.648	7,39	1.646.756.040	8,98	-28,00
CARNE DE BOI "IN NATURA"	3.795.171.139	2,36	4.841.398.351	2,52	-21,61	450.047.805	2,80	565.688.332	3,09	-20,44
CARNE DE BOI INDUSTRIALIZADA	652.355.793	0,41	664.289.129	0,35	-1,80	56.519.393	0,35	75.868.146	0,41	-25,50
CARNE DE FRANGO "IN NATURA"	5.189.351.717	3,23	5.758.494.182	3,00	-9,88	452.296.012	2,82	641.883.145	3,50	-29,54
CARNE DE FRANGO INDUSTRIALIZADA	328.568.696	0,20	396.160.663	0,21	-17,06	27.833.388	0,17	44.163.173	0,24	-36,98
CARNE DE PERU "IN NATURA"	116.428.757	0,07	120.839.172	0,06	-3,65	11.126.404	0,07	12.727.095	0,07	-12,58

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX (2015)

Tabela 2 – Valor da Exportação Brasileira por Setores – jan/out 2015 (continuação)

BARRAS, PERFIS, FIOS, CHAPAS E TIRAS, DE ALUMÍNIO	252.239.646	0,16	261.723.075	0,14	-3,62	26.661.598	0,17	32.533.811	0,18	-18,05
LIGAS DE ALUMÍNIO	9.039.851	0,01	8.871.193	0,00	1,90	1.130.058	0,01	894.740	0,00	26,30
DEMAIS PRODUTOS METALÚRGICOS	1.934.960.965	1,21	2.002.480.125	1,04	-3,37	169.397.365	1,06	223.378.542	1,22	-24,17
PRODUTOS TEXTÉIS	1.800.885.856	1,12	1.980.720.130	1,03	-9,08	341.335.992	2,13	366.628.348	2,00	-6,90
FIOS SINTÉTICOS OU ARTIFICIAIS	112.098.105	0,07	148.668.877	0,08	-24,60	9.952.196	0,06	8.794.012	0,05	13,17
CONFECÇÕES	266.583.385	0,17	304.367.329	0,16	-12,41	27.229.609	0,17	33.969.307	0,19	-19,84
FIOS DE ALGODÃO	4.848.428	0,00	5.725.400	0,00	-15,32	921.734	0,01	337.286	0,00	173,28
LA EM "TOPS"	5.337.178	0,00	5.366.777	0,00	-0,55	311.818	0,00	90.963	0,00	242,80
TECIDOS DE ALGODÃO	127.626.445	0,08	117.716.637	0,06	8,42	12.596.415	0,08	12.696.555	0,07	-0,79
FIOS DE SEDA	22.730.577	0,01	28.258.854	0,01	-19,56	2.423.926	0,02	2.384.179	0,01	1,67
SISAL EM FIBRAS, CORDAS E CABOS	42.097.054	0,03	32.578.692	0,02	29,22	1.701.244	0,01	5.181.139	0,03	-67,16
DEMAIS PRODUTOS TEXTÉIS	1.219.564.684	0,76	1.338.037.564	0,70	-8,85	286.199.050	1,78	303.174.907	1,65	-5,60
SOJA	26.114.382.299	16,27	30.229.326.614	15,75	-13,61	1.625.404.269	10,13	984.804.062	5,37	65,05

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - OUTUBRO / 2015

- 19 -

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO <i>Secretaria de Comércio Exterior</i>			EXPORTAÇÃO BRASILEIRA GRUPOS DE PRODUTOS US\$ F.O.B.				BCE010			
DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO / OUTUBRO					OUTUBRO				
	2015 (A)	Part. %	2014 (B)	Part. %	Var. % A/B	2015 (C)	Part. %	2014 (D)	Part. %	Var.% C/D
FARELO DE SOJA	4.998.636.038	3,11	6.121.923.902	3,19	-18,35	527.728.651	3,29	532.716.712	2,91	-0,94
SOJA MESMO TRITURADA	20.150.720.560	12,55	23.122.203.980	12,05	-12,85	989.567.116	6,17	363.993.310	1,99	171,86
OLEO DE SOJA EM BRUTO	880.204.790	0,55	870.756.208	0,45	1,09	93.100.091	0,58	71.952.024	0,39	29,39
OLEO DE SOJA REFINADO	84.685.323	0,05	114.413.297	0,06	-25,98	14.897.965	0,09	16.135.433	0,09	-7,67
OLEO DE SOJA,EXCETO REFINADO OU EM BRUTO	135.588	0,00	29.227	0,00	363,91	110.446	0,00	6.583	0,00	*

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX (2015)

Tabela 3 – Valor da Importação Brasileira por Setores – jan/out 2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO <i>Secretaria de Comércio Exterior</i>		IMPORTAÇÃO BRASILEIRA CATEGORIA DE USO US\$ FOB					BCI031				
DISCRIMINACAO		JANEIRO / OUTUBRO					OUTUBRO				
		2015 (A)	Part. %	2014 (B)	Part. %	Var. % A/B	2015 (C)	Part. %	2014 (D)	Part. %	Var. % C/D
TOTAL GERAL		148.299.910.872	100,00	193.885.364.209	100,00	-23,51	14.053.172.726	100,00	19.509.062.456	100,00	-27,97
1 - BENS DE CAPITAL		32.439.956.461	21,87	40.216.431.762	20,74	-19,34	2.762.399.598	19,66	4.240.622.899	21,74	-34,86
MAQUINAS E FERRAMENTAS		150.361.104	0,10	210.437.515	0,11	-28,55	5.989.169	0,04	19.035.932	0,10	-68,54
OUTROS BENS OU EQUIPAM. PARA AGRICULTURA		56.189.742	0,04	59.023.051	0,03	-4,80	6.284.907	0,04	11.296.142	0,06	-44,36
PARTES E PECAS PARA BENS DE CAPITAL PARA AGRICULTURA		165.761.146	0,11	227.750.752	0,12	-27,22	16.022.496	0,11	25.472.420	0,13	-37,10
MAQUINAS E APARELHOS DE ESCRITORIO, SERVICO CIENTIFICO		4.883.811.437	3,29	6.256.454.729	3,23	-21,94	423.845.930	3,02	647.306.733	3,32	-34,52
FERRAMENTAS		786.176.007	0,53	894.669.155	0,46	-12,13	67.307.661	0,48	96.207.813	0,49	-30,04
ACESSORIOS DE MAQUINARIA INDUSTRIAL		2.143.902.785	1,45	2.936.820.699	1,51	-27,00	178.906.922	1,27	282.600.240	1,45	-36,69
MAQUINARIA INDUSTRIAL		9.118.228.265	6,15	11.391.090.726	5,88	-19,95	880.920.216	6,27	1.164.265.463	5,97	-24,34
PARTES E PECAS PARA BENS DE CAPITAL PARA INDUSTRIA		6.149.452.466	4,15	7.364.905.626	3,80	-16,50	508.122.614	3,62	844.535.773	4,33	-39,83
EQUIPAMENTO MOVEL DE TRANSPORTE		4.514.701.205	3,04	5.384.017.649	2,78	-16,15	245.632.425	1,75	524.439.882	2,69	-53,16
EQUIPAMENTO FIXO DE TRANSPORTE		519.353.077	0,35	408.512.645	0,21	27,13	60.850.822	0,43	69.798.298	0,36	-12,82
OUTROS BENS DE CAPITAL		3.952.019.227	2,66	5.082.749.215	2,62	-22,25	368.516.436	2,62	555.664.003	2,85	-33,68
2 - BENS DE CONSUMO		27.140.119.514	18,30	32.982.687.975	17,01	-17,71	2.420.896.473	17,23	3.561.463.563	18,26	-32,03
2.1 - BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS		13.899.541.697	9,37	15.697.605.566	8,10	-11,45	1.310.846.129	9,33	1.755.002.685	9,00	-25,31
PRODUTOS ALIMENTICIOS		4.005.707.407	2,70	4.705.121.373	2,43	-14,86	384.206.578	2,73	559.331.719	2,87	-31,31
BEBIDAS E TABACOS		509.395.518	0,34	574.850.513	0,30	-11,39	64.079.745	0,46	74.607.008	0,38	-14,11
PRODUTOS DE TOUCADOR		851.633.005	0,57	1.015.654.401	0,52	-16,15	85.499.608	0,61	113.357.582	0,58	-24,58
VESTUARIO E OUTRAS CONFECÇÕES TEXTÉIS		2.392.881.292	1,61	2.590.336.649	1,34	-7,62	198.313.289	1,41	289.077.591	1,48	-31,40
PRODUTOS FARMACEUTICOS		4.437.726.200	2,99	4.863.230.803	2,51	-8,75	434.307.665	3,09	500.541.922	2,57	-13,23
OUTROS BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS		1.702.198.275	1,15	1.948.411.827	1,00	-12,64	144.439.244	1,03	218.086.863	1,12	-33,77
2.2 - BENS DE CONSUMO DURAVEIS		13.240.577.817	8,93	17.285.082.409	8,92	-23,40	1.110.050.344	7,90	1.806.460.878	9,26	-38,55
UTENSILIOS DOMESTICOS		354.638.806	0,24	406.719.531	0,21	-12,81	32.368.299	0,23	46.323.819	0,24	-30,13
OBJETOS DE ADORNO, DE USO PESSOAL E OUTROS		3.169.810.632	2,14	3.781.837.785	1,95	-16,18	319.562.186	2,27	433.467.778	2,22	-26,28
MOVEIS E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA CASA		764.921.177	0,52	938.938.605	0,48	-18,53	61.115.862	0,43	94.205.931	0,48	-35,13
MAQUINAS E APARELHOS DE USO DOMESTICO		3.045.936.126	2,05	3.974.549.123	2,05	-23,36	220.027.464	1,57	411.020.336	2,11	-46,47
VEICULOS AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS		5.003.286.678	3,37	7.079.415.178	3,65	-29,33	408.390.656	2,91	709.684.782	3,64	-42,45
PARTES E PECAS PARA BENS DE CONSUMO DURAVEIS		775.522.994	0,52	961.802.948	0,50	-19,37	62.197.328	0,44	97.699.073	0,50	-36,34
OUTROS BENS DE CONSUMO DURAVEIS		126.461.404	0,09	141.819.239	0,07	-10,83	6.388.549	0,05	14.059.159	0,07	-54,56
3 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		18.642.885.271	12,57	33.099.821.373	17,07	-43,68	2.200.245.554	15,66	2.557.036.040	13,11	-13,95

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX (2015)

Nas Tabelas 1 e 2 foram destacados propositalmente o valor das exportações do complexo de carnes e soja, onde somente elas foram responsáveis por acarretarem US\$ 38.019.892.171, de um total de US\$ 160.544.728.587, referentes a todos os gêneros de *commodities*, não se restringindo somente às de origem agrícola. Já na Tabela 3, é apresentado o valor das importações, o que totalizou US\$ 148.299.910.872, que indica que o Brasil obteve um *superávit* equivalente a US\$ 12.244.817.715 no saldo da balança comercial brasileira. Além disso, pode-se inferir, de acordo com os dados, que somente o valor exportado dos complexos de sojas e carnes pagam em torno de 25,6% do saldo das importações, isso demonstra o quanto esses complexos são importantes para economia brasileira.

No tocante a um produto específico, no caso, a carne bovina, o Brasil é hoje o segundo maior produtor, sendo que em 2008 alcançou 9 milhões de toneladas e só nos últimos 10 anos a produção cresceu 55,7% contra 3,6% dos Estados Unidos que é o maior produtor mundial. Tudo indica que se o Brasil continuar com esse mesmo crescimento produtivo irá alcançar o primeiro lugar. (MRE, 2010). Ou seja, o país ainda apresenta característica de ser grande produtor e exportador de *commodities*, como no início do século passado.

Tabela 4 – Exportações Brasileiras por Setores Agrícolas

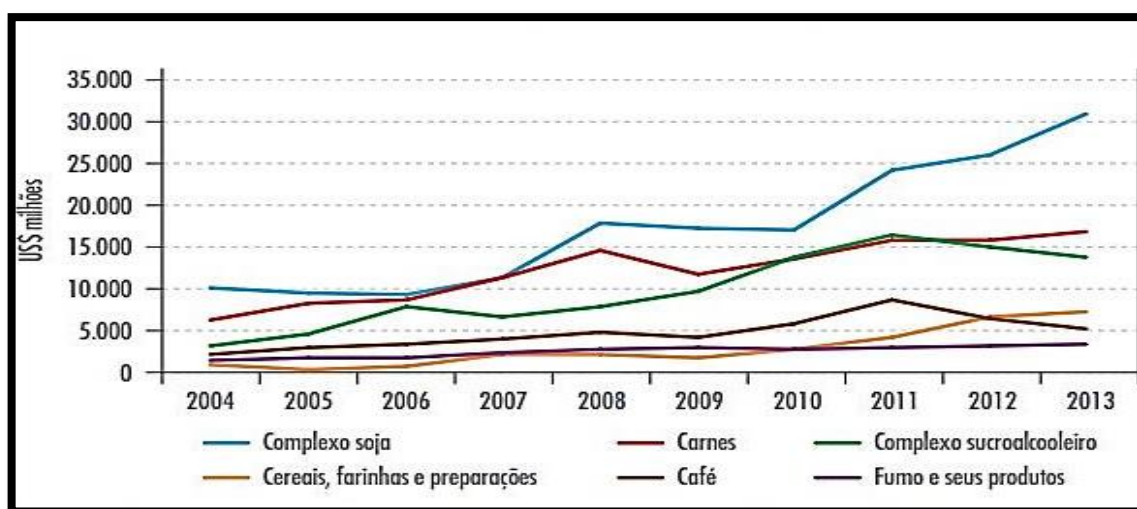
Produtos	Exportações (US\$ milhões)				Variação (%)		Participação (%)				Variação da participação			
	2007	2009	2011	2013	2007-2013	Anual	2007	2009	2011	2013	2007-2009	2009-2011	2011-2013	2007-2013
Complexo soja	11.381	17.240	24.139	30.961	172,0	18,2	25,4	31,4	29,5	35,7	6,1	-1,9	6,2	10,4
Carnes	11.295	11.787	15.763	16.803	48,8	6,8	25,2	21,5	19,3	19,4	-3,7	-2,2	0,1	-5,8
Complexo sucroalcooleiro	6.590	9.733	16.450	13.718	108,2	13,0	14,7	17,8	20,1	15,8	3,1	2,4	-4,3	1,2
Cereais, farinhas e preparações	2.220	1.819	4.164	7.252	226,7	21,8	4,9	3,3	5,1	8,4	-1,6	1,8	3,3	3,4
Café	3.892	4.279	8.733	5.276	35,6	5,2	8,7	7,8	10,7	6,1	-0,9	2,9	-4,6	-2,6
Fumo e seus produtos	2.262	3.046	2.935	3.272	44,6	6,3	5,0	5,6	3,6	3,8	0,5	-2,0	0,2	-1,3
Sucos	2.374	1.752	2.566	2.460	3,6	0,6	5,3	3,2	3,1	2,8	-2,1	-0,1	-0,3	-2,4
Fibras e produtos têxteis	524	714	1.631	1.149	119,1	14,0	1,2	1,3	2,0	1,3	0,1	0,7	-0,7	0,2
Frutas (inclui nozes e castanhas)	968	871	940	878	-9,3	-1,6	2,2	1,6	1,1	1,0	-0,6	-0,4	-0,1	-1,1
Animais vivos (exceto pescadas)	285	471	492	783	174,7	18,3	0,6	0,9	0,6	0,9	0,2	-0,3	0,3	0,3
Demais produtos de origem vegetal	547	527	866	705	28,8	4,3	1,2	1,0	1,1	0,8	-0,3	0,1	-0,2	-0,4

Fonte: Intercâmbio Comercial do Agronegócio MAPA/SRI (2014)

A Tabela 4 (MAPA, 2014, p. 15) exibe a evolução por setores nas exportações brasileiras em um período de sete anos. O grande destaque foi sem dúvidas o complexo de soja, pois comandou as vendas durante todo o período e finalizou em 2013 com um saldo de US\$ 30,96 bilhões, além de que em sete anos as exportações desse setor cresceram aproximadamente 35%. O complexo de carnes apresentou nos referidos anos uma elevação de crescimento nas exportações, principalmente no ano de 2009 e de 2011, pois nesse referido momento o mundo estava passando por uma crise econômica e principalmente nesta situação este complexo acelerou e cresceu ainda mais trazendo ao Brasil mais um apoio econômico para enfrentar a crise.

A Figura 2 apresenta a evolução do valor exportado dos principais setores agrícolas em um período de 11 anos, de 2004 a 2013 como se vê a seguir:

Figura 2 – Mensuração de Valor Exportado por Setores Agrícolas



Fonte: Intercâmbio Comercial do Agronegócio MAPA/SRI (2014)

A Figura 2 (MAPA, 2014, p.16) apenas complementa de forma visual a tabela IV, nela pode-se compreender de forma mais clara a evolução de tais *commodities*. Diante de tais dados apresentados é cabível afirmar que as exportações do setor agropecuário financiam as importações brasileiras, novamente o agronegócio é responsável pelo *superávit* da balança comercial. Tal afirmação tem embasamento político através da declaração da Secretária de Relações Internacionais do

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SRI/MAPA encontrado na publicação de Costa (2015, p.1), no qual relata que:

Na composição **do superávit obtido na balança comercial do Brasil** no mês [junho de 2015], que foi de US\$ 2,76 bilhões, **o setor agropecuário contribuiu com US\$ 7,61 bilhões de saldo positivo**, enquanto **os demais setores da economia apresentaram mais de US\$ 4,85 bilhões de déficit**. “Ou seja, o agronegócio foi o responsável pelo superávit da balança comercial brasileira”, afirmou a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio. (grifo nosso)

O agronegócio apresenta grande valor para economia brasileira, por isso, acredita-se que essa área proporciona bons retornos produtivos e comerciais principalmente com o patrocínio estatal para com eles, e a tendência é que esse setor cresça e se torne cada vez mais bem-sucedido o que pressupõe novas medidas ou reforço de políticas de proteção para tal.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Nesta seção da pesquisa estão apresentados os métodos e técnicas de pesquisa escolhidos que mais se adequaram ao objetivo geral proposto. Primeiramente, está exposta a escolha do tipo de pesquisa e as características que a englobam, após breve comentário sobre o contexto dos métodos a serem utilizados, e por fim a forma de compreensão e interpretação dos dados coletados.

3.1 Tipo e Descrição Geral da Pesquisa

A pesquisa qualitativa busca compreender fatos e abordagens para que de alguma forma possa explicar acontecimentos ou contribuir para transformações de certa realidade. Silveira e Córdova (2009, p.31) destacam que a preocupação da pesquisa qualitativa não se dá por meio de representatividade numérica e sim por meio de imersão e compreensão de determinado contexto social. Segundo as mesmas autoras as características cruciais desta forma de pesquisa são:

As **características da pesquisa qualitativa** são: **objetivação do fenômeno**; **hierarquização das ações de descrever**, compreender, explicar, **precisão das relações entre o global e o local** em determinado fenômeno; **observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural**; respeito **ao caráter interativo entre os objetivos** buscados pelos investigadores, **suas orientações teóricas e seus dados empíricos**; **busca de resultados os mais fidedignos possíveis**; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (SILVERA; CORDOVA, 2009, p.32, grifo nosso)

Diante disto, a escolha da pesquisadora sempre foi de trabalhar com dados históricos econômicos e devido a isso a pesquisa se direcionou para a abordagem qualitativa. Entretanto na fase final do trabalho serão analisados os resultados e serão quantificados valores, assim desta forma pode-se confirmar que a pesquisa em determinado momento terá caráter quantitativo. Admite-se, portanto, uma pesquisa qualitativa e quantitativa. No que concerne à pesquisa quantitativa, Fonseca (2002, p. 20 apud SILVEIRA; CORDOVA 2009, p. 33) explica que:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, **os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados**. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, **os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa [...]**. (grifo nosso)

Ademais, a natureza da pesquisa é básica, pois não tem aplicação prática além de que compreende obtenção de dados de órgãos públicos onde o mesmo faz-se necessário e pertinente a vários grupos de interesse e não há um só em específico. No tocante aos objetivos de pesquisa, será descritiva, pois o investigador da pesquisa não interfere na realidade estudada e sim somente observa e analisa.

3.2 Descrição do Contexto

O método a ser utilizado para a análise da pesquisa se configura de duas maneiras: como uma pesquisa bibliográfica e outra pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica é caracterizada por buscar informações por meio de estudos científicos, como livros, anais de revista, publicações periódicas, teses, monografias, artigos. Fonseca (2002, p.32 apud SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 37) a define como:

A pesquisa bibliográfica **é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas**, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. **Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto**. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta). (grifo nosso)

À luz do exposto, a análise da pesquisa foi iniciada de forma bibliográfica, através da utilização unicamente de três livros que são mais a frente apresentados.

No que tange a pesquisa documental, ela é definida como “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009). Sua principal característica é obter informações através de documentos que não apresentam características científicas, podendo ser “relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de

divulgação” (OLIVEIRA 2007 apud SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009). Fonseca (2002, p.32, apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 37) define pesquisa documental e a diferencia da pesquisa bibliográfica:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. **A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios**, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, **relatórios de empresas**, vídeos de programas de televisão, etc. (grifo nosso)

Portanto, a pesquisa está estruturada sob duas formas de análise, a primeira parte temporal proposta por meio de pesquisa bibliográfica e a segunda por meio de pesquisa documental. As publicações da pesquisa documental utilizados no trabalho são apresentados ainda nesse capítulo.

3.3 Proposição da Pesquisa

A pesquisa traz consigo uma proposição no qual é necessário apresentá-la antes da distinção das variáveis dependente e independentes bem como da exposição dos documentos utilizados no caso, a fim de que o leitor possa compreender a fundamentação de tais mecanismos que serão as formas de se chegar até a comprovação ou não da proposição.

Quando um determinado país obtém bons resultados econômicos através da produção e comercialização de uma *commodity*, provavelmente seu governo irá tomar medidas para que esse setor possa continuar a crescer e a prosperar.

Citando o caso do Brasil, no final do século XIX, onde já era uma República e o ciclo cafeeiro estava satisfazendo os problemas econômicos e gerando assim mais lucratividade (uma vez que era o único produtor e comercializador mundial, dominando o comércio internacional de café), o Estado tomou medidas para que pudesse proteger sua principal fonte de renda. Os motivos e maneiras de tal proteção eram diversos.

Após a Grande Depressão, os cafeicultores perderam espaço, pois estava sendo instaurada no país a industrialização, nesse sentido as medidas de apoio foram redirecionadas para a indústria. Segundo Furtado (2007) o café só passou a ser rentável novamente depois de 15 anos passados e durante esse período fizeram frente às exportações brasileiras o açúcar, o mate, algodão, e outros alimentos. Pode-se dizer que mesmo defendendo a incipiente indústria, o Estado não deixou de amparar o setor de exportação agrícola e pecuária.

Já no final do século XX houve a Revolução Verde que propiciou o fortalecimento ainda mais da agricultura através da ciência, e o caso mais destacado foi à criação da Embrapa, com a engenharia genética e outros avanços (BAER, 2009, p.405). A partir daí o complexo soja passou a expandir-se apresentando cada vez melhores resultados na pauta das exportações brasileiras. Os produtos cárneos começaram ter mais visibilidade econômica no início dos anos 1990, e na década de 1998 suas exportações eram bastante rentáveis ao país. Visto que a cultura da soja e a pecuária no final do século XX eram destinadas a exportação e que as classes mais favorecidas e mais atendidas pelo governo eram as classes exportadoras, pode-se compreender que os complexos faziam e fazem parte dos agropecuários que estavam ligados diretamente a administração do Estado.

Diante deste contexto, pode-se inferir que a proposição formulada para o estudo é a de que ***o Estado Brasileiro protege positivamente o agronegócio, pois garante elevado retorno lucrativo ao país, o que se constitui como importante a proteção estatal, nos dois períodos analisados.*** Tal ferramenta será confirmada ou não através dos instrumentos coletados apresentados na análise de dados.

3.4 Instrumentos e Procedimentos para Coleta e Análise de Dados

A análise da pesquisa será por meio de uma adequação do método utilizado por Brisola (2013) e por Fachinetto e Brisola (2015), o caso histórico-comparativo. Este tipo de análise foi caracterizado por Mahoney e Reuschmeyer (2006 apud, BRISOLA, 2013, p. 73) como investigações científico-sociais que utilizam fatos históricos e elementos teóricos para desenvolverem e refinarem conceitos, além de identificarem e avaliarem argumentos causais. Dessa forma, este tipo de análise

busca uma compreensão por meio de comparação através de acontecimentos históricos, onde o pesquisador irá detectar semelhanças ou dicotomias nos fatores para se chegar a uma nova conclusão. Desta forma o estudo histórico-comparativo, nesta pesquisa, acontecerá do seguinte modo: serão analisados dois casos temporais, sendo que o Caso 1 implica o período entre 1870-1930 (período do êxito cafeeiro), que compreende um período de forte expressão econômica do café para o Brasil; e Caso 2 implica o período entre 1990 até os dias atuais (2015), que compreende o período do êxito dos Complexos Soja e Carnes.

Quadro 1 – Casos da Pesquisa

CASO	PERÍODO
Caso 1 – Economia Cafeeira	1870 - 1930
Caso 2 – Economia dos Complexos Soja e Carnes	1995 - 2015

Fonte: elaborado pela autora.

O intuito da pesquisa é identificar quais foram as formas de proteção do aparelho estatal para tais *commodities*, comparando o período do início do século passado com o período recente, a fim de detectar se as práticas protecionistas adotadas foram consequência do crescimento econômico dos setores.

No que diz respeito à aplicação desse método na pesquisa, se desenvolveu por meio de uma análise que investigou afinidade e semelhanças em dois períodos distintos, chamados de Caso 1 e 2, onde serão julgados por três valores da *fuzzy* e por fim será distinguido o percentual do PIB de exportação de cada produto em cada época, onde a partir disso poderá se mensurar os resultados da pesquisa.

No tocante ao estudo bibliográfico, foram coletadas informações em livros, que se refere a primeira parte do trabalho, onde se pretende explicar um panorama histórico que vai desde o século passado até início deste século, no qual será chamado de *Caso 1*.

Assim, para abordar as variáveis no Caso 1, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, devido à dificuldade em fazer uma pesquisa documental com dados correspondentes a mais de cem anos atrás, sendo assim, ter contato com os documentos e informações originais desse período limitou o acesso a dados.

Portanto, para o Caso 1, a análise foi feita tendo como arcabouço teórico três livros. Os documentos foram escolhidos pelo fato dos autores apresentarem informações pertinentes a pesquisa e por terem uma compreensão diferenciada, para que assim o estudo não seguisse uma ideologia específica e sim apresentar um jogo de contraste de ideias. O primeiro livro utilizado denota uma visão mais econômica, o segundo uma visão econômica-social, e a última uma visão que compreende a formação das elites na história econômica brasileira. Considera-se assim, adequados os livros para explicar a história pregressa que compreende a realidade em torno da produção e comercialização cafeeira no Brasil. Para tanto, foram utilizadas três fontes básicas como se vê no Quadro 2.

Quadro 2 - Publicações utilizadas para análise do êxito cafeeiro

Publicações utilizadas no Caso 1	Período
Celso Furtado – Formação Econômica do Brasil	1870-1930
Caio Prado Júnior- História Econômica do Brasil	1850-1930
Raymundo Faoro – Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro	1850-1930

Fonte: Elaborado pela autora

No que compreende o estudo por meio de pesquisa documental, o Caso 2 - economia dos complexos Soja e Carnes, foram coletados dados no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) os relatórios estatísticos de crédito rural e de seguro rural, Plano Agrícola e Pecuário (de 2006 à 2016), Intercâmbio Comercial Agrícola (Edição 2011 e 2014), e Revista de Política Agrícola (ano 2005 e ano 2011). No Site do BNDES, na parte da biblioteca digital, foram utilizadas cinco publicações (panorama do complexo soja; panorama carne bovina; informe BNDES setorial-2000, e Informe BNDES setorial-2011, 2012). No site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi utilizado dois capítulos da publicação “A agricultura Brasileira, desempenho, desafios e perspectivas”. Também foi coletado um informativo no site do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, denominada “Linha do Tempo da Agricultura Brasileira 1994-

2006”. No site do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foram coletadas informações na parte de Atos internacionais, buscando informações sobre os acordos bilaterais do Brasil com seus principais compradores de Soja e Carnes. Tais periódicos foram selecionadas para atender aos objetivos específicos relacionados ao Caso 2. Por fim, há o Quadro 3 que traz a relação dos documentos utilizados para análise desse período:

Quadro 3 - Publicações utilizadas para análise os complexos de Soja e Carnes nos últimos 20 anos

Publicações utilizadas no CASO 2	Período
Linha do Tempo da Agricultura Brasileira – IICA/Brasil	1994-2006
Panorama do complexo de soja / BNDES	1998
Panorama do complexo de carne / BNDES	1998
BNDES Setorial, n.12	Set.2000
Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o presidente do Brasil e da Rússia	2004
Revista de Política Agrícola	Jul./Ago./Set. 2005
Declaração Conjunta - IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação	2006
Plano Agrícola e Pecuário – MAPA	2006/2007
Plano Agrícola e Pecuário –MAPA	2007/2008
Plano Agrícola e Pecuário –MAPA	2008/2009
Plano Agrícola e Pecuário –MAPA	2009/2010
A agricultura Brasileira: desempenho, desafios, perspectivas/IPEA	2010
Plano de ação conjunta - PAC – Brasil China – MRE	2010-2014
Relatórios Estatísticos - Crédito Rural – MAPA	2010/2015
Revista de Política Agrícola – Capítulo: Variações cambiais e os efeitos sobre exportações brasileiras de soja e carnes	Jan./fev./mar. 2011
Informe Setorial BNDES N.20	Abril 2011
Plano Agrícola e Pecuário –MAPA	2010/2011
Intercâmbio Comercial do agronegócio- principais mercados de destino /MAPA	2011
Plano Agrícola e Pecuário –MAPA	2011/2012
Informe Setorial BNDES N.23	Março 2012

Plano decenal de cooperação – Brasil China – MRE	2012-2021
Plano Agrícola e Pecuário –MAPA	2012/2013
Declaração Conjunta - VI Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação	2013
Plano Agrícola e Pecuário –MAPA	2013/2014
Intercâmbio Comercial do agronegócio- principais mercados de destino /MAPA	2014
Plano de ação para a Cooperação Econômica e Comercial BRASIL-RÚSSIA (2014-2015)	2014-2015
Plano Agrícola e Pecuário –MAPA	2014/2015

Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se que o as informações coletadas para o Caso 1 e 2 são suficientes para a análise bem como apresenta concordância com o método escolhido para a pesquisa.

3.4.1 Construção das Variáveis do Estudo e Método QCA fuzzy

Como a pesquisa busca compreender as formas de incentivos do Estado para com o setor agroexportador em diferentes épocas, as variáveis forma determinadas conforme esse pressuposto, buscando adequar às premissas e prerrogativas que englobem as principais articulações estatais que influenciam no crescimento da produção e exportação dos setores.

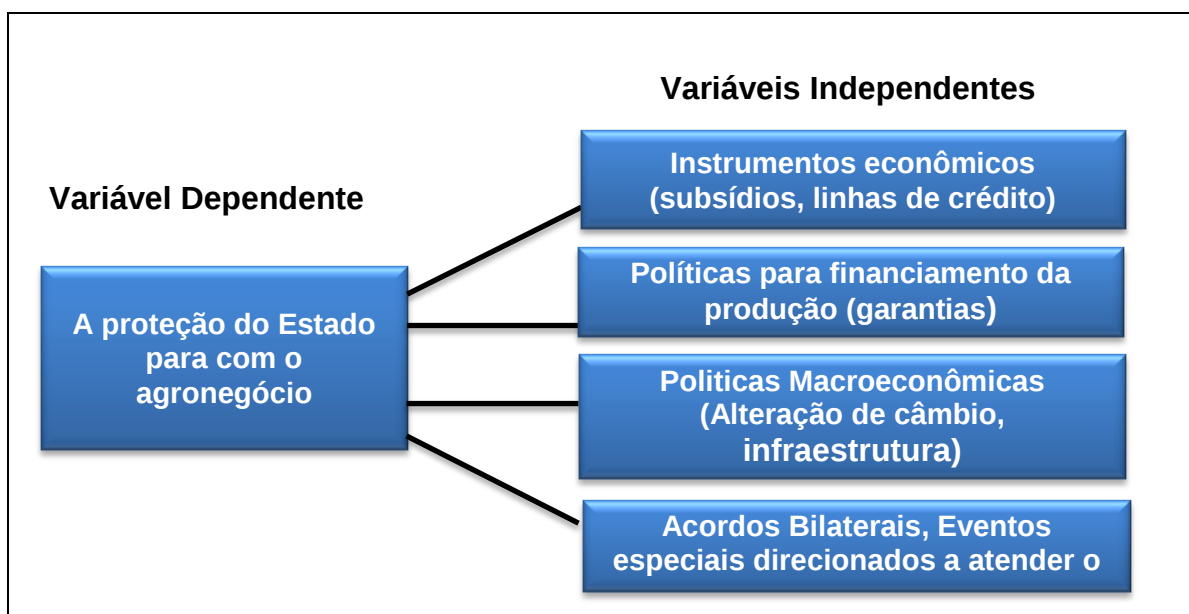
Delineia-se assim como variável dependente do estudo a *proteção do Estado para com o agronegócio*. Sendo relacionadas e ligadas a esse argumento, seguem as seguintes variáveis independentes:

- Variável 1 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);
- Variável 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);
- Variável 3 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura); e

- Variável 4 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de *commodities*.

As variáveis independentes são aquelas que podem explicar as razões da variável dependente, e para a realização da mesma serão concretizadas por meio de estudo documental provenientes de órgãos governamentais, devidamente coletadas serão categorizadas por temática variável, indicando maior ou menor evidência de entre elas, para que assim possa ser realizada a comparação entre os dois espectros temporais.

Figura 3 - Variáveis da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com o esquematizar das variáveis expostas, notasse que o julgamento do pesquisador implica em ser detalhado, portanto, o método escolhido foi justamente pela pesquisa *a priori* ser de caráter qualitativo, chegando assim ao *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) bem como com a utilização da técnica *Fuzzy* que é uma análise qualitativa comparativa por grau de intensidade.

A técnica QCA-fuzzy, permite ao pesquisador expor sua manifestação de entendimento sobre as variáveis encontradas na análise. Sobre esse método, Brisola (2013, p. 85) destaca que a técnica *Fuzzy* “permite a homogeneização de suposições sobre os casos, ampliando as capacidades de observação e de

interpretação investigativas, sendo possível identificar variações que favoreçam a interpretação dos resultados”.

Segundo Ragin (1987, apud DIAS, 2011, p. 3), a técnica QCA, foi introduzida na ciência social como método de análise a partir da lógica binária da Álgebra Booleana onde a intenção é maximizar o número de comparações que podem ser atingidas através de casos de investigação. Este método busca interpretar os dados qualitativamente ao mesmo tempo em que investiga afinidades e semelhanças entre variáveis. Além disso, a QCA dentro de sua estrutura de análise propõe uma ligação maior dos fatos com a teoria, trazendo uma clareza quanto aos objetivos iniciais propostos.

Assim, a técnica representa a análise qualitativa dos dados. Tal instrumento serviu como forma de manifestação do autor de descrever em cada recorte representado pela variável, se houve presença de proteção. A característica deste método é mensurar através de intensidade a presença do objeto de pesquisa. Para isso ela se expressa através de uma escala de intensidade: se foi ausente, pouco presente, ou muito presente, associando-os a números, o que permite a comparação posteriormente com dados quantitativos.

Conforme Rihoux e Ragin (2009, apud DIAS, 2011, p.5), a técnica *Fuzzy* tem características qualitativas, bem como características quantitativas, sendo assim uma abordagem de dois níveis. O conjunto *Fuzzy* permite inserir valores de associação, tais como “0”, “1” e “2”, que foram usados nessa pesquisa. Os valores correspondem, respectivamente à “ausente”, “pouco presente”, ou “muito presente”.

Quadro 4 – Valores de Associação QCA fuzzy

Nº	Presença	Expressão do indicador
0	Ausente	Quando o Indicador não se manifesta
1	Pouco Presente	Quando o indicador se apresenta de forma pouco expressiva
2	Muito Presente	Quando o indicador se apresenta de forma muito expressiva

Fonte: adaptado de Brisola (2013)

Assim no decorrer da análise dos dois casos, a pesquisadora ao final do texto explicou a influência de cada variável, mensurando se naquele contexto o indicador

de proteção estatal foi ausente (0), se foi pouco presente (1) ou se foi muito presente (2).

Portanto a técnica está presente no final da análise dos casos, por meio de um Quadro explicativo, além de estar presente no quadro comparativo de Análise dos Resultados.

O Quadro de Análise de Resultados apresenta dados de comparação da manifestação da autora com o cálculo do Grau de Cobertura Proporcional (GCP), necessário para indicar a influencia das variáveis por Caso. O GCP é um calculo que inclui uma média da ocorrência de todas as variáveis. O resultado do GCP, quando se aproxima do valor de “1” indica a presença de proteção estatal e o resultado próximo a “0” indica a ausência do mesmo.

Ainda no mesmo Quadro, apresenta-se a Variável “Y”, que representa o indicativo de produção e exportação dos produtos em estudo, por caso. Esse mecanismo tem o intuito de comparar dados quantitativos com dados qualitativos. O Quadro de Análise de Resultados representa a forma de se chegar ao último objetivo da pesquisa e está posto em uma seção a parte, depois das análises dos casos.

4 ANÁLISE HISTÓRICO COMPARATIVA DOS CASOS

As análises dos casos foram construídas a fim de responder os objetivos da pesquisa, explicando a ocorrência das variáveis em cada Caso. Dessa forma, foi estruturada por acontecimentos cronológicos, sendo guiada pelas aparições das variáveis na história através dos recortes das publicações contendo a indicação da existência da variável por caso (exemplo: Caso1 - Variável 1 = C1-V1). Assim cada recorte estará disposto dentro de um quadro e trará no topo uma sigla a qual caso se refere e se encontra nele uma ou mais variáveis propostas pelo estudo e no final do quadro a definição da variável encontrada. Posterior a esse constructo encontra-se a manifestação do autor por meio da técnica (QCA) dos respectivos episódios.

4.1 CASO 1 – Êxito do Ciclo Cafeeiro (1870-1930)

Prado Júnior (1970, p.225) destacou que “de todos os produtos brasileiros modernos, o primeiro e soberano lugar cabe ao café.” O ciclo cafeeiro, foi à produção econômica daquele tempo que mais trouxe riquezas e avanços econômicos ao Brasil, chegando a ser o único país a produzir/exportar durante um longo período de tempo para todas as nações. A produção cafeeira teve sua gestação econômica brasileira no início do século XVII, porém só começou a crescer significativamente no XVIII e predominantemente em meados do mesmo século. Faoro (2001, p.387) destacou sobre a presença da produção já no início do século XIX:

Uma produção de 487.594 sacas (de 5 arrobas) em 1821-25, alcança, no período 1836-40, o número de 4.623.345, dez vezes mais do que o volume do início da arrancada. A participação do café no comércio exportador projetou-se de 18,3% no período 1821-30 para 43,8% no decênio seguinte, apesar da baixa do produto em libras. Em vinte anos, a receita cambial subiu de 7.189.000 para 21.329.000 libras.

É possível perceber que o café já representava força em sua gestação, foi neste momento que a produção passou a ser rentável para o Brasil. Compreende-se que, já no final do século XIX o país viveu tempos de “ouro” com o café, produção

em massa, divisas entrando, e as grandes lavouras enriquecendo. Cabe ressaltar que essa produção só tomou grandes proporções, pois teve junto a ele, conjecturas favoráveis como mão de obra, terra em abundância, distribuição de renda através do trabalho assalariado, apoio do governo e entre outros, sendo que nos grandes ciclos anteriores ao café, os quais eram o açúcar e o ouro, inexistiu algumas das tais premissas.

Nos objetivos específicos da pesquisa existe a proposição de identificar os fatores de êxito do ciclo cafeeiro que compreende 1870 a 1930. Entretanto na busca por tais informações viu-se que há necessidade de citar na análise alguns fatores que fizeram parte do contexto da prosperidade do café, pois tais permanecerem atuando desde 1870 até o início do século XX, porém a criação de tal medida foi imposta em 1860. Desta forma serão citados alguns eventos que compreendem momentos que abrange a década 1860.

Assim, o capítulo está estruturado em explicar o sucesso da produção do café guiado pelos objetivos específicos pertencentes a esta parte da pesquisa e pelas variáveis independentes descritas no método, portanto nem todos os eventos de progresso da história corrente do ciclo cafeeiro que abrange 1860 até 1930 são citados, somente os de interesse da análise. Foram ressaltados no início da análise sobre a formação dos atores que atuam junto ao governo e que são influenciadores na tomada de decisão que atingem o setor agroexportador, com visas a ressaltar uma das premissas da proposição do estudo, que é a permanência da atuação dos sujeitos agroprodutores na administração pública. Além disso, cabe ressaltar que as considerações acerca das variáveis são apresentadas por ordem de acontecimento cronológico.

4.1.2 Análise das Variáveis no Contexto de Êxito do Ciclo Cafeeiro

Raymundo (2001) destaca que no período em que o Brasil ainda era colônia da Coroa Portuguesa foi construída desde ali um espírito de estratificação social política, ou seja, as pessoas que ocupavam cargos políticos eram provenientes de relações pessoais com o Rei, ou era relação familiar, cargos de confiança ou por jogo político. Foi assim na determinação dos pertencentes das capitanias hereditárias no século XVII, e o autor também explica no decorrer dos capítulos que essa ocorrência se perpetuou e que inclusive no momento em que “O Brasil era o

café” tal característica se encontrava na administração estatal. Faoro (2001, p. 104 e p. 206) destaca que em torno do século XVI o papel da Coroa portuguesa:

FAZENDA, GUERRA E JUSTIÇA são as funções dos reis, no século XVI, funções que se expandem e se enleiam no controle e aproveitamento da vida econômica. **Uma constelação de cargos**, já separada a administração pública da casa real, realiza as tarefas públicas, com **as nomeações e delegações de autoridade**. Separação, na verdade, tênue, em que o valido da corte se transmuta em funcionário ou soldado, num processo de nobilitação, que abrange o letrado e o homem de armas. **O patrimônio do soberano se converte**, gradativamente, no **Estado**, gerido por um estamento, cada vez mais **burocrático**. [...] **UM ESQUEMA VERTICAL** na **administração pública colonial** pode ser traçado, na ordem descendente: **o rei, o governador-geral (vice-rei), os capitães (capitanias) e as autoridades municipais**. (grifo nosso)

Sobressai-se nessa passagem do livro a relação que ainda naquele século a então Coroa tinha com as pessoas que tomavam posse em cargos da administração, ou seja, não se tratava de qualquer um para assumir tal função, mas sim de autoridades, e que eram designadas para atender aos interesses individuais e não ao interesse de todos. Além disso, nota-se no final do trecho que o autor se refere ao “Estado, gerido por um estamento, cada vez mais burocrático”, bem como um Estado cada vez mais hierarquizado, aristocrático, aprofundado em alianças estratégicas políticas. Faoro (2001, p.91) define estamento burocrático como “O ESTADO, envolvido por uma camada de domínio, um estado-maior de governo, o estamento de feição burocrática, se alimenta de uma classe, a classe comercial [...]”. Em outro trecho Faoro (2001, p.203) aponta a relação da população com os burocratas:

O burocrata, já desenvolvido do embrião estamental do cortesão, **furta e drena o suor do povo porque a seu cargo estão presos os interesses materiais da colônia e do reino**. O súdito não é apenas o contribuinte, mas **a vítima** do empresário que arrenda os tributos, a vítima **dos monopólios e das atividades da metrópole**. (grifo nosso)

Neste ponto se destaca que os interesses dos burocratas eram desarmônicos com os da população. O mesmo autor cita que tal característica estava presente não só na era colonial, mas estará também no da Independência, do Império e da República Velha e que tal formou a unidade nacional (p. 204):

A Independência, o Império e a República sentirão, a cada passo e em todos os episódios, o latente ou o aberto contraste das duas pontas do dilema. **A unidade do governo**, traduzida e realizada **numa camada social**, será **a rocha** sobre a qual se **erguerá a unidade nacional, em luta** contra **a vocação regional** e autonomista **das forças locais**. No fundo do drama não estão apenas os funcionários leais ao rei pela hierarquia, senão os funcionários que não sabem que atuam sob a vontade do rei, que os doma, disciplina e lhes infunde o cunho de colaboradores submissos. (grifo nosso)

Assim, salienta-se que na formação política e social do Brasil colônia até a República, a sociedade foi orquestrada ao redor de alianças políticas a fim de atender seus interesses econômicos que podiam ou não trazer benefícios para o povo, além de que só faziam parte dos cargos públicos e que recebiam medidas favorecedoras da administração estatal a burguesia. Tal característica foi perpetuada inclusive presente na República Velha, no auge cafeeiro.

Em torno da década de 1860 o Brasil Império sob ainda domínio da Família Real Portuguesa encontrava-se na seguinte situação: necessitando de uma ascensão de um produto para promover sua economia. Diante dessa necessidade, viu-se que a produção de café cada vez mais se expandia e prosperava. Como o país foi construído em uma cultura de base colonial, o que se traduziu no decorrer dos séculos como uma nação de base de produção escravista agroexportadora, notou-se que o produto seria uma válvula de escape e que traria a entrada de divisas, consequentemente fazendo circular a economia.

Entretanto na década anterior houve a ruptura no país com a escravidão, isso trouxe ameaças à produção do café, pois a mão de obra que abasteceu toda a gestação do café foi de base escrava, o que significa que os fazendeiros compravam escravos e os traziam da África para a produção, e que eles investiam na compra de escravos e depois tinham o retorno de seu investimento, pois o café estava se expandindo rapidamente e trazendo bons resultados econômicos aos empresários cafeeiros.

Assim com a abolição da escravatura em 1850, os cafeicultores se depararam com uma ameaça, pois toda a força de trabalho do Império girava em torno da escravidão. Poderia ser entendido que não haveria prejuízo já que a produção do café estava próspera, e que seria um atrativo de trabalho, pois os escravos, agora livres, estariam recebendo.

É exatamente nesse ponto que o problema se encontra, pois a produção se expandia cada vez mais, tomando novos espaços, fazendeiros comprando novas terras, então precisaria de novos trabalhadores, pois se existisse ainda a escravidão os fazendeiros comprariam novos escravos para essas novas terras. Assim, com a carência de mão de obra, a produção do café passou a ser ameaçada de crescer e manter o ritmo da produção. Furtado (2005, p.168) relata isso ao citar que “a população que deixasse de trabalhar nos cafezais reverteria à pura economia de subsistência. A queda da renda monetária teria evidentemente uma série de efeitos secundários”.

Dessa forma o então governo viu que haveria necessidade de tomar alguma medida, apoiar o café diante de tal problemática. Segundo Prado Júnior (2008, p. 226):

C1-V1

“Mas o fator decisivo que permitiu o enorme surto da lavoura cafeeira do Brasil neste último meio século, foi sem dúvida **a imigração europeia que forneceu os braços e o trabalho necessário**. A íntima dependência do progresso cafeeiro com relação à imigração foi aliás sempre notória e muito bem compreendida **A administração do Estado de São Paulo** (o principal e grande produtor, e que se tornará autônomo com a implantação do novo regime republicano federativo) **fez da questão imigratória o programa central de suas atividades e resolveu-a** dentro de um sistema que se pode considerar **perfeito e completo**. **O imigrante (o italiano sobretudo) será trazido, com todo auxílio e amparo oficiais, desde seu domicílio** na mais recôndita aldeia dos Apeninos ou de outra região qualquer, **até a fazenda de café, através de uma organização que vai da propaganda do Brasil na Europa à distribuição perfeitamente regularizada dos trabalhadores entre as diferentes propriedades do Estado**. Para este complexo e dispendioso serviço que será a mola mestra da prosperidade paulista, **a administração de São Paulo destinará sempre o melhor dos seus esforços e rendas**. Com sucesso e resultados notáveis, **pois do ano da República até 1930, o Estado receberá mais de 2 milhões de imigrantes** (sendo que cerca da metade **subvencionados**), de que **a parte substancial se destinará à cultura do café**. Esta não resulta assim do acaso ou de circunstâncias fortuitas; **mas de um longo e persistente esforço conduzido com inteligência e notável capacidade de organização**.”
(grifo da autora)

C1-V1= Caso 1 - Instrumentos econômicos de favorecimento direto aos produtores exportadores (subsídios, linhas de crédito)

Nota-se que desde 1860 até 1930, que é o período de estudo da pesquisa, chegaram europeus com visas a trabalho braçal para a lavoura de café que foi superior a 2.000.000,00 de imigrantes no período.

Furtado (2005, p. 127) também cita o apoio do governo para a chegada do trabalhador estrangeiro ao contexto do café: “[...] se formou na Europa um movimento de opinião contra a imigração para o império escravista da América e já em 1859 se proibia a emigração alemã para o Brasil”.

C1-V1

“Como **a chave do problema das exportações era a oferta de mão-de-obra**, retornava-se ao ponto de partida. Reconhecendo que a **política de colonização do governo imperial em nada**

contribuía para solucionar o problema da mão-de-obra da grande lavoura, **a classe dirigente da economia cafeeira** passou a preocupar-se diretamente com o problema. Em 1852 um **grande plantador de café**, o senador Vergueiro, **se decidiu a contratar diretamente trabalhadores na Europa. Conseguindo do governo o financiamento do transporte**, transferiu oitenta famílias de camponeses alemães para a sua fazenda em Limeira. A iniciativa despertou interesse e mais de 2 mil pessoas foram transferidas, principalmente de Estados alemães e da Suíça, até 1857.[...] Nas colônias inglesas, o financiamento corria por conta do empresário. **No caso brasileiro, o governo cobria a parte principal desse financiamento**, que era o preço da passagem da família.[...] **Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante**, que era a parte financeiramente mais fraca. **O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens.** O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade.[...] **A partir dos anos sessenta a questão da oferta da mão-de-obra tornou-se particularmente séria. A melhora nos preços do café fazia mais e mais atrativa a expansão da cultura;** [...] A partir dos anos sessenta **introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida parte principal de sua renda. Sua tarefa básica consistia em cuidar de um certo número de pés de café, e por essa tarefa recebia um salário monetário anual.** Esse salário era completado por outro variável, pago no momento da colheita em função do volume desta. O segundo problema a exigir solução era o do **pagamento da viagem.** Obrigando-se o colono a indenizar os gastos de viagem, seus e de sua família, era inevitável que se suscitasse nele o temor de que sua liberdade futura estava comprometida. **Sendo os fazendeiros de café os mais diretamente interessados na imigração, era natural que corresse por conta deles os gastos de transporte.** Todavia, se a solução fosse adotada nesse sentido, **somente os fazendeiros mais ricos poderiam promover a imigração.** Mas, como não era possível obrigar o colono a permanecer em uma fazenda, resultaria que uns pagariam o transporte do imigrante que serviria a outros. **A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira.** Demais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família. Dessa forma o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação já pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura. **Esse conjunto de medidas tornou possível promover pela primeira vez na América uma volumosa corrente imigratória de origem européia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas."**

C1-V1= Caso 1 - Instrumentos econômicos de favorecimento direto aos produtores exportadores (subsídios, linhas de crédito)

Percebe-se que o movimento foi iniciado por interesse dos fazendeiros mais ricos e que posteriormente o governo, pode-se dizer por pressão dos latifundiários cafeeiros, tomou frente da situação na década de 1870, cobrindo parte do financiamento. Entretanto nota-se que a principal vantagem ia para os fazendeiros, pois de certa forma depois de instalado e recebendo o salário, os imigrantes tinham que pagar o valor do transporte aos cafeicultores além de outros gastos o que acabava fazendo-o de refém dos interesses da lavoura. Sobre isso Furtado (2005, p.174) cita que:

Por outro lado, com a descentralização republicana o problema da **imigração passou às mãos dos estados**, sendo abordado de forma muito mais ampla pelo **governo do Estado de São Paulo**, vale dizer, **pela própria classe dos fazendeiros de café.** (grifo nosso)

Confirma-se novamente a situação emblemática da imigração europeia para tapar os buracos da escravidão, bem como ressaltar que o governo estava intimamente embutido com a classe de fazendeiros do café, ou sendo eles próprios os agentes estatais.

Cabe encontrar nos recortes dos autores que o governo subsidiou o transporte de novos imigrantes europeus para a lavoura cafeeira. Diante do que foi destacado pelos autores, nota-se a presença da Variável Independente 1, no quesito subsídio do governo para com o setor cafeeiro no sentido de estar auxiliando a vinda de imigrantes europeus com vistas a trabalhar na produção cafeeira. Entende-se que a expansão e demanda do café foi decisivo para o esquema de imigração.

No mesmo período de 1860-1870 foi iniciado para esse setor, situações reconhecidas por autores como Socialização das Perdas. Esse episódio mencionado por Furtado (2005) era consequência dos períodos da entressafra da produção cafeeira. Em resumo significa que toda produção de café tem períodos de alta e baixa, onde os fazendeiros economizam os lucros obtidos na alta para sustentar os custos e despesas na baixa produção por fatores biológicos.

Porém, no momento em que o café estava a se expandir, o governo interviu para que os exportadores não tivessem tanto prejuízo, a solução veio por meio de alteração cambial. Furtado comenta os períodos em que aconteceu tal ação (2005, nota de rodapé p.165):

O papel do preço do café como fator determinante da taxa cambial, foi perfeitamente percebido por WLEMAN. Numa época em que os observadores mais esclarecidos do Brasil preocupavam-se apenas com as emissões de moeda-papel e os déficits do governo central. Wuuw observa que entre 1861-64 e 1865-69 o preço médio da saca de **café baixou de 5\$729 para 4\$952 (ouro)** e a **taxa de cambio média desce de 26% para 21.31%**; no período 1870-75 a saca de café sobe para 6\$339 e a **taxa de cambio se recupera, indo para 24.3%**: perto de **1876-84 a saca desce para 3\$247 e o cambio baixa para 22,45%**. Finalmente, em **1886-89 o café sobe para 5\$432 e o cambio se eleva para 24,4%**. *Op. d.*, p. 234-248. (grifo nosso)

Com essa afirmação foi visto que em determinados períodos conforme o a queda ou subida preço do café, a taxa de cambial se alterava acompanhando o preço, tornando-o determinante para o valor adotado para o valor do câmbio.

Quadro 5 – Períodos com Incidência de Socialização das Perdas

Período	Produção	Variação Cambial	Incidência de S.Perdas
1860-1864	Alta	26%	Valorização do câmbio
1865-1869	Baixa	21%	Socialização da Perdas
1870-1875	Alta	24%	Valorização do câmbio
1876-1884	Baixa	22%	Socialização das Perdas
1885-1895	Alta	24%	Valorização do Câmbio
C1-V3= Caso 1 - Políticas Macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção alterações de câmbio, infraestrutura)			

Fonte: retirado da obra de Furtado (2007) e elaborado pela autora

Furtado (2005, p.175) destaca que foi inviável praticar a desvalorização cambial nos anos de entressafra do café no período que abrange 1896-1904:

Em 1897 ocorreu nova depressão no mercado mundial, declinando os preços nos dois anos seguintes até alcançar 1,48 libra em 1899. Se os efeitos da crise de 1893 puderam ser absorvidos por meio de depreciação externa da moeda, a situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que já existia em 1897, tornou impraticável insistir em novas depreciações.

Além dessa alta e baixa natural corrigida pelo câmbio, houve outra situação em que tal problema foi solucionado pelo taxa de cambial e não pelo padrão Ouro. Posteriormente, para a preocupação dos cafeicultores houve uma crise nos centros industriais no exterior, e o preço do café caiu bruscamente o que teve como consequência redução de entrada de divisas no país (o que demonstra que o país é dependente da produção de café). O mesmo caso se fosse ocorrido em uma economia voltada ao padrão-ouro, em momentos de crise o próprio padrão-ouro corrigiria o desequilíbrio. Faoro (2001, p.476) explica o padrão ouro da seguinte forma:

C1-V3

[...]“Estava implícito nessa teoria que, se um país importava mais do que exportava — criando-se um desequilíbrio em sua balança de pagamentos — esse país se veria obrigado a exportar ouro, reduzindo-se conseqüentemente o seu meio circulante. Essa redução, de acordo com a teoria quantitativa, deveria acarretar uma baixa de preços — contrapartida da alta do preço do ouro —, criando-se automaticamente um estímulo às exportações e um desestímulo às importações, o que traria consigo a correção do desequilíbrio.”

C1-V3= Caso 1 - Políticas Macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção (alterações de câmbio, infraestrutura)

Para deixar de forma mais clara o padrão ouro nada mais é do que a moeda circulante estar lastreada ao ouro, ou seja, só se exporta e importa de acordo com a mesma quantidade de reserva de ouro do país, sendo assim em um momento de crise a reserva metálica cobriria os déficits ocasionais na balança de pagamentos. Numa correção gerada pelo país que adota o padrão ouro, no momento de queda de preço externa devido à crise, o Estado é obrigado a exportar ouro, reduzindo-o do meio circulante, o que causaria uma alta do preço do ouro, criando um estímulo as exportações e um desestímulo as importações, corrigindo assim o desequilíbrio.

Contudo na economia dependente de cunho agroexportadora-escravista brasileira daquele século, a correção por meio do padrão-ouro não reagiria da mesma forma, pois o país não dispunha de uma grande reserva de ouro para cobrir os déficits na Conta Corrente da Balança de Pagamentos, e demoraria muito mais tempo para o prejuízo ser corrigido, causando uma piora nas relações de intercâmbio nacional, o que prejudicaria o setor de exportação. A saída para que o setor de exportação (café) não sofresse tanta retração conforme Furtado (2005, p.164) seria:

C1-V3

“ A crise penetrava neste de fora para dentro e seu impacto alcançava necessariamente grandes proporções. Verificamos que na primeira etapa, isto é, naquela que se seguia imediatamente à **baixa dos preços de exportação**, a procura de importações, influenciada pelos efeitos indiretos da expansão anterior das vendas externas e pela forma de financiamento das importações, teria de prolongar-se durante algum tempo. A ação deste e de outros fatores que, indicamos, resultava o - **desequilíbrio**, isto é, a acumulação de um **déficit na conta corrente da balança de pagamentos**. **Se a economia operasse** dentro das regras do **padrão-ouro**, vale dizer, através da liquidação de ativos externos e reservas metálicas, a correção do desequilíbrio adviria como consequência da contração geral que se propagaria do setor exportador a todas as atividades econômicas. Já observamos que a contração do setor exportador, pela **lógica do sistema**, **deveria traduzir-se principalmente em redução na margem dos lucros**. A contração da renda global resultante da crise se manifestaria, portanto, basicamente, numa redução das remunerações das classes não-assalariadas. Como nos gastos de consumo dessas classes de altas rendas os produtos importados participavam com elevada parcela, é evidente que uma brusca contração nos lucros do setor exportador tenderia a reduzir a procura de bens importados. Demais, a redução dos lucros afetaria o volume das inversões, provocando uma série de efeitos secundários tendentes a reduzir a procura de importações. **A correção do desequilíbrio através da taxa cambial era uma operação de natureza e consequências inteiramente distintas**. Ao **reduzirem-se os preços dos produtos exportados** - no caso, **o café** - tendia a **baixar bruscamente o poder aquisitivo externo da moeda nacional**. Essa baixa se processava mesmo antes que se materializasse o desequilíbrio, pois a simples previsão de que viria tal desequilíbrio era suficiente para que tivesse início uma corrida contra o valor externo da moeda. **Dessa forma, encareciam bruscamente todos os produtos importados, reduzindo-se automaticamente sua procura dentro do país**. Assim, sem necessitar de liquidar reservas, que aliás não possuía, a economia lograva corrigir o desequilíbrio externo. Por um lado, **cortava-se o poder de compra dos consumidores de artigos importados, elevando os preços destes**, e por outro estabelecia-se uma espécie de taxa sobre a exportação de capitais, fazendo pagar mais àqueles que desejassem reverter fundos para o exterior.[...] **O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na**

realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. [...]Em síntese, os aumentos de produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dadas as condições que prevaleciam de abundância de terras e de mão-de-obra. Havia, portanto, uma tendência **à concentração da renda nas etapas de prosperidade.** Crescendo os lucros mais intensamente que os salários, ou crescendo aqueles enquanto estes permaneciam estáveis, é evidente que a participação dos lucros no total da renda territorial tendia a aumentar. Na etapa de declínio cíclico, havia uma forte baixa na produtividade econômica do setor exportador. Pelas mesmas razões por que **na alta cíclica os frutos desse aumento de produtividade eram retidos pela classe empresarial, na depressão os prejuízos da baixa de preços tenderiam a concentrar-se nos lucros dos empresários do setor exportador.** Não obstante, o mecanismo pelo qual a economia corrigia o desequilíbrio externo - **o reajustamento da taxa cambial - possibilitava a transferência do prejuízo para a grande massa consumidora."**

C1-V3= Caso 1 - Políticas Macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção (alterações de câmbio, infraestrutura)

Cabe ressaltar que no texto acima Furtado cita que *O processo de correção do desequilíbrio externo significava, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros*, ou seja, com essa forma de correção do desequilíbrio os importadores pagavam o prejuízo que viria atingir os exportadores, mais uma vez o setor cafeeiro era o mais beneficiado nesta situação.

Prado Júnior (2008, p. 228) comenta também sobre essa correção de desequilíbrio econômico:

C1-V1;V3&V4

"Em 1896 o café brasileiro enfrenta **sua primeira dificuldade comercial: os preços declinam, estoques invendáveis começaram a se acumular.** Estava-se diante de uma situação nova e inteiramente insuspeitada no passado: **a superprodução.**[...] **O jogo de câmbio**, em particular, será **fácil e largamente proveitoso.** E é neste momento ainda que a **finança internacional conquistará suas primeiras posições, fortes e sólidas, no terreno da maior riqueza do país:** o comércio do **café, que passará daí por diante a ser estreitamente controlado em função dos seus interesses.** Isto já aparecerá claramente por ocasião da crise cafeeira de 1895 acima referida. O aumento da produção será aproveitado para forçar a baixa do preço do produto (que declinará daí por diante até 50% apenas do seu valor primitivo); **mas com o controle do comércio e da exportação, impedir-se-á que os excessos cheguem até os mercados consumidores onde o preço se manterá sem modificação.** Os intermediários, que em última instância não são senão agentes diretos ou indiretos da finança internacional, embolsarão assim grossas diferenças."

C1-V1= Caso 1 - Instrumentos econômicos de favorecimento direto aos produtores exportadores (subsídios, linhas de crédito)

C1-V3= Caso 1 - Políticas Macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção (alterações de câmbio, infraestrutura)

C1-V4= Caso 1 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de commodities.

No texto o autor cita que além desse problema a economia cafeeira encontrava-se em superprodução, o que torna mais ainda evidente a preocupação dos cafeicultores, e que tal manobra não só ajudaram, mas pode-se dizer os salvaram de prejuízos maiores. Diante de tais fatos, conclui-se que o exportador não perdia tanto no momento de crise com a correção do desequilíbrio externo por meio da taxa cambial, pois quem pagava o prejuízo do setor de exportação (da queda do preço) eram os importadores, a massa consumidora, através da desvalorização da moeda nacional. As Variáveis Independentes encontradas nesses recortes foram as Variáveis um, três e quatro, por estarem presentes no financiamento por crédito estrangeiro, ação do governo para liberação de crédito além de alteração cambial em favor de um grupo social.

Entre 1880 e 1890, depois do Brasil ter se tornado República, com a transição da abolição da escravidão para o trabalho assalariado, o país estava passando por efeitos da abolição. Segundo Furtado (2005) esse evento trouxe ao país de uma forma mais geral uma distribuição de renda através da circulação de dinheiro na economia interna por meio de pagamento aos empregados (o que não acontecia na escravidão), o que favoreceu a economia local do interior, ocasionando o chamado “efeito multiplicador”, além disso, proporcionou também uma organização da lavoura cafeeira. Nesse momento a produção e comercialização da *commodity* estavam no auge da prosperidade, onde permanecia atraindo os trabalhadores do setor de subsistência sem precisar fazer esforço por isso, pois a diferença de salário do setor exportador para o setor de subsistência já era mais atrativo por si só, assim o empresário tinha condições de expandir sua produção, comprar novas terras e ter mão-obra para trabalhar na produção, desta forma a economia desse setor estava em alta e em crescimento.

Contudo, com a proclamação da República em 1889 ocorreram mudanças no contexto político brasileiro. Um ano após o Brasil se tornar República houve um acontecimento o qual foi chamado de encilhamento, que caracterizou por aumentar a emissão e disponibilidade de crédito, que teve o intuito de fomentar a incipiente indústria nacional além de condicionar o crescimento da lavoura de café, apesar disso, seus efeitos foram os mais adversos. Tal atividade econômica trouxe uma maior desvalorização cambial, por excesso de moeda na economia sem estar lastreada, gerando assim inflação. Faoro (2001, p.599) destaca que:

C1-V1;V2&V3

"Sobre essas bases flutuantes, **expandiu a circulação, concedendo "avultadíssimos auxílios à lavoura, desorganizada e abatida"**. Para chegar a esse objetivo **estimula o setor intermédio, o do crédito e das transações comerciais, que, dentro de poucos meses, adquiriria expressão autônoma**, tal como nos meados do século. O chefe do último gabinete mostra-se, ainda mais tarde, eufórico com o fomento do **"espírito de iniciativa e associação", que levou à criação de "bancos, empresas e companhias em maior número do que os existentes até sua ascensão ao poder"**. A abolição — acreditava-se na época — libertara energias entorpecidas, fazendo a nação crescer e expandir-se. Na verdade, o dinheiro farto — passou-se dos 197.000 contos em 1889 para 298.000, no ano seguinte, expansão de 51,6%, atingindo 513.000, em 1891 — destinado à lavoura, **sobretudo aos credores da lavoura na corte**, incapaz de reanimar o cadáver cafeeiro do Vale do Paraíba gerou a especulação urbana, e, dentro dela, **a febre industrial**. O outro **setor cafeeiro, o paulista**, expansivo e renovador, recebeu maior estímulo, aumentando as plantações, **passando de 220 milhões para 520 milhões de árvores**, entre 1890 e 1900, o que levará, em pouco tempo, **à superprodução**. São Paulo não aceitara, em breve, o **controle centralizador do crédito, cioso de dirigir, ele próprio, os cordéis financeiros de sua economia**. Acentue-se, entretanto, que, entre os dois pólos agrícolas, incha-se o setor **intermediário e urbano**, inflando o fenômeno, que passou à história com o nome de **encilhamento**. A anomalia reproduz, em outras cores e nas linhas mais vivas, a ilusão progressista do meado do século com a diferença de que ela seria estimulada para, sobre outra realidade, reconstruir a sociedade. A agitação especuladora não assenta sobre o nada, senão que extrema e expande o surto industrial, embora débil, realmente atuante, nos últimos anos do Império Paraiba, **gerou a especulação urbana, e, dentro dela, a febre industrial.**"

C1-V1= Caso 1 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C1-V2= Caso 1 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

C1-V3= Caso 1 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura).

Embora os efeitos adversos que o encilhamento trouxe a economia, para o setor de produção do café, o crédito propiciou a abertura de novas terras, expandindo a capacidade produtiva do país, além de proporcionar a abertura de novos bancos, o que o mesmo por sua vez também proporcionaria apoio ao setor. Assim a produção do café aumentou de maneira drástica. Furtado (2005, p.172-174) cita a passagem desse acontecimento para o setor exportador:

C1-V2;V3&V4

"A proclamação da República em 1889 toma, em consequência, a forma de um movimento de reivindicação da autonomia regional. Aos **novos governos** estaduais caberá, nos dois primeiros decênios da vida republicana, um **papel fundamental no campo da política econômico financeira**. A **reforma monetária de 1888**, que o governo imperial não executou, no modo como foi aplicado posteriormente, pelo governo provisório, concedeu o poder de **emissão a inúmeros bancos regionais, provocando subitamente em todo o país uma grande expansão de crédito**. A transição de uma prolongada etapa de crédito excessivamente difícil para outra de extrema facilidade deu lugar a uma febril atividade econômica como jamais se conhecera no país. **A brusca expansão da renda monetária, acarretou enorme pressão sobre a balança de pagamentos**. A taxa média de câmbio desceu de 26-d em 1890, para 13 15/16 em 1893 e continuou declinando nos anos seguintes, até o fim do decênio, quando alcançou 8 7/32. **A grande depreciação cambial do último decênio do século, provocada principalmente pela expansão creditícia** imoderada do primeiro governo provisório, **criou forte pressão sobre as classes assalariadas**, particularmente nas zonas urbanas. Essa pressão não é alheia à intranquilidade social e política que se observa

nessa época, caracterizada por levantes militares e intentos revolucionários, dos quais o país se havia desabituatedo no correr do meio século anterior. A partir de 1898 a política de Murinho reflete um novo equilíbrio de forças. **A redução do serviço da dívida externa por meio de um empréstimo de consolidação (1898), a introdução da cláusula-ouro na arrecadação do imposto de importação (1900), uma série de medidas de caráter deflacionário e um substancial aumento no valor das exportações de 26 milhões de libras em 1896-99, para 37 milhões em 1900-03, tornaram possível a recuperação do equilíbrio externo.”[...] “Finalmente, o efeito estimulante da grande inflação de crédito desse período beneficiou duplamente a classe de cafeicultores: proporcionou o crédito necessário para financiar a abertura de novas terras e elevou os preços do produto em moeda nacional com a depreciação cambial.** “A produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-81 para 5,5 em 1890-91, alcançaria em 1901-02 16,3 milhões.”

C1-V2= Caso 1 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias)

C1-V3= Caso 1 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura)

C1-V4= Caso 1 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de *commodities*.

Nota-se que na passagem do século XIX para o XX a produção cafeeira, chegou ao seu ápice, um nível que jamais tinha chegado antes - nem com os outros ciclos econômicos -, dominando assim o comércio cafeeiro mundial naquela época. Diante disso é possível notar que a emissão de crédito para o setor da lavoura foi bastante relevante para o aumento da produção do café.

Todavia, o preço do café caiu devido uma crise nos EUA, e com a superprodução cafeeira não foi possível utilizar a proteção para o café através da depreciação da moeda nacional (taxa de câmbio), além do que a demanda dos consumidores de café era inelástica em relação ao preço-renda, o que significa que se a renda do consumidor aumentar ele não vai comprar mais café devido sua renda ter aumentado, o aumento do poder aquisitivo não contribui para aumento na compra do café.

Resumindo, nos primeiros anos do início do século passado o país se encontrava com uma superprodução cafeeira, e no ano de 1906, ano em que o café teve novamente baixa biológica devido à transição de safra e entressafra, (como foi mencionado anteriormente, no ano de baixa o governo utilizava o método de desvalorização cambial para sustentar a produção) nesse ano houve uma inesperada queda dos preços devido a crise nos Estados Unidos da América, assim, sem ter como vender toda aquela superprodução, o governo então elaborou um plano de valorização do café.

O instrumento adotado pelo governo foi reconhecido como Convênio de Taubaté, este por sua vez tinha como intuito o controle da oferta através do preço do

café. Tal medida foi financiada pelo governo, via empréstimos estrangeiros e por compra dos próprios excedentes. Prado Júnior (2008, p.230-232) discorre tal acontecimento:

C1-V1&V4

“É a necessidade de se defenderem contra tal estado de coisas que levará **os produtores a pleitearem medidas destinadas a sustentarem e estabilizarem os cursos do café**. Elas se verificarão pela primeira vez em 1906, quando efetivamente se chegara a uma situação muito grave. **Os preços, em declínio desde muito, chegam agora, com a valorização da moeda, a um nível nitidamente abaixo do custo de produção**. Os prejuízos da lavoura eram consideráveis. Entretanto a posição mundial do comércio cafeeiro não era desfavorável. Nos anos anteriores a produção se mantivera abaixo do consumo; graças a um forte aumento deste, compensara-se o alargamento da produção e haverá no período de **1901-5 um deficit de quase 5.000.000 de sacas**. Podia-se esperar com confiança que os estoques acumulados seriam rapidamente absorvidos. **E é de notar que apesar do declínio dos cursos, os preços pagos pelo consumidor se mantinham inalteráveis. A crise era pois somente do produtor**. São estas circunstâncias que determinam **a primeira intervenção oficial no mercado cafeeiro**. Tudo se teria resolvido com um sistema de crédito que amparasse os produtores e não os deixasse na contingência de venderem precipitadamente a sua produção. Não será esta a solução escolhida. Optar-se-á por um expediente oportunista que consistirá em **intervir no mercado com compras maciças para forçar a alta**. É difícil averiguar hoje até onde teriam as manobras de interesses ocultos contribuído para uma solução tão precária e de caráter especulativo. **Os grandes proveitos que dela tirarão grupos financeiros que nada tinham de comum com os produtores, autorizam-nos contudo suposições verossímeis. Os produtores propriamente serão beneficiados, não há dúvida, embora momentaneamente apenas;**[...] Compreende-se a oposição quando se considera o vulto dos interesses atingidos pela intervenção oficial que vinha perturbar o livre jogo da especulação. Mas os partidários da valorização, com o apoio de uma classe forte como a dos fazendeiros que embora iludidos, viam nela a solução única da grave crise em que se debatiam, acabarão vencendo inteiramente a partida. Conseguem mesmo, em 1903, levar para o governo federal um aliado declarado e decidido, o Presidente Afonso Pena. **A política de valorização terá então sua consagração.**[...] **Os interesses financeiros envolvidos na operação venciam assim a partida**. E serão eles, muito mais que os produtores em cujo nome se agira, que colherão seus melhores frutos. **A mercadoria adquirida na fase das operações anteriores será agora revendida com larga margem de lucros; e os estoques oficiais retirados do mercado ficarão nas suas mãos para com eles manobrar**. Para geri-los e proceder à sua liquidação, **constituir-se-á um organismo especial, a Comissão do Café do Estado de São Paulo, em que os banqueiros terão quase unanimidade (cinco membros contra um de nomeação do governo paulista)**. Ficam assim efetivamente e por muito tempo com o **controle completo do mercado cafeeiro**. A importância deste controle se poderá avaliar pelos protestos que levanta nos meios que ficaram fora do negócio, nos grupos financeiros concorrentes que viam escapar-lhes as oportunidades agora reservadas aos felizes agentes **do Plano de valorização. A questão repercutirá até nos parlamentos alemão e francês, onde se proporão medidas drásticas para forçar a Comissão do Café a entregar seus estoques**. O pretexto será o interesse dos consumidores (pretexto inteiramente infundado, porque o preço pago pelo consumidor nunca se modificara, nem na baixa anterior nem na alta subsequente), e os partidos socialistas em particular, arrastados pela demagogia, tomarão o assunto a peito sem suspeitarem que estavam servindo de meros instrumentos de despeitados interesses financeiros. Nos Estados Unidos a questão tomará outra feição, e sob alegação de que a retenção de estoques infringia a lei Sherman contra os trustes, obrigou-se judicialmente a Comissão a liquidar a mercadoria depositada naquele país. **Nos demais, ela continuará com o controle do mercado até a I Grande Guerra, quando se terão esgotado as reservas remanescentes**, com exceção da parte conservada na Alemanha que será confiscada pelo governo desse país quando o Brasil lhe declara guerra.

C1-V1= Caso 1 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito)

C1-V4= Caso 1 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de *commodities*.

Caio Prado Júnior destaca que os produtores/empresário do café são as elites da população, pois são banqueiros, comerciantes, políticos, ou seja, eles tinham relação direta com o governo, tanto é que foi criado o Plano de Valorização, por eles através da Comissão do Café do Estado de São Paulo, onde os próprios retinham os excedentes da produção e tinham o controle sobre o comércio e seus compradores.

Furtado (2005, p. 175) também menciona sobre tal fato nesse período:

C1-V2;V3;V4

“Se os efeitos da crise de 1893 puderam ser absorvidos por meio de depreciação externa da moeda, a situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que já existia em 1897, tornou impraticável insistir em novas depreciações. Já assinalamos que essa excessiva pressão levou a uma crescente intranquilidade social e finalmente à adoção de uma **política tendente à recuperação da taxa de câmbio**. Exatamente nessa etapa em que **se fazia impraticável apelar para o mecanismo cambial**, a fim de **defender a rentabilidade do setor cafeeiro**, configura-se o problema da superprodução. **Os estoques de café, que se avolumam ano a ano, pesam sobre os preços, provocando uma perda permanente de renda para os produtores e para o país**. A idéia de retirar do mercado parte desses estoques amadurece cedo – no espírito dos **dirigentes dos estados cafeeiros, cujo poder político e financeiro fora amplamente acrescido pela descentralização republicana**. No convênio, celebrado em Taubaté em fevereiro de 1906, definem-se as bases do que se chamaria política de “valorização” do produto. Em essência, essa política consistia no seguinte: a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, **o governo interviria no mercado para comprar os excedentes**; b) o **financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros**; c) o **serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada**; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. A acalorada polêmica que suscitou a política de “valorização” constituiu uma clara indicação das transformações que na época se operavam na estrutura político-social do país. **A descentralização republicana havia reforçado o poder dos plantadores de café em nível regional**. Vimos já que essa descentralização - que chegou a extremos no caso da aplicação **da reforma bancária** - não é estranha à excessiva expansão das plantações de café, que ocorre entre 1891 e 1897.[...] Por último os **comerciantes importadores e os industriais, cujos interesses por motivos distintos se opõem aos do cafeicultores**, encontram no regime republicano oportunidade para **aumentar o seu poder político**. **O primeiro esquema de valorização teve de ser posto em prática pelos estados cafeicultores - liderados por São Paulo - sem o apoio do governo federal**. Diante da relutância deste último, **os governos estaduais - aos quais a descentralização republicana concedera o poder constitucional exclusivo de criar impostos às exportações - apelaram diretamente para o crédito internacional** e puseram em marcha o projeto.

C1-V2= Caso 1 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

C1-V3= Caso 1 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura);

C1-V4= Caso 1 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de *commodities*.

Diante de tais afirmativas pode-se notar que de todas as outras formas de apoio ao setor de exportação, citada anteriormente, esta foi reconhecida pelo governo oficialmente como plano de proteção para o setor de lavoura do café. Há que se ressaltar com essa passagem que houve reforma bancária devido o poderio

atingido pelos produtores de café com a descentralização republicana (Variável 2), a compra de excedentes pelo governo reforça a política adotada para o prevailecimento da lavoura cafeeira (Variável 3), e para isso o governo tomou empréstimos por meio de crédito internacional (que reforça a Variável 4), sobretudo, a criação de instituições para atender o café, tendo o objetivo de controlar a compra dos excedentes e conseqüentemente, comandar o comércio do café com os outros países.

Este plano de valorização permaneceu e sofreu alterações por três vezes e conseguiu alcançar o objetivo proposto até o findar da década de 1920, posteriormente ocorreram situações externas adversas onde esse mecanismo de proteção acabou se tornando obsoleto e não atingindo mais o mesmo alcance como anteriormente.

Raymundo Faoro (2001, p.631) também destacou esse marco em seu livro e explicou como se deu o plano de valorização e sua durabilidade:

C1-V1;V3;V4

A economia da chamada República Velha (1889-1930), apesar da ruptura de 1906, estava voltada para o setor exportador. O complexo se abrandava, à força de muitas pressões e de muitos combates, **com a emergência do mercado interno**, que os interesses agrícolas e industriais procuravam apropriar. **O poder público transige, em alguns casos cede, raramente fomenta esse desvio, que perturba o esquema federalista**, tal como articulado durante o governo Campos Sales. **O café, ainda na década de 1921-30, ocupa 69,6% da exportação nacional. Daí, desse núcleo central da economia, as valorizações crescem de vulto, entre as quais a de 1906 não será medida isolada e solitária, senão que, como se acentuou, obedece ao contexto mercantilista, aberto**, sem eliminar o sistema dominante, na reação anti-Murtinho. O plano, que daria lugar a um neologismo vocabular na língua inglesa e a um **neologismo econômico de larga aceitação por outros países produtores** de matérias-primas, **provoca a elevação do preço do café acima de um nível que permita o lucro do produtor, mas abaixo de um padrão que evoque o plantio em outros países.** Tem, pela sua natureza e pelas conseqüências, perigosas a longo curso, capaz de suscitar represálias, caráter transitório e de emergência. De iniciativa dos Estados produtores, sobre eles recaindo o controle do mecanismo interno, projetou-se, na segunda vez (1917-20), ao plano federal, **calcado sobre emissões da União, no valor de 110.000 contos, emprestadas a São Paulo, com a promessa de dividir os lucros.** A geada de 1918 fez mais pelo café — elevando o valor da saca de 47\$350 a 94\$612 — do que o expediente valorizador. **Na terceira valorização, resultante dos estoques encalhados**, em 1921, o presidente Epitácio Pessoa, liberal de formação clássica, aceita, com relutância, a responsabilidade da medida, pressionado por São Paulo, cujo governador, Washington Luís, pretere resguardar o Estado da empresa aleatória. Ainda uma vez, as pequenas safras de 1922 e 23, **somadas ao aumento de consumo do mercado norte-americano**, perturbado pela proibição das bebidas alcoólicas, liquidam os estoques de 10 milhões de sacas para 5,3 milhões, entre 1919 e 1923. O êxito das valorizações depende, no último termo, do **capital estrangeiro**, obtido, **em 1906**, apesar das resistências de Rothschild, com a presença deste, mal volvido um ano. A crise pós-guerra, em 1917, obrigou **ao recurso emissionista**, em substituição ao empréstimo exterior, novamente negociado, em 1921, **com um consórcio de banqueiros — Rothschild, Schroeder e um representante da Brazilian Warrant Co.** A conexão entre o poder público, estadual e federal, e os banqueiros estrangeiros **induz a crer que o plano de valorização opera em favor do setor externo da economia**, com a sobra dos lucros entregue aos produtores e a totalidade dos riscos por conta dos governos dos Estados e da União, acudindo esta, em caso de malogro, com o

pagamento das contas atrasadas. Esta projeção pública das medidas, obrigando o governo a intervir depois de aberta a crise, levou à criação, ainda em 1922, de uma **agência federal e permanente — o Instituto de Defesa Permanente do Café** —, depois dissolvida, quando **o Estado de São Paulo funda o Instituto do Café (1925)**. No seio da **garantia dos preços** emerge o sentido nacionalista, articulado ao setor público, ainda hesitantemente articulado para as práticas reformistas, embora, à cômte, esteja sempre o **banqueiro internacional — o Brasilianische Bank für Deutschland, e Schroeder, em 1906, como Lazard Brothers Co., em 1926**. O último lance só virá depois da tranqüila marcha de **1924-27, com safras normais e absorção do mercado mundial**, no equilíbrio entre o aumento da produção e do consumo (onze por cento ao ano, entre 1920 e 1928). Os mecanismos públicos desde a **implantação do quarto Banco do Brasil**, vigiam e aceleram o progresso econômico, com o centro plantado no café. No governo central, superintende a empresa o **Ministério da Agricultura**, criado em 1906 e instalado no governo Nilo Peçanha. **A Carteira de Redescoto do Banco do Brasil (1920), substituída pela Carteira de Emissão (1923)**, alternaram a expansão e a retração monetária, agora francamente fixadas no propósito de evitar o câmbio alto receio maior dos exportadores e industriais, estes últimos comparsas necessários do controle financeiro.

C1-V1= Caso 1 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C1-V3= Caso 1 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura);

C1-V4= Caso 1 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de *commodities*.

Conforme os autores destacam, viu-se a presença das Variáveis Independentes, um, três e quatro, pois citam a participação de banqueiros estrangeiros para bancar os planos de valorização, emissões por parte da União para apoiar a produção, criação de Ministério da Agricultura e do Instituto do Café.

Faoro elencou bem uma visão sobre o acontecimento desse plano, cabe salientar os eventos, instituições criados direcionados a atender os a produção/exportação cafeeira, como é o caso do Instituto do Café, gerado pelo Estado de São Paulo. Nota-se que houve por parte do governo diferentes formas de subsidiar esse setor (emissões pela própria União, empréstimos com banqueiros estrangeiros para compra dos excedentes pelo próprio governo, criação de institutos para que tratassem desse setor) e que por sua vez cabe salientar que tais medidas funcionaram e duraram por cerca de 30 anos, assumida oficialmente pelo governo, resultando em um período favorável para o café.

Diante desses mecanismos, o café continuou atuando ainda como a principal fonte de renda brasileira, porém houve em 1929, algumas situações que foram prejudiciais a esse mecanismo e a produção. Nesse mesmo ano corrente, houve uma crise de oferta pelo excesso de café, ou seja, o preço se encontrava em baixa, além de uma crise na demanda, pois nesse ano ocorreu o que foi chamado pela literatura de Grande Depressão, uma crise que tomou grandes proporções mundialmente, ocasionando assim, falência dos bancos, das fabricas, desemprego

em alta, conseqüentemente baixando a procura pelo café, além de que os países que faziam intercâmbio com o Brasil não poderiam mais conceder empréstimos.

Vale ressaltar um panorama da produção nesse momento: plano de valorização operou da forma esperada, havia muito estoque de café, o comércio não estava conseguindo absorver a produção, os fazendeiros não tinham para quem vender, o café inelástico ao preço. Ou seja, era esperado que neste momento o mercado agisse, o que ocasionaria assim uma quebra do monopólio, porém o Estado não desistiu de proteger tal produção.

A forma encontrada para não deixar que o setor produtivo viesse à falência foi a de comprar os excessos não absorvido pelo mercado e queimarem-nas, assim tais excedentes foram comprados pelo governo através do dinheiro proveniente de emissão sem estar lastreada em nada. Ocorreu novamente uma expansão do crédito. O que sustentou assim a renda dos exportadores, da mão-de-obra da lavoura, e o efeito multiplicador – distribuição de renda – foi mantido, o que trouxe também benefícios para a população interna. Raymundo Faoro (2001, p.633) destaca tal acontecimento:

C1-V4

A depressão mundial de 1929 acordará o obstinado sonhador, com os freios de controle funcionando para precipitar a queda, sem que ninguém entenda que **só um Estado reformulado** poderá tomar as decisões necessárias ao momento, momento, na verdade, preparado longamente, dentro da própria estrutura do poder.[...] A convergência para a unificação do mercado e para o aliciamento protetor e governamental suscita o centralismo, o protesto antifederal, na surda marcha que leva a 1930. **A agricultura, que ocupa, em 1920, 69,7% da população ativa**, um dia seduzida com a emancipação do plantador, do produtor, sufocada pelo comissário do século XIX, **decepcionada e endividada, vê sobre ela desabar a crise de 1929. As valorizações, convertidas em sistema a partir de 1906, soaram como a libertação do comissário, já transmutado em banqueiro ou devorado pelo exportador.** No fundo, **o lavrador**, por um golpe, **quer escamotear a dívida**, sobre a qual expandira a plantação. **Na verdade, não consegue senão transferi-la ao exterior, por meio dos bancos e das casas exportadoras.** Depois desse angustiado circuito, **seria necessário passar o débito ao governo**, aparelhado para recebê-lo, **com o Banco do Brasil e o Instituto do Café**, se a crise lhe ferisse as fazendas. Washington Luís, impermeável à tácita regra do jogo, empertiga-se em orgulhoso liberalismo, abrindo caminho aos ventos áspers e selvagens, renovadores.

C1-V4= Caso 1 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de commodities.

Este trecho relata a passagem dos cafeicultores prósperos a endividados e quebrados, e por diversos meios o que mais lhe garantiu ajuda foi a criação pelo governo com o Banco do Brasil e o Instituto do Café que puderam amortizar a

dívida, ou até mesmo como diz o autor “seria necessário passar o débito ao governo, aparelhado para recebê-lo, com o Banco do Brasil e o Instituto do Café. Na visão de Furtado (p.182-186, 2005):

C1-V1;V3;V4

Ao deflagrar-se a **crise mundial** a situação da **economia cafeeira** se apresentava como segue. A produção, que **sé encontrava em altos níveis, teria de seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento**. Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-28. Por outro lado, era totalmente **impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques**, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão e o **crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas**. Os pontos básicos do problema que cabia equacionar eram os seguintes: a) Que mais convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise? Caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo? c) Caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sobre quem recairia a carga, caso fosse colhido o café? A solução que à primeira vista pareceria mais racional consistia em abandonar os cafezais. Entretanto, o problema consistia menos em saber o que fazer com o café do que decidir quem pagaria pela perda. Colhido ou não o café, a perda existia. Abandonar os cafezais sem dar nenhuma indenização aos produtores significava fazer recair sobre estes a perda maior. Ora, conforme já vimos, a economia havia desenvolvido uma série de mecanismos pelos quais a classe dirigente cafeeira lograra transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga nas quedas cíclicas anteriores. Seria de esperar, portanto, que se buscasse por esse lado a linha de menor resistência. [...] **A baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda**. Essa queda trouxe, evidentemente, **um grande alívio ao setor cafeeiro da economia**. **A baixa do preço internacional do café** havia alcançado 60 por cento. **A alta da taxa cambial chegou a representar uma depreciação de 40 por cento**¹⁶⁰. **O grosso das perdas poderia, portanto, ser transferido para o conjunto da coletividade através da alta dos preços das importações**. Restava a considerar, entretanto, **o outro lado do problema**. Não obstante **toda essa baixa de preços, o mercado internacional não podia absorver a totalidade da produção, pela razão muito simples já indicada de que a procura era pouco elástica em função dos preços**. É verdade que, deixada de lado a preocupação de defender os preços, abria-se a possibilidade de **forçar o mercado**. **E assim se fez**, logrando **um aumento do volume físico exportado**, entre 1929 e 1937, de 25 por cento. Mesmo assim, **uma parte apreciável da produção ficava sem nenhuma possibilidade de colocar-se no mercado**. Era evidente, portanto, que **se requeriam medidas suplementares** [...] Fazia-se indispensável evitar que os estoques invendáveis pressionassem sobre os mercados acarretando maiores baixas de preços. Era essa a única forma de evitar que o equilíbrio fosse obtido à custa do abandono puro e simples da colheita, isto é, com perdas concentradas no setor cafeeiro. Entretanto, como financiar a retenção de estoque? Teria de ser evidentemente com recursos obtidos dentro do próprio país, seja retendo uma parte do fruto da exportação do café, seja com pura e simples **expansão de crédito**. **A medida que se utilizou a expansão de crédito, houve mais uma vez uma socialização dos prejuízos**. Essa expansão de crédito, por seu lado, iria agravar o desequilíbrio externo, contribuindo para maior depreciação da moeda, **o que beneficiava indiretamente o setor exportador**. Mas não bastava retirar do mercado parte da produção de café. Era perfeitamente óbvio que esse excedente da produção não tinha nenhuma possibilidade de ser vendido dentro de um prazo que se pudesse considerar como razoável. A produção prevista para os dez anos seguintes expedia; com sobras, a capacidade previsível de absorção dos mercados compradores; **A destruição dos excedentes** das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender. **À primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias na economia de mercados**. Para induzirem o produtor a não colher, os preços teriam que baixar muito mais, particularmente se se tem em conta que os efeitos da baixa de preços eram parcialmente anulados pela depreciação da moeda. Ora, como o que se tinha em vista era evitar que continuasse a baixa de preços, compreende-se que se retirasse do mercado parte do café

colhido para destruí-lo. Obtinha-se, dessa forma, o equilíbrio entre a oferta e a procura em nível mais elevado de preços. [...] É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo, **e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros**. Consideremos o problema sob outro aspecto. A acumulação de estoques de café realizada antes da crise tinha a sua contrapartida em débito contraído no exterior. Não existia, portanto, nenhuma inversão líquida, pois o que se invertia dentro do país, acumulando estoque, se desinvertia no exterior contraindo dívidas. Tudo ocorria como se o café acumulado tivesse sido comprado por firmas estrangeiras que, no seu próprio interesse, postergavam o transporte da mercadoria para fora do país? A acumulação de café financiada do exterior se assemelha portanto a uma exportação. [...] A compra do café para acumular representava uma criação de renda que se adicionava à renda criada pelos gastos dos consumidores e dos inversionistas. Ao injetar-se na economia, em 1931, 1 bilhão de cruzeiros para aquisição de café e sua destruição, estava-se criando um poder de compra que em parte iria contrabalançar a redução dos gastos dos inversionistas, gastos estes que haviam sido reduzidos em 2 bilhões de cruzeiros. Dessa forma, **evitava-se uma queda mais profunda da procura naqueles setores que dependiam indiretamente da renda criada pelas exportações**. A diferença real entre a inversão líquida e a acumulação de estoques invendáveis de café residia em que aquela criava capacidade produtiva e a segunda, não.

C1-V1= Caso 1 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C1-V3= Caso 1 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura);

C1-V4= Caso 1 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de *commodities*.

Com a crise, superprodução, estoques invendáveis a solução foi forçar o mercado, o Estado agiu comprando e queimando café, além de mais uma vez a ocorrência da socialização dos prejuízos no qual o exportador era indiretamente beneficiado. Prado Júnior (2008, p.235) destaca tal fato:

O desenlace fatal virá com o craque da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929. **O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo mundo financeiro**, e declinará bruscamente de 30%. A queda ainda será depois mais acentuada. **Ao mesmo tempo estanca-se o crédito externo e suspende-se o financiamento do café retido**; processa-se à liquidação dos débitos contraídos. Lazard Bros. **ainda lançarão na fogueira mais 20 milhões de libras para tentar a salvação dos últimos restos do desastre**. Mas isto de pouco servirá: **os novos preços do café não eram suficientes para fazerem face aos débitos anteriormente contraídos pelos lavradores. A sua ruína era completa**. O resto da história não será mais que a liquidação da massa falida deixada pela aventura valorizadora. Mas ela entra num quadro muito mais amplo que é o da crise geral de todo o sistema econômico do Brasil.

Tal medida fez com o a incipiente República passa-se pela crise sem ter danos maiores, não deixando o nível econômico cair, mantendo a renda da população e evitando que isso atingisse as importações, favorecendo assim o mercado interno. Nesse momento era previsto que o país tivesse o mesmo destino do ciclo açucareiro e da mineração, onde após seus ápices tiveram reversão à subsistência, porém no caso do café não aconteceu devido a uma intervenção

estatal. Contudo durante a crise o preço do café caiu 60%, e as outras commodities agrícolas brasileiras voltaram a subir, como o açúcar, o mate, mas menos o café. Depois dessa crise o café irá passar por uma janela de quinze anos sem rentabilidade, e foi nesse momento que a industrialização tomou força no país.

Por fim, há um quadro resumindo os aspectos abordados no caso 1 com manifestação da autora pelo QCA fuzzy.

Quadro 6 – Manifestação caso 1

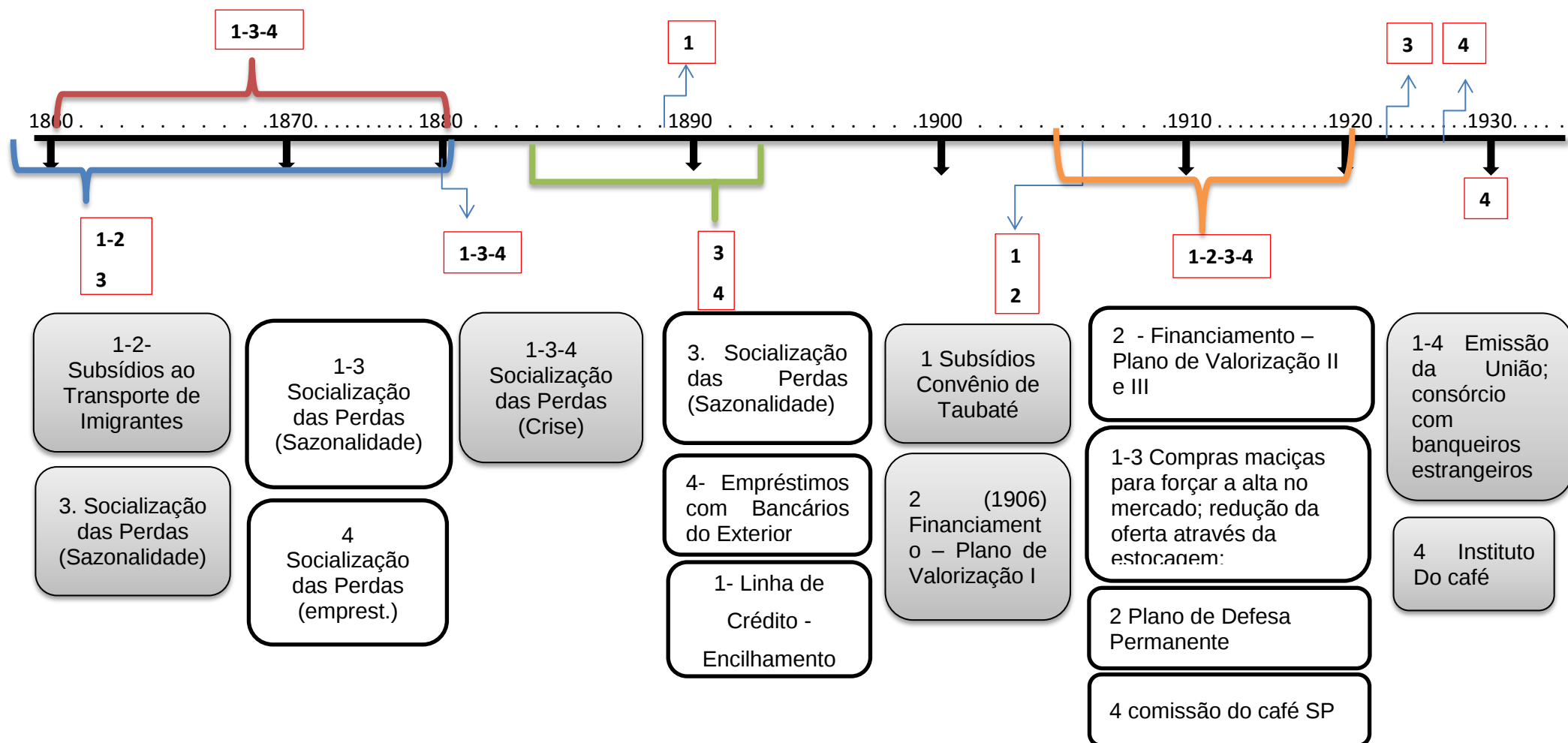
Período	Acontecimentos	Ações do Estado	Variáveis Indep.	QCA Fuzzy
1850-1870	Imigração Europeia	- Subsídio do transporte dos imigrantes europeus destinados a lavoura cafeeira	1; 2	2
1860-1880	S. Perdas. (sazonalidade)	- Alteração de câmbio que favoreceu a produção nos anos de baixa sazonalidade biológica	3	2
1880	S. Perdas. (crise)	- Política de correção de déficit na balança de pagamentos devido à crise por meio de alteração de câmbio	1; 3; 4	2
1889-1900	Período Encilhamento	- Reforma monetária do governo provisório concedeu o poder de emissão aos bancos causando expansão de crédito e posteriormente crédito externo	2; 3; 4	1
1906-1922	Períodos dos Planos de Valorização I, II e III e P. D. Permanente	- Compras maciças para forçar a alta no mercado; redução da oferta através da estocagem; empréstimos estrangeiros; criação da comissão do café; reforma bancária;	1; 2; 3; 4	2
1922-1930	Período de Crise Mundial	- Emissão da União; Compra e queima de café; alteração cambial; consórcio com banqueiros estrangeiros; agencia permanente do café; implantação do quarto Banco do Brasil, Ministério da Agricultura;	1; 3; 4	2

Fonte: Elaborado pela autora

À luz do exposto pode-se discernir só pela análise de tais variáveis, a grandeza dessa produção e comercialização para o crescimento e desenvolvimento

do país, a pesquisadora acredita que essa característica de ser um país agroexportador é, pois, proveniente da característica de colônia inicialmente atribuída por Portugal que ao longo dos séculos se perpetuou e modificou-se, porem deixou marcas tão grandes que para o país conseguir torna-se autossustentado teria de proteger a ascensão de algum produto agroexportador para a partir daí tentar-se-á chegar a ser um país desenvolvido. Além do que, era presente nesta época raízes políticas dominadoras coloniais que trouxeram tais características ao período do auge cafeeiro, fazendo da relação do Estado com os empresários cafeicultores de tal proximidade e com interesses iguais, cabe salientar que os cafeicultores eram aqueles que conduziam grande parte das tomadas de decisões da política da República. Assim, destaca-se a dependência econômica do país em comercialização de *commodities* agrícolas e por isso a necessidade de intervenção estatal para o progresso do setor.

4.1.3 Linha do tempo Caso 1 - Variáveis Independentes



Fonte: Elaborado pela autora

4.2 CASO 2 – Complexos de Soja e Carnes

Diante o caso analisado, foi visto que o ciclo cafeeiro teve êxito até um determinado momento e no período que se estende de 1920 a 1930 esse agente perde força, abrindo espaço para a industrialização no país. A troca de prioridades econômica e política do Café para a Indústria, não significa que durante todo o “ciclo” da industrialização, o setor agroexportador tenha ficado sem apoio do governo. De modo geral, do período que abrange 1930 a meados da década de 1980, o agronegócio não era a principal fonte de riqueza do Brasil, porém sua produção e comercialização eram necessárias para a balança comercial, para o avanço da indústria, devido a isso são dispostas algumas das medidas tomadas pelo Estado para propiciar o avanço para o setor da agricultura.

Após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929), no Brasil houve o crescimento da indústria, concomitante a isso, o setor agroexportador ainda tinha como principal produto na aba de exportação o Café.

Nesse sentido, esse período ficou marcado na área econômica de *commodities*, pelo fato do governo dispor de instrumentos para financiar a produção, através da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), Companhia de Financiamento da Produção (CFP), além da criação de um conselho direcionado ao setor do café conhecido como Conselho Nacional do Café. Outro marco importante para agricultura nesse período foi à instituição de normas legais, como Leis e Decretos, que favoreceram toda a produção de origem agropecuária (BAER, 2009, p.56).

Já na era do Regime Militar que teve início em 1964 a agricultura foi caracterizada por introdução de novas tecnologias na produção, ou seja, realocação de recursos na ciência para um melhor aproveitamento da produção e com isso gerar efeitos como produtividade. Para isso o governo criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o intuito de desenvolver mecanismos de aproveitamentos e melhorar a genética de grãos, terras inférteis a férteis e entre outras estruturas (BAER, 2009, p.405).

A partir daí as fronteiras agrícolas vieram a ser alvo dos latifundiários que queriam expandir sua produção e consoante a isso a Soja passou a crescer no país, onde no final do século XX tornou-se o principal produto das exportações brasileiras.

Porém ainda na era militar os subsídios ao crédito rural passou a ter juros altos, devido a influências da inflação no país e as políticas econômicas adotadas pelo governo.

Com o fim da Ditadura Militar no Brasil, os governos posteriores até meados da década de 1990, encontraram dificuldade a serem superadas na Gestão do país, (devido a forte importação, alta inflação, crise de divisas, planos de estabilização econômica mal sucedida, escassez de produtos para abastecer a população interna, dificuldades para subsidiar o crédito rural), no entanto o período foi iniciado com uma medida antes não adotada, que foi diferente das lideranças passadas. Antes no auge da industrialização a medida tomada pelo Estado era de proteger a indústria interna, através da Política de Substituição de Importações (PSI), (tendo em vista que a economia era fechada ao comércio exterior e havia taxas de câmbio que dificultavam a compra de itens importados), porém a decisão tomada no início de 1990 foi à liberalização da economia agrícola e fim do denso intervencionismo estatal. (BAER, 2009, p.410) Ou seja, o governo passou a não atuar como fomentador do crescimento da agricultura, passando assim esta chave ao mercado. Além disso, com a abertura comercial a exportação de outros produtos tornou-se constantes na balança comercial brasileira, aumentando a participação de comércio bilateral. Viu-se também, já no final da década de 1980 que o agronegócio tomou força, mesmo o país estando em crise econômica e política, tal situação pode-se ser vinculada aos ganhos relativos à produtividade e apoios para a agricultura proveniente da EMBRAPA.

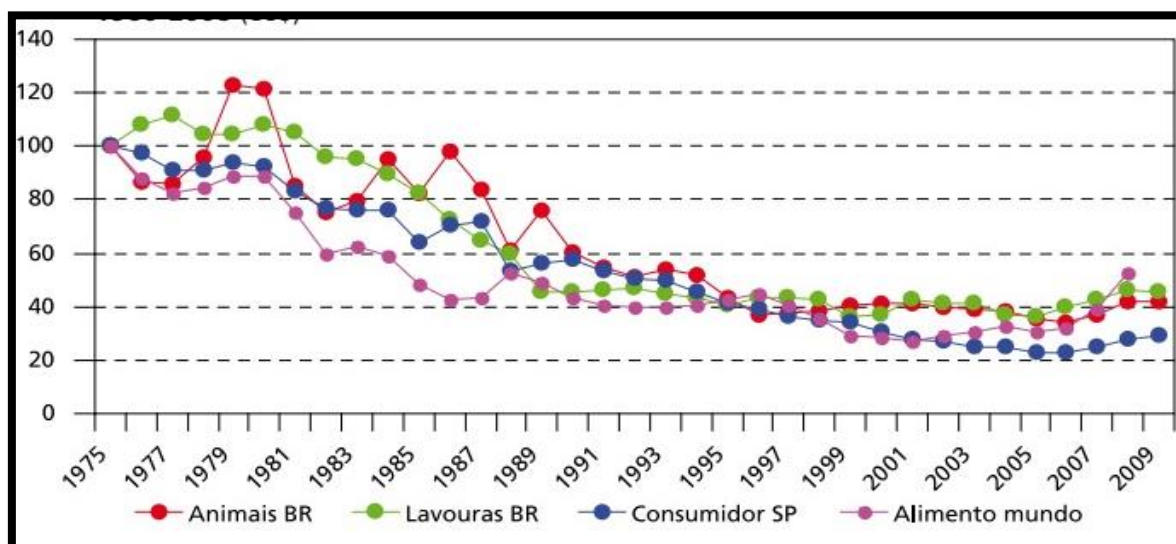
Segundo Barros (2010, p.245) a partir da década de 1970 os preços da agricultura brasileira passou por mudanças que foram afetadas por outras de nível mundial.

O período que vai de meados dos anos 1970 aos dias de hoje incluiu *mudanças drásticas* nos **condicionantes do desempenho** do setor agropecuário e do **agronegócio** em geral no Brasil. Por um lado, **os programas públicos de apoio perderam recursos e intensidade** e, por outro, **houve maior integração econômica do país ao resto do mundo**. Sendo **limitado o apoio interno e com a economia doméstica crescendo pouco**, a evolução do mercado externo tinha determinante influência na rentabilidade dos setores diretamente ligados ao comércio internacional e, indiretamente, dos demais setores e tipos de agricultura. (grifo nosso)

Nesse período o agronegócio passava por problemas de apoio com Estado, suas formas de apoiar o setor já não eram as mesmas ou de mesmo alcance vistas no

período cafeeiro da República Velha. De 1960-70 até 1990 o Brasil ainda tinha características de ser um grande importador, já na última década do século XX, esse quadro passa a mudar.

Figura 4 – Evolução dos Preços Agrícolas no Brasil no Resto do Mundo



Fonte: Barros (2010, p.245)

Pode-se entender que os preços agrícolas adotados no país, era influenciado pelas cotações dos preços dos alimentos no resto do mundo. Além disso, nota-se a queda de preços desde o ano de 1975 até o ano de 2009 e a constância de preços similares durante todo o período para consumo interno, venda de commodities e dos alimentos externos. Os preços que o agronegócio tomava no país eram fortemente influenciados por ocasiões de comércio externo.

O Brasil da década de 1990 era totalmente diferente daquele de meados de 1950, antes sua principal atividade era a industrialização no qual o governo adotava medidas de proteção a essa produção, além do país ter caráter de importador de alimentos. Já no findar década de 1980, tal situação tinha se modificado, a industrialização no país estava apresentando resultados bons, porém não tão satisfatórios para toda a economia, pois a proteção do Estado para o setor já não era mais favorável, precisando-se que tais medidas se reestruturassem bem como houvesse criação de nossos planos governamentais para o setor, porém concomitante a isso, o país estava deixando de ser altamente importador de

alimentos passando a ser grande exportador na década seguinte. Diante disso, cabe enfatizar que os Complexos Soja e Carnes influenciaram essa característica e tiveram um grande percurso durante a evolução do agronegócio até 1980, e na temporada de análise do Caso 2 (1995-2015) não serão levadas em conta todas as características que induziram tais complexos ao auge e sim somente aquelas que estão de acordo com as variáveis independentes buscadas pela pesquisa além da busca ser somente nos documentos mencionados no método que compreendem o período definido.

4.2.1 Análise das Variáveis no Contexto da Economia dos Complexos de Soja e Carnes nos Últimos 20 anos

Em meados da década de 1990 o país estava passando por mudanças no setor econômico-político, esta por sua vez, estava garantindo uma queda brusca na taxa de inflação, o que fora um objeto a ser alcançado pelas últimas décadas e somente com a política do Plano Real, através, do governo de Fernando Henrique Cardoso, que a estabilização foi atingida (BAER, 2009, p.224). Entretanto, para atingir tal queda nas taxas inflacionárias, foi adotada a troca da moeda (do Cruzado para o Real) bem como a abertura comercial, ou seja, foram derrubadas barreiras não tarifárias de produtos brasileiros para exportar para outros países, pois antes era um número limitado de produtos, essa reforma foi induzida pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Além disso, cabe ressaltar que nesse período as normas da Constituição de 1988, no quesito da política agrícola começaram a fazer efeito na década de 1990 além de terem sido criadas diversas Leis que propiciassem o impulso do mercado agrícola. Um dos principais mecanismos criados mediante Lei foram a Cédula do Produtor Rural (CPR), benefício Fundo Garantia-Safra, Cédula de Crédito Bancário, Títulos de Crédito do agronegócio, além do governo assumir a dívida dos produtores que foram provenientes a instabilidade macroeconômica, dos altos índices inflacionários, no qual os produtores ficaram inadimplentes ao crédito rural (GONZÁLEZ, 2007?, p.3).

O Plano Real era sustentado pela âncora Cambial, onde foi apreciado o Real perante o Dólar, que ficou muito mais fácil importar qualquer produto estrangeiro.

Entretanto tal valorização cambial dificultou a vida dos exportadores brasileiros, pois toda desvalorização cambial favorece aos exportadores (igual ao caso da socialização das perdas analisada no Caso 1) e quando a moeda está apreciada isto se torna uma desvantagem para esses produtores, essa desvantagem se deu através da entrada facilitada de importados no país e que acabou se tornando superior em relação às exportações, causando um déficit na balança comercial. Devido a esses fatos há indícios que a crise do setor rural instaurada nesse período foi agravada por essa instabilidade e competitividade do mercado, pois a queda da demanda do setor diminuiu ocasionando assim a inadimplência dos produtores frente aos créditos de investimento obtidos por bancos vinculados ao Estado. Nesse ensejo, com a entrada em vigor da Lei n. 9138, de 1995, observou-se que o governo fomentou a renegociação dessas dívidas (também conhecida como securitização) bem como a não extinção de financiamentos destinados aos latifundiários por meio de agentes bancários.

C2-V1/V2

SECURITIZAÇÃO I - A instabilidade macroeconômica da década de 90, com extrema volatilidade da inflação, da taxa real de câmbio e dos preços relativos, resultou num crescimento acúmulo da inadimplência no crédito rural. Em agosto de 1995, o valor dos empréstimos rurais inadimplentes atingiu 30% do total do crédito rural, o que, praticamente, extinguiu sua oferta. Por intermédio da lei n° 9.138, de 29 de novembro de 1995, o governo reestrutura os empréstimos rurais com dívidas vencidas que não excedessem R\$ 200 mil, totalizando R\$ 8,1 bilhões. Nessa renegociação, os devedores conseguiram prolongar os prazos de amortização de 7 para 10 anos, com um período de carência de 2 anos. A dívida total deveria ser indexada com base no índice de preço mínimo de garantia, com taxa de juros fixada em 3% ao ano.

C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C2-V2= Caso 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

Fonte: González, [2007?, p.3] Representação IICA/BRASIL.

Conforme registro da autora pode-se observar que houve essa manobra do governo para com os produtores inadimplentes para que também tal sistema de financiamento pudesse permanecer atendendo aos produtores mesmo estando devendo aos agentes, fortalecendo a produção de *commodities*, o que pode ser vinculados as Variáveis Independentes 1 e 2 da pesquisa.

Outra Lei que beneficiou a comercialização dos produtos agrícolas foi a Lei (Kandir) complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, onde foram desonerados

os impostos de ICMS sobre exportadores de *commodities* e produtores semimanufaturados.

C2-V3

[...]a Lei Kandir, que estimulou, a partir de 1997, as exportações de matéria-prima. Outro possível fator estrutural que ajuda a entender essa constatação é o crescimento agroindustrial da soja no Brasil; porém, composto praticamente por empresas multinacionais, que, incentivadas pela Lei Kandir, passaram a exportar matéria-prima in natura (grão)...

A Lei Kandir, ou Lei Complementar nº 87/ 96 (BRASIL, 1996), foi criada com o intuito de desonerar o pagamento de ICMS das exportações de produtos semi-elaborados, produtos primários e serviços. A lei prevê, originalmente, em seu anexo, compensação financeira aos estados e municípios pela perda na arrecadação, havendo, pois, ressarcimento em caso de comportamento negativo do ICMS. Desde a implantação dessa, existem dois focos de discussão: a) os estados estariam perdendo receitas pela composição da lei. Havendo, pois, estados altamente penalizados, que são aqueles que mais exportam; b) o período adotado, como base de cálculo, foi julho de 1995, época do início do Plano Real, fase de baixa arrecadação. Mas em agosto de 2000, a Lei Kandir começou a sofrer alterações. Com a Lei Complementar Nº 102 (BRASIL, 2000), os estados passaram a receber da União um valor fixo, de acordo com seu coeficiente de participação nas exportações. Apesar das discussões, ressaltam-se os pontos positivos da Lei Kandir, que ajudou no crescimento das exportações de produtos primários no Brasil, principalmente da soja [...]A Lei Kandir deu impulso às exportações, pois foi criada com o intuito de desonerar o pagamento de ICMS dos produtos primários.

C2-V3= Caso 2 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura).

Fontes: Adaptado de Sonaglio, Zamberlam, Filho (2011, p.15) e Fuscaldi e Oliveira (2005 p.20)

Diante das publicações constata-se que houve uma proteção ao setor de produção de *commodities agrícolas*, visto que já no ano de 2000 a Lei foi uma das determinantes do crescimento do Complexo Soja, um dos enfoques da pesquisa. Identificando assim a presença da Variável três em tal situação.

No ano de 1998 os autores De Paula e Favaret Filho publicaram em um informe do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um panorama de 1990 a 1998 de desembolsos do Órgão para o setor de carne vermelha e soja. No setor da Soja os desembolsos se deram da seguinte forma::

C2-V1&V2

“...políticas operacionais: o apoio às atividades “dentro da porteira” é destinado à abertura de área, máquinas e implementos, armazenagem e, a partir de 1997, à aplicação de calcário. O Banco não financia custeio. As máquinas, implementos e calcário financiados podem ser usados para diversas culturas, razão pela qual fica imprecisa a identificação dos desembolsos desses itens com a cultura da soja. A comparação das vendas de máquinas agrícolas no mercado interno e os desembolsos da FINAME para o setor indica forte participação dos financiamentos do BNDES na mecanização agrícola brasileira, principalmente a partir de 1992, quando foi aberto o financiamento à pessoa física pelo FINAME Agrícola. Os desembolsos do BNDES para as indústrias do complexo soja têm pequena participação no total destinado à agroindústria e apresentam tendência de decréscimo em termos absolutos. A participação caiu de 9,4% em 1990 para apenas 0,3% em 1997. Em 1995 houve recuperação dos desembolsos para o setor, 107% superiores aos do ano anterior e 38% maiores que os realizados em 1990, porém seguiram-se novas quedas em 1996 e 1997. O refino teve participação preponderante até 1995, representando mais de 90% dos desembolsos para o setor industrial do complexo soja. A partir de então, cresce a participação

relativa do segmento de óleo bruto, que em 1997 absorveu 60% dos recursos.								
Desembolsos do BNDES para Processamento de Soja – 1990/97 (Em US\$ Mil)								
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Refino de Óleo Vegetal	32.355	8.612	16.593	3.188	21.272	41.870	9.557	2.175
Produção de Óleo Vegetal	246	257	-	22	446	2.551	2.248	4.414
Preparo de Margarinas, Gorduras e Óleos	-	-	-	264	-	586	768	797
Total	32.601	8.869	16.593	3.474	21.718	45.007	12.573	7.386
Agroindústria	345.338	492.286	769.757	880.048	1.616.862	1.887.110	1.583.690	2.530.925
Participação %	9,4	1,8	2,2	0,4	1,3	2,4	0,8	0,3
Nota: Agroindústria = agropecuária, indústria de alimentos e bebidas e indústria do fumo.								
O volume de desembolsos parece acompanhar o tipo de investimento realizado. Até 1995 houve investimentos em novas unidades e no aumento de capacidade das existentes, mas após aquele ano não ocorreram desembolsos para implantação de novas unidades industriais, aumento de capacidade das plantas ou dos sistemas de armazenagem de grãos. Os investimentos concentram-se em máquinas e equipamentos, cuja participação absorveu 95% dos recursos em 1996/97, contra uma média de 46% no período 1990/95, o que parece sugerir predominância do esforço de modernização e/ou mera reposição de ativos existentes. Os investimentos fixos em 1996 e 1997 destinaram-se sobretudo a tratamento de efluentes e construção de câmara fria, enquanto as máquinas e equipamentos que foram objeto de financiamento tinham por finalidade, em boa parte, a modernização dos sistemas de recepção de grãos, fluxos do produto e máquinas para embalagens. Praticamente todas as operações foram indiretas, ou seja, através de agentes financeiros. Os desembolsos concentram-se nas regiões Sul e Centro-Oeste, onde está localizada a maior parte das indústrias. Para ambas as regiões foram destinados 85% de todos os recursos alocados ao setor, sendo que a região Centro-Oeste ficou com 43% e a região Sul com 41%. A participação do BNDES nos investimentos do setor de processamento de soja reflete o estado das artes do segmento, onde empresas, no seu atual processo de reorganização, priorizam investimentos em fluxos, processos e logística, em detrimento dos investimentos em expansão. No setor de infraestrutura, o BNDES vêm apoiando investimentos nos corredores de exportação da hidrovía Tietê-Paraná, rio Madeira e Tocantins-Araguaia, tendo desembolsado R\$ 25,3 milhões em 1996, R\$ 23 milhões em 1997 e R\$ 4,2 milhões até julho de 1998. Em agosto de 1998 foi aprovado financiamento no valor de R\$ 22,2 milhões para construção de mais 25 balsas, na segunda etapa de exploração da hidrovía do Madeira. C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de <i>commodities</i> (subsídios, linhas de crédito); C2-V2= Caso 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de <i>commodities</i> (garantias);								

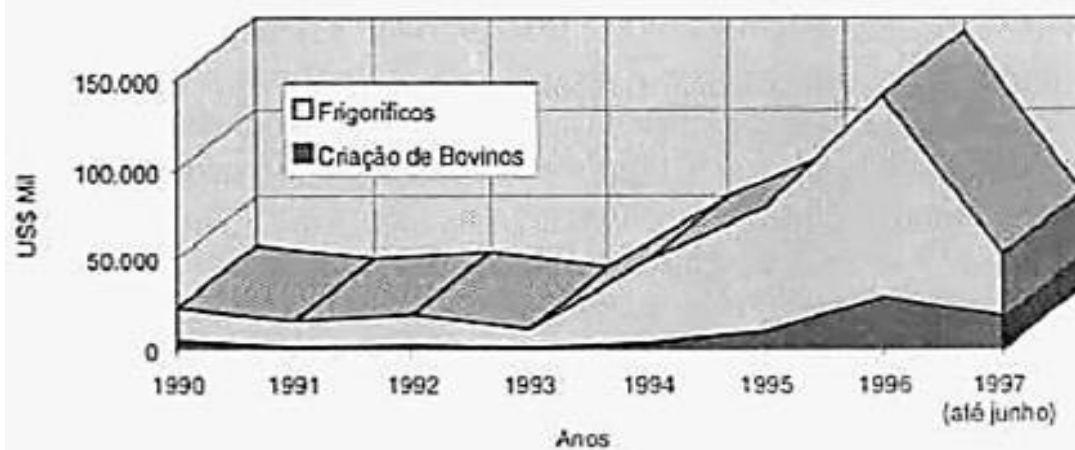
Fonte: De Paula, Faveret Filho, 1998.

O desembolso para o processamento da Soja em 1997 foi de U\$ 7.386 mil para o processamento de soja sendo que no início de 1990 esse valor era de U\$ 32.601 mil, para esse segmento registrou-se uma queda percentual de 22,66% no período. Enquanto que o setor da Agroindústria registrou na década de 1990 U\$ 345.338 mil e em 1997 o valor alcançou U\$ 2.530.925 milhões, um aumento percentual de 732,88% para esse segmento da Soja. Entretanto o BNDES foi veículo de capital muito importante no sentido de formação da Agroindústria do Complexo Soja, principalmente no incremento de tecnologia para esse setor, propiciando modernização na produção, aumentando assim ganhos em produtividade. Já no caso da pecuária bovina, conforme De Paula, Favaret Filho (1997, p.112):

C2-V1&V2

No segmento da pecuária os dados do desembolsos do BNDES apontam uma tendência firme de crescimento. Os desembolsos têm crescido continuamente desde 1994, acumulando uma alta de 6.071% entre 1993 e 1996. Os dados do primeiro semestre de 1997 parecem confirmar a manutenção desta tendência, pois os desembolsos foram 60% superiores aos verificados em igual período de 1996. Estes aumentos provavelmente refletem os esforços de modernização na pecuária, potencializados, em 1996, **pelas mudanças das políticas operacionais do BNDES** que passaram a apoiar os projetos que utilizam sistemas modernos de produção, com pasto rotacionado, e formação ou reforma de pastos com integração com a agricultura, desde que vinculados à face mais moderna da pecuária nacional, ou seja, os programas estaduais de novillo precoce. No primeiro semestre de 1997 houve forte desaceleração dos desembolsos para os frigoríficos e perda de participação.

Desembolsos do BNDES para a Cadeia de Carne Bovina – 1990/97



Os principais projetos de frigoríficos envolvem aquisição de unidades industriais, diversificação de atividades (na direção de sabão, couro e outros derivados) e modernização de unidades existentes. Não houve financiamentos para a construção de novas unidades. As modificações nas linhas do Finamex para financiamento às exportações, tornaram-nas atraentes para o setor. Em virtude da possibilidade de obter financiamento para incremento de exportações, as empresas do setor têm realizado várias consultas. A nova linha – pré-embarque especial- permite-lhes garantir a aquisição de matéria prima com antecedência, viabilizando as vendas do período cota Hilton, que coincide com a entressafra brasileira.

C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C2-V2= Caso 2 -Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

Fonte: De Paula, Faveret Filho, (1997 p.14).

O desembolso para carnes aumento de U\$50 mil para em torno de U\$150 mil nesse período, garantindo aos produtores expansão e diversificação da produção, o que registra o salto positivo desse setor. Conforme as publicações notou-se que o setor de carnes (principalmente) e soja foi amplamente amparado pelo governo por

meio de financiamentos por parte de agentes bancários desde início dos anos 1990, tal ação resultou em forte impulso aos dois complexos principalmente a partir do ano de 1995. No Complexo Soja, a área que mais expandiu durante essa década foi o setor da agroindústria, passando a mais de 2 milhões de Reais em desembolso no ano de 1997. O BNDES passou a desempenhar um papel importante para a solidificação dos dois complexos como principais atores nos superávits da balança comercial brasileira no novo milênio, no Informe Setorial-BNDES do ano de 2012 há um panorama do desembolso por cadeias:

C2-V1&V2

Tabela 1. Desembolso por cadeias (em R\$ milhões)

Cadeia	Valor (R\$)	Variação - 2010 - (%)
Grãos	5.577.741.462	4,94
Carnes	2.560.454.652	(49,90)
Açúcar	2.056.481.259	(35,31)
Leite	1.613.977.163	65,04
Bebidas	1.571.278.864	33,54
Outros	3.220.695.084	(45,41)
Total	16.600.628.484	(29,65)

Fonte: BNDES.

C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C2-V2= Caso 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

Fonte: Informe Setorial BNDES, 2012 (p.2).

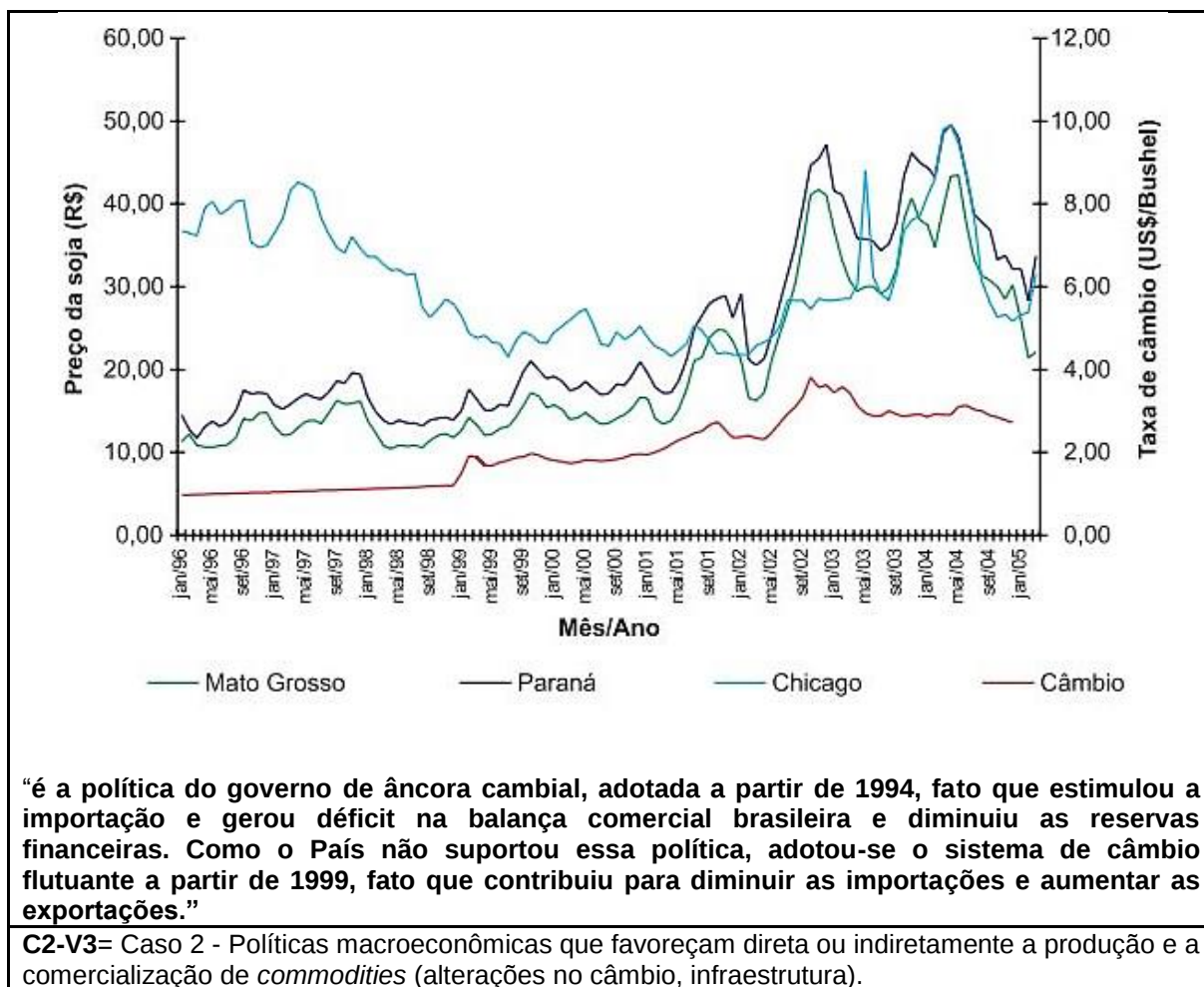
Sabendo que soja está embutido no valor de grãos, compreende-se que o desembolso para os setores depois de 10 anos, houve um grande aumento o que antes o setor de carnes registrava U\$ 150 mil dólares na época, em 2012 o valor encontrou-se em R\$ 2.560.454.652 bilhões. No caso de soja o que antes registrava um desembolso de U\$ 2.876.263 (o real estava praticamente equiparado ao dólar) em 2012 registrou R\$ 5.577.741.462 bilhões (envolve a produção de outros grãos). Confirmando o salto de desembolso para os dois setores, principalmente ao setor de carnes, evidenciando seu crescimento durante os anos analisados.

Visto que os desembolsos pelo BNDES foram mantidos desde a década de 90 até os dias de hoje, pode-se afirmar que tais investimentos foram preponderantes pelos sucessos assumidos pelos complexos. Registrou-se a presença das Variáveis 1 e 2 no contexto acima.

Voltando ao final da década de 90, mais precisamente no ano de 1999, houve uma alteração na taxa de câmbio mais significativa desde 1995, nesse ano a taxa de câmbio passou a adotar o método de flutuação de mercado, proveniente ainda dos efeitos da reforma econômica de 1994.

C2-V3

Na segunda fase, após implementação da unidade real de valor (URV), foi criada uma alíquota de **IOF sobre valores de liquidação de câmbio**, com isso o governo buscou amenizar os impactos de entrada de capitais estrangeiros sobre a base monetária. Durante esse período o **Banco Central atuou de forma ativa, para contornar possíveis defasagens cambiais e problemas na balança comercial**. Na terceira fase foi adotada a "**âncora cambial**", que tinha por objetivo **desviar as expectativas dos agentes econômicos, ou seja, o ataque especulativo**. Durante essa fase houve grande intervenção do Banco Central no câmbio. Buscando fazer uma análise da situação, com o câmbio valorizado, importar ficou mais barato, durante os primeiros anos do Real, **tendo entrada volumosa de produtos estrangeiros contra as incipientes exportações brasileiras, criando déficit na balança comercial**. Fatos como: **queda da inflação; aumento do salário real; e volta do crédito, impulsionados pelo Plano Real, fizeram com que o poder de compra do consumidor se elevasse, provocando um aumento na demanda, que foi suprido predominantemente por produtos importados**. Era fácil perceber que o resultado dessa política seria de déficit comercial, que acarretava ao País reservas de curto prazo e risco cada vez maiores de ataques especulativos. Em razão disso, **o governo adotou a política de bandas cambiais e desvalorização cambial**, para tentar diminuir as importações. Como se pode perceber, há um patamar até dezembro de 1998. Até 1999 os preços internacionais estavam em queda, fato que praticamente anulou o estímulo da mudança cambial. Mas a partir de 2002, **com o estímulo cambial e o grande dinamismo da soja**, esse fato se reverte.



Fonte: Barros, 2010

Visto que o sistema de câmbio apreciado não era favorável para a balança comercial brasileira, foi adotado o sistema de câmbio flutuante. Além disso, de acordo com o gráfico constata-se que o preço da soja estava caindo e a partir do ano de 2000 apresenta a elevações de preço significativas para o setor, mantendo-se favorável em relação à década anterior. Em relação a isso se pode inferir que a alteração de câmbio trouxe benefícios a exportação desse produto podendo ser compreendida como medida de incentivo/proteção estatal para esse setor, conforme entendida pela variável independente três.

No ano de 2002, a situação de inadimplência dos credores rurais ainda era problema, nesse ano o governo adotou outra renegociação das dívidas dos produtores rurais. González, [2007?] declarou acerca disso que:

C2-V1/V2
Securitização II

Os acordos do programa inicial de securitização de dívida rural não foram cumpridos, e a **inadimplência levou a uma renegociação**. Novo acordo **ampliou o período de amortização para 24 anos** (Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002), encerrando-se em 2025, **com a taxa de juros fixa de 3% ao ano, a indexação do saldo devedor pela variação dos preços e, ainda, concessão aos “bons” de um bônus de 25%** das suas respectivas amortizações anuais. Para tornarem-se elegíveis a esse novo esquema, **os produtores foram obrigados a liquidar todas as prestações atrasadas que se acumularam até o período anterior a 2001** e amortizar pelo menos 35% do débito previsto para 2001. Grande parte dos devedores aderiu a esse novo esquema, enquanto outros preferiram seguir a proposta original (Securitização I).

C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C2-V2= Caso 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

Fonte: Gónzalez [2007?] Representação IICA/BRASIL

Pode-se notar tal ocorrência na publicação de De Paula, Lima, Favaret Filho (2000):

C2-V3

O crescimento dos créditos em atraso e liquidação produziu um bloqueio de novos financiamentos para o setor. **As renegociações que se sucederam tiveram resultados positivos**, sobre os balanços bancários e sobre o cadastro dos inadimplentes, mas aumentaram o risco percebido pelos bancos, tornando-os mais seletivos. O Banco do Brasil, que respondia em 1998 por 56% do saldo aplicado em crédito rural do país, sofreu duramente com a crise agrícola. Os créditos em atraso e liquidação atingiram R\$ 3,3 bilhões em dezembro de 1998 (dados de balanço), dos quais R\$ 3,1 bilhões oriundos de financiamentos rurais e agroindustriais. O nível de inadimplência da carteira rural nessa data era de 21% (créditos em atraso e liquidação sobre créditos normais mais créditos em atraso e liquidação). A securitização propiciada pela Lei 9.138, de 29.11.95, acabou aliviando sensivelmente o balanço do Banco do Brasil. Em 1999 os créditos rurais e agroindustriais em atraso haviam **caído para apenas R\$ 0,2 bilhão**. Entretanto, o alívio contábil não elidiu os impactos da crise sobre os resultados dos anos anteriores, de maneira que a avaliação geral do setor pelos bancos continua sendo negativa. Ademais, se **a renegociação não impede formalmente a realização de novas operações pelo produtor**, marca negativamente seu cadastro, afetando o acesso a novos créditos.

“...a Renegociação das Dívidas, época em que foram criados vários decretos e, em síntese, o governo assume parte da dívida agrícola e transforma em títulos da dívida pública...”

C2-V3= Caso 2 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura).

Fonte: De Paula, Lima, Favaret Filho (2000).

Conforme dados obtidos pelo BNDES as renegociações obtiveram êxito para os produtores deixando reduzido o débito dos credores inadimplentes. Além disso, ressalta-se que a renegociação não impede os produtores adquirir novas operações de financiamento. Dias (2010) também destaca sobre as renegociações:

C2-V3

Os produtores beneficiados pelas regras do crédito subsidiado e os agentes do sistema de crédito, principalmente bancos públicos, vêm desenvolvendo mecanismos de rejeição à formação de um mercado competitivo de crédito. **Os produtores organizados em um grupo de interesse**

continuam fazendo pressão sobre o governo para promover renegociações sucessivas de suas dívidas, com aumentos progressivos de subsídios na forma de renúncia de parte destes valores (bônus de adimplência). Este jogo de interesses sinaliza aos atores econômicos uma falsa noção do efetivo risco envolvido no endividamento e estimula uma maior inconsistência econômica nos seus projetos, causando o endividamento excessivo e aumentando a concentração do crédito na carteira.

C2-V3= Caso 2 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura).

Fonte: Dias (2010, p.271)

A Securitização II foi assim estabelecida em prol de apoiar os agropecuários que tiveram prejuízos com a nova medida econômica de 1994 e que mesmo com a Securitização I não conseguiram liquidar as dívidas, assim o governo propôs novas renegociações no qual ajudaram ao produtor permanecer produzindo além de poder obter novos empréstimos. Tal situação foi caracterizada como a variável um e dois da pesquisa. Além dessa segunda renegociação ocorreram muitas reformas e inclusive durante o ano de 2006, houve quatro renegociações de dívidas o que vale evidenciar tais acontecimentos.

C2-V2

PLANO SAFRA 2006/2007

10.4. PRORROGAÇÃO DE CRÉDITO DE CUSTEIO

10.4.1. Prorrogação das parcelas vencidas e a vencer em 2006, prorrogadas em 2005 por problemas de estiagem (Resolução Bacen nº 3.363, de 26/4/06). Total no **Banco do Brasil: R\$2,14 bilhões, com vencimento de R\$530 milhões em 2006:** • Produtores cuja renda principal seja originada de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo: prorrogação automática, sem análise caso a caso; • **Pedido formal de adesão do produtor até 31/7/06** e formalização de aditivo, se necessário, até 30/9/06. 10.4.2. **Prorrogação automática de parte dos créditos de custeio da safra 2005/2006**, pelo prazo de 4 anos, em parcelas anuais, com a primeira parcela vencendo 12 meses após a data da repactuação. O valor total prorrogado varia em função da região e do produto, com base nos seguintes critérios: • **Soja: prorrogação de 50% nas regiões Sul e Sudeste e 80% nas demais regiões;** • Arroz: prorrogação de 40% em todo o território nacional; • Algodão: prorrogação de 30% em todo o território nacional; • Milho: prorrogação de 20% em todo o território nacional; • Para as parcelas não prorrogadas automaticamente e para os demais produtos, permanece a alternativa de prorrogação caso a caso, conforme MCR 2-6-9.

11.5. **ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA OS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO** Serão **isentos de Imposto de Renda (IR) os rendimentos auferidos por pessoas físicas em títulos agrícolas**, tratamento semelhante ao atualmente concedido aos títulos imobiliários. Com isso, o Governo incentiva um instrumento moderno, que alinha o agronegócio ao mercado de capitais, abrindo um importante canal de financiamento da produção e comercialização rural. Tal isenção já foi aprovada pelo Congresso Nacional (MP nº 280), em fase de sanção presidencial.

C2-V2= Caso 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

Fonte: PAP 2006/2007 (2006)

González [2007?], também destacou a incidência das renegociações do ano de 2006:

C2-V2

A Resolução nº 3.363, de 26 de abril de 2006, do Bacen, **prorrogou as parcelas de Crédito de Custeio, no valor de R\$ 2,14 Bilhões**, vencidas e a vencer em 2006, que já haviam sido prorrogadas em 2005 por problemas de estiagem. A Resolução nº 3.376, de 21 de junho de 2006, permite a prorrogação automática da safra 2005/2006, **sendo que o valor total prorrogado varia em função da região e do produto**. [...] Por meio da Resolução nº 3.373, de 19 de julho de 2006, do Bacen, foram prorrogadas as parcelas vencidas e a vencer em 2006, do Crédito de Investimento, no valor de R\$ 7,7 bilhões, dos programas MAPA-BNDES, Proger Rural, MCR 6-2 (crédito rural) e MCR 6-9 (poupança rural) para agricultores cuja renda principal seja originada de algodão, arroz, milho, **soja**, sorgo, trigo ou leite (neste último caso, agricultores do Pronaf). [...] O Governo anuncia o refinanciamento das parcelas do Pesa, Securitização e Recoop, vencidas em 2005 e 2006, e a vencer em 2006, dos produtores e cooperativas que estavam inadimplentes até 31 de dezembro de 2004. [...] A Lei nº 11.322., de 13 de julho de 2006, sanciona a Medida Provisória nº 285, de 6 de março, no mesmo ano em que foi aprovado **o refinanciamento – com recursos controlados do crédito rural à taxa de 8,75% ao ano** - das parcelas do Pesa, Securitização e Recoop, vencidas em 2005 e 2006 e a vencer em 2006 dos produtores que estavam inadimplentes até 31 de dezembro de 2004. O refinanciamento terá prazo de até 5 anos. Incluídos até 2 anos de carência para o pagamento da primeira parcela.

C2-V2= Caso 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

Fonte: González, [2007?] Representação IICA/BRASIL

Essas renegociações se expandem até os dias atuais, bem como diz a Securitização II, que tal medida foi prorrogada até 2025 sob taxas de juros de 3% a.a., e como não fosse o bastante no ano de 2006 foram prorrogadas parcelas que venceriam aquele ano, além de renegociação de outros programas de investimento do crédito rural. Evidenciando a permanência do apoio do Estado ao setor produtor, o que abrange a variável dois do estudo.

Segundo González, foram adotadas medidas que salvaguardassem os produtores de prejuízos de safra oriundos a fatores climáticos, além de refinanciamento de programas de investimento do governo federal. Nesse sentido pode-se afirmar que mesmo após os efeitos da implantação do Plano Real de 1994, que trouxe consequências ao setor exportador, o governo continuou por apoiar medidas de renegociação de dívidas para com os produtores além de instituir novas oriundas de novos problemas, como o caso da estiagem. Diante disso pode-se inferir que o Estado defende a produção agroexportadora por meio de financiamento da produção de commodities no sentido de renegociação de dívidas dos produtores evitando que os mesmo deixem de apresentar bons resultados ou abandone o negocio para pagamento de tais.

No sentido de segurar o produtor sobre problemas oriundos de fatores climáticos é importante ressaltar que, no ano de 2004 o governo instaurou medida

para garantir tais produtores em possíveis eventualidades, criando por meio da Lei nº 10823, do ano de 2003, o Seguro Rural.

C2-V2/V1

Seguro Rural - O Programa da **Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)**, sancionado pela Lei nº 10.283, de 19 de dezembro de 2003, autoriza ao Poder Executivo a conceder **e a regulamentar subvenção econômica em percentual ou valor do prêmio do seguro rural**. A lei nº 10.823 também criou, no âmbito do MAPA, que o coordenará, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural.

C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C2-V2= Caso 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

Fonte: González, [2007?] Representação IICA/BRASIL

O Programa de Seguro Rural trouxe aos produtores do agronegócio uma maior confiança a continuar produzindo e aumentando a capacidade de produção. Esse sistema adquire a cada ano novos produtores que desejam proteger sua safra, pode-se notar que no ano de 2008, mais que dobrou a inserção de segurados, principalmente ao Complexo de Soja que neste momento está em ritmo de crescimento acelerado, no caso do complexo de carnes (pecuária) ao invés de crescer durante esses dois anos tiveram sentido inverso, houve uma queda no número de segurados. Tais situações são classificadas nas variáveis um e dois da pesquisa.

Tabela 5 – Seguro Rural – 2007 e 2008

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL
Comparativo 2007 e 2008
Resultado Brasil por Produto

PRODUTOS	OPERAÇÕES		IMPORTÂNCIA SEGURADA (R\$)		ÁREA SEGURADA (ha)		PRÊMIO ARRECADADO (R\$)		VALOR SUBVENCIONADO (R\$)	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Total	31.637	60.120	2.706.036.105	7.209.176.952	2.276.245	4.762.903	127.741.170	324.744.319	60.961.993	157.544.955
Soja	17.822	28.555	1.273.342.458	3.125.447.800	1.662.551	2.929.170	56.907.287	142.218.646	27.922.459	70.130.104
Milho	4.637	9.894	354.971.985	1.192.349.467	319.325	781.671	14.273.316	56.762.252	7.002.631	28.059.164
Arroz	64	4.158	5.319.410	550.596.677	1.916	300.414	199.091	12.752.170	97.625	6.263.859
Uva	3.747	5.360	252.372.233	495.187.812	13.093	21.137	9.697.000	15.290.633	4.758.410	7.531.157
Cana de açúcar	455	1.779	115.862.755	359.950.444	51.732	205.247	1.022.448	3.499.856	400.230	1.358.633
Maçã	1.284	1.746	269.684.095	346.953.023	19.121	22.581	23.050.663	30.304.519	10.841.726	14.430.512
Florestas	100	200	177.034.928	229.516.602	99.309	121.234	2.750.028	4.583.513	546.799	949.930
Trigo	987	2.252	46.533.371	229.351.880	68.974	203.623	6.315.091	18.458.390	3.753.528	10.943.691
Tomate	279	1.068	41.353.025	153.468.703	1.536	12.601	2.382.433	8.227.593	946.277	3.238.983
Cebola	479	1.498	28.763.380	107.564.673	3.472	8.280	1.248.187	4.845.999	487.779	1.905.400
Algodão	4	261	1.282.466	95.085.782	997	32.303	94.407	5.294.373	47.083	2.636.505
Laranja	0	293	0	63.506.978	0	11.718	0	3.671.475	0	1.454.073
Milho Safrinha	467	921	18.623.136	49.250.931	28.004	67.665	2.189.287	5.929.670	1.296.724	3.510.471
Pecuária	254	182	56.242.843	47.684.090	0	0	1.778.831	1.453.065	527.580	411.237
Caqui	243	395	15.752.708	30.633.545	1.095	1.831	1.836.705	3.697.318	728.957	1.469.834
Café	21	133	2.019.108	29.417.709	369	7.704	43.870	374.334	17.044	146.646
Pêssego	360	535	18.464.664	28.759.774	1.241	1.758	1.450.521	2.230.930	571.977	881.225
Felão	27	144	3.398.769	24.752.933	1.283	29.052	125.851	946.045	74.539	564.098
Amêixa	261	350	14.313.706	20.317.895	1.118	1.095	1.632.301	2.252.932	646.749	884.876
Alho	0	47	0	6.522.886	0	350	0	338.041	0	134.184
Figo	4	24	1.009.900	3.279.319	37	131	87.293	289.673	34.821	115.325
Tangerina	0	33	0	2.894.099	0	415	0	176.286	0	69.722
Batata	4	6	1.096.497	2.605.250	89	199	38.801	102.011	15.424	40.709
Golaba	11	60	847.523	2.505.307	37	89	81.389	229.768	32.292	90.506
Pimentão	17	62	636.735	2.309.183	41	130	48.884	145.009	19.146	56.804
Pêra	13	22	1.039.986	2.008.127	59	97	111.414	203.337	43.780	77.875
Nectarina	36	52	1.032.364	1.678.008	81	86	117.147	197.887	46.075	78.003
Cevada	2	15	58.500	1.600.946	55	1.070	2.279	58.429	1.079	28.764
Morango	1	12	127.500	794.420	3	16	5.440	48.025	2.152	19.066
Kiwi	14	14	699.905	674.426	38	42	44.357	42.721	17.423	15.979
Girassol	0	4	0	663.600	0	460	0	27.022	0	10.777
Limão	0	10	0	615.618	0	212	0	41.205	0	16.242
Amendoim	2	4	260.032	382.810	403	318	11.751	18.767	4.652	7.411
Outros	42	31	3.892.124	746.235	268	204	195.099	32.425	77.032	13.190

Fonte: Estatísticas do MAPA (2016)

Ainda no ano de 2004, entrou em vigor a Lei n.11076, onde observou-se que foi regulamentada novos títulos de crédito para o financiamento do agronegócio, sendo eles o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), os Certificados de Direito Creditórios do Agronegócio (CDCA), as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com o intuito de fortalecer a comercialização do agronegócio por meio de obtenção de financiamento através de instituições privadas.

C2-V1

Novos Títulos de Financiamento e de apoio à comercialização do agronegócio - A Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, regulamentou cinco novos títulos de crédito para o financiamento do agronegócio brasileiro: o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), O Warrant Agropecuário (WA), os certificados creditórios do agronegócio (CDCA), as letras de crédito do agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que visam vincular a agricultura com o mercado financeiro sem a necessidade de recorrer ao sistema de crédito rural, aliviando a pressão sobre os recursos financeiros oficiais para a agricultura. A mencionada lei também criou os contratos provados de opção de venda, instrumento de apoio à comercialização similar ao contrato de opção de venda ao Governo, criado em 1997 – para o setor privado – e o prêmio de risco de opção de venda, que o complementa.

C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

Fonte: Gónzalez [2007?, p.7] Representação IICA/BRASIL

Sobre esse assunto o Plano Agrícola e Pecuário do ano de 2007/2008 também destacou a criação de tais instrumentos:

C2-V1

Plano Safra 2007/2008

“Visando melhorar a performance dos recursos públicos empregados no apoio à comercialização agropecuária, desde meados dos anos 90, o Mapa tem desenvolvido novos instrumentos de política agrícola. Mas foi nos anos de 2003 e 2004, com o lançamento de mecanismos capazes de atrair o capital privado para o financiamento da atividade e para o apoio à comercialização, que houve importante avanço nesse tipo de mecanismo. A Lei nº 11.076/04, de 31 de dezembro de 2004, criou novos instrumentos de política agrícola e novos títulos de crédito especialmente desenvolvidos para financiar o agronegócio. Por isso, nessa edição do PAP, foi aberto um espaço para definir, de modo didático, as características e o modo de funcionamento dos títulos de crédito do agronegócio. Relacionamos, a seguir, os instrumentos de financiamento privados:

Cédula do Produto Rural (CPR) Título que viabiliza ao produtor a comercialização antecipada da sua safra permitindo, assim, obter recursos para custear a implantação das lavouras junto a bancos ou outro agente financiador. A CPR pode ser emitida por produtores ou cooperativas, e representa uma promessa de entrega, no futuro, do produto a ela vinculado. Como variante existe a CPR Financeira cuja liquidação é em dinheiro. É bastante empregada como colateral de operações de financiamentos de insumos.

Nota Promissória Rural e Duplicata Rural (NPR e DR) Os descontos de NPR e DR permitem ao

setor de processamento de matérias-primas agropecuárias que levante recursos de crédito rural para efetuar o pagamento das compras feitas aos produtores. O limite dessas operações é de R\$ 10 milhões por tomador. São operações feitas com os agentes financeiros. **Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA)** O Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA) são títulos lastreados na produção depositada em armazéns. O CDA representa a promessa de entrega da mercadoria depositada. O WA confere direito de penhor sobre a mercadoria descrita no CDA. São títulos pares emitidos simultaneamente e se referem a um mesmo lote de mercadoria. São emitidos pelos armazenadores por ordem do produtor. São obrigatoriamente registrados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central. **Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)** Como garantia nas operações de empréstimos bancários os produtores emitem títulos financeiros que serão resgatados no pagamento da dívida. Esses títulos, que são recebíveis para seus detentores, ficam em carteira até o vencimento. Como forma de potencializar o emprego desses recursos foi criada a LCA, cuja emissão é exclusiva do sistema financeiro. Ao invés de aguardar o vencimento dos recebíveis, o agente financeiro pode emitir uma LCA neles lastreada e comercializá-la no mercado. Assim, um investidor urbano pode comprar essa LCA, fornecendo ao banco recursos para financiar novos empreendimentos agrícolas. Está feita a ponte. O investidor urbano, comprador da LCA, terá provido ao banco recursos que financiarão outros agricultores.”

C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

Fonte: PAP 2007/2008 (2007)

Nesse sentido foram proporcionados aos produtores rurais outras formas de comercializar suas mercadorias, aumentando assim a gama de apoio financeiro aos agricultores e pecuaristas. Enxerga-se nesse contexto o engajamento do Estado em proporcionar uma sustentação da produção e comercialização de suas *commodities*. Sendo assim direcionado a variável dois da pesquisa.

Em 2004, o Brasil compactou com a Federação Russa a continuidade de cooperação bilateral com vistas a melhorar o intercâmbio do agronegócio, principalmente com o setor de carnes e incluindo abertura ao complexo de soja também.

C2-V4

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE OS RESULTADOS DAS CONVERSÇÕES OFICIAIS ENTRE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, E O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, VLADIMIR V. PUTIN

Nas conversações mantidas em 22 de novembro de 2004, que transcorreram em ambiente franco e amistoso, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin, sublinharam o caráter histórico da primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil e sua especial importância para o desenvolvimento da relação de parceria estratégica entre os dois países.

[...]Os Chefes de Estado brasileiro e russo frisaram a **importância de dar continuidade ao desenvolvimento da cooperação bilateral na área do agronegócio**. Instruíram os Ministérios e instituições competentes de seus respectivos países a **intensificar esforços com vistas a encontrar soluções mutuamente aceitáveis para problemas relacionados ao fornecimento de produtos cárneos brasileiros ao mercado russo, à exportação de trigo russo ao Brasil e à compra, pela Rússia, de soja e farelo de soja brasileiros**. Concordaram quanto à conveniência

de celebrar um acordo de cooperação bilateral na área veterinária.

DECLARAÇÃO CONJUNTA
IV REUNIÃO DA COMISSÃO BRASILEIRO-RUSSA
DE ALTO NÍVEL DE COOPERAÇÃO

O Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, José Alencar Gomes da Silva, e o Presidente do Governo da Federação da Rússia, Mikhaíl Fradkóv, expressaram satisfação com a realização da visita oficial do Chefe de Governo russo ao Brasil e sublinharam a importância da ocasião para a consolidação da parceria estratégica entre os dois países.

[...]

11. As Partes saudaram o anúncio do Presidente do Governo da Federação da Rússia, Mikhail Fradkov, **de suspensão das restrições à importação pela Rússia de carnes bovinas provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a liberação da importação de carnes de aves.** A Parte russa anunciou o próximo envio de missão técnica ao Brasil para examinar a situação.

DECLARAÇÃO CONJUNTA
VI Reunião da Comissão Brasileiro-Russa
de Alto Nível de Cooperação
Brasília, 20 de fevereiro de 2013

1. O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, e o Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo da Federação da Rússia, Dmitry A. Medvedev, reuniram-se em Brasília, em 20 de fevereiro de 2013, para copresidir a Sexta Reunião da **Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN).**

COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA

21. Os Mandatários destacaram a importância do setor agropecuário na pauta comercial bilateral, manifestaram satisfação pelo bom diálogo existente na área agrícola e reconheceram a necessidade de **intensificar a cooperação já existente**, com vistas a maior **intercâmbio de experiências e encaminhamento de soluções para eventuais demandas** entre as partes.

22. **Com o objetivo de dinamizar o comércio de carnes entre os dois países**, os dois Mandatários determinaram que os serviços veterinários dos dois países intensifiquem contatos com vistas **a habilitação de estabelecimentos brasileiros para exportação de carnes bovinas e suínas à Federação da Rússia.**

23. Os Mandatários saudaram a realização da 2ª Reunião do Comitê Agrário Brasil-Rússia realizado nos dias 19 e 20 de fevereiro, que tratou de temas sanitários e fitossanitários nas áreas vegetal e animal; cooperação bilateral em organismos multilaterais; cooperação nas áreas de pesquisa científica, tecnológica e educativa; e política agrícola, desenvolvimento rural e **intercâmbio de experiências em modelos produtivos integrados na indústria de carnes.**

24. Ao destacar as perspectivas da exportação do trigo russo para o Brasil e tendo em vista **a importância da soja na pauta exportadora brasileira à Rússia**, os Mandatários saudaram **a assinatura do Acordo** entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da Federação da Rússia em Relação aos Requerimentos Fitosanitários para Trigo Proveniente da Federação da Rússia para a República Federativa do Brasil e determinaram **a realização de negociações para a pronta assinatura do Protocolo para Exportação de Soja em Grãos e Farelo de Soja do Brasil para a Federação da Rússia.**

PLANO DE AÇÃO PARA A COOPERAÇÃO
ECONÔMICA E COMERCIAL
BRASIL-RÚSSIA (2014-2015)

5. As Partes reconheceram a importância da cooperação no setor agropecuário e da pesca na pauta comercial bilateral, manifestaram satisfação pelo bom diálogo existente na área agrícola e reconheceram a necessidade de intensificar a cooperação já existente. Ainda sobre o setor agropecuário e da pesca, as Partes acordaram o seguinte:

5.1 Tomar as medidas necessárias para aumentar o volume e **diversificar a pauta bilateral, sem prejuízo dos fluxos tradicionais** de produtos do setor. As Partes incentivarão investimentos mútuos na área e a superação de obstáculos ao comércio bilateral;

5.2 Aprimorar o intercâmbio de informações técnicas, visando à equivalência entre os serviços sanitários do Brasil e da Rússia;

5.3 Reiterar o seu compromisso de cumprir as regras multilaterais de comércio e de observar as recomendações das organizações internacionais de referência;

5.4	Reforçar a cooperação no setor da pesca e aquicultura, inclusive fomentando o intercâmbio comercial e investimentos nessa área.
C2-V4=	Caso 2 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, agendas especiais, que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de <i>commodities</i>

Fonte: MRE/SCI (2016)

Depois do efetivo acordo de 2004, houve ainda diversas negociações e encontros do Brasil com a Rússia com vistas a intensificar a cooperação dos países, porém coube ressaltar outros encontros que se tornaram importantes na evolução das exportações brasileiras, um deles foi firmado no ano de 2006, (Declaração conjunta – IV Reunião da comissão Brasileiro-Russa de alto nível de cooperação). Nesse encontro foi consolidada justamente a suspensão do embargo das exportações de carne bovina brasileira, antes imposta devido a controle sanitário e liberação de importação de produtos cárneos de aves, expandindo a comercialização do complexo carnes àquele país. Já no ano de 2013, houve a Declaração Conjunta (VI Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de cooperação Brasília, 20 de fevereiro de 2013), nessa reunião tiveram como objetivo intensificar o mercado entre eles e solucionar problemas visando a habilitação de estabelecimentos, o que foi ressaltado nesse encontro foi o acordo de realização de negociações com vistas a assinar o protocolo para Exportação de Soja em Grãos e Farelo de Soja do Brasil para a Federação da Rússia. Além disso, ainda nessa reunião cabe enfatizar sobre a Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), que foi criada em 1997, pelos dois países para justamente tratarem do intercâmbio entre eles, o que se pode ver que através dos acordos já mencionados que foi eficaz a criação do mesmo. Por fim, houve a implementação do Plano de ação para a cooperação econômica e comercial Brasil-Rússia (2014-2015) que além de manter os atos anteriores, a principal ideia é de abrir o mercado à aquicultura, expandindo e diversificando as relações econômicas e comerciais dos países. Diante disso cabe dizer que tais acontecimentos se enquadraram quanto a variável quatro da pesquisa.

Com vistas a enxergar o efeito de tais acordos, a pesquisadora encontrou índices na pauta de exportações da carne bovina brasileira com o mercado Russo no período de 2011 a 2013.

C2-V4

“As exportações agrícolas para a Rússia foram de US\$ 2,72 bilhões em 2013, ou 91,5% do valor total exportado pelo Brasil para a Rússia. A diminuição das exportações de açúcar em bruto possibilitou à **carne bovina in natura** se tornar o principal produto exportado para a Rússia. A quantidade embarcada subiu de 228,82 mil toneladas em 2011 para 303,60 mil toneladas em 2013 (+32,7%), com consequente expansão das vendas externas de US\$ 1,01 bilhão em 2011 para US\$ 1,20 bilhão em 2013. A carne suína também teve expansão nas vendas, passando de 124,2 mil toneladas em 2011 para 134,5 mil toneladas em 2013 (+8,3%). A elevação da quantidade exportada possibilitou um incremento do montante exportado de US\$ 390,8 milhões em 2011 para US\$ 411,6 milhões em 2013.”

PRODUTO	2008		2009		2010	
	US\$ mil	t	US\$ mil	t	US\$ mil	t
AÇÚCAR EM BRUTO	1.134.053	4.301.405	852.518	2.667.653	1.576.996	3.464.563
<u>CARNE BOVINA IN NATURA</u>	<u>1.430.286</u>	<u>382.670</u>	<u>910.651</u>	<u>327.221</u>	<u>1.023.431</u>	<u>284.909</u>
<u>CARNE SUÍNA IN NATURA</u>	<u>735.262</u>	<u>220.245</u>	<u>562.354</u>	<u>260.552</u>	<u>644.801</u>	<u>228.931</u>
<u>CARNE DE FRANGO IN NATURA</u>	<u>296.009</u>	<u>154.055</u>	<u>107.529</u>	<u>70.473</u>	<u>240.875</u>	<u>141.730</u>
SOJA EM GRÃOS	57.039	123.152	0	0	157.575	388.571
FUMO NÃO MANUFATURADO	156.597	59.513	116.031	38.981	119.158	30.201
CAFÉ SOLÚVEL	71.791	8.590	58.865	7.318	68.854	8.900
CAFÉ VERDE	33.295	11.780	39.731	16.424	61.537	20.552
MIUDEZAS DE CARNE BOVINA	45.126	8.441	41.385	6.671	48.735	10.170
<u>CARNE DE PERU IN NATURA</u>	<u>34.605</u>	<u>13.005</u>	<u>11.427</u>	<u>5.764</u>	<u>22.143</u>	<u>7.280</u>
AÇÚCAR REFINADO	23.671	83.434	15.398	39.793	15.681	27.560
<u>CARNE DE FRANGO INDUSTRIALIZADA</u>	<u>13.459</u>	<u>4.817</u>	<u>6.540</u>	<u>2.341</u>	<u>8.714</u>	<u>2.599</u>
FARELO DE SOJA	28.730	80.496	0	0	5.944	15.195
CASTANHA-DE-CAJU	3.262	829	3.440	832	5.035	1.177
AMENDOIM EM GRÃOS	3.201	3.064	3.296	4.751	4.742	6.072
PRODUTOS DE CONFEITARIA	2.011	1.006	4.017	1.981	4.724	2.515
<u>MIUDEZAS DE CARNE SUÍNA</u>	<u>6.197</u>	<u>5.508</u>	<u>4.387</u>	<u>5.953</u>	<u>4.364</u>	<u>5.052</u>
OUTRAS SUBSTÂNCIAS PROTEICAS	2.034	355	3.208	594	2.752	495
<u>DEMAIS CARNES E MIUDEZAS</u>	<u>1.423</u>	<u>420</u>	<u>1.225</u>	<u>928</u>	<u>2.496</u>	<u>2.102</u>

Continua...

Produto	2011		2012		2013	
	US\$ mil	t	US\$ mil	t	US\$ mil	t
Carne bovina <i>in natura</i>	1.013.691	228.822	1.057.403	253.924	1.197.841	303.597
Apúcar de cana em bruto	1.843.121	3.255.215	743.886	1.425.486	582.818	1.369.770
Carne suína <i>in natura</i>	390.751	124.167	366.663	126.477	411.644	134.462
Fumo não manufaturado	181.172	28.549	200.147	31.726	155.172	23.456
Carne de frango <i>in natura</i>	119.452	59.071	133.072	65.529	137.285	47.292
Calé solúvel	74.789	8.209	91.905	9.739	87.745	10.085
Calé verde	109.865	23.717	80.185	21.144	58.361	22.540
Carne de peru <i>in natura</i>	25.759	7.279	27.839	7.929	16.722	5.878
Mudezas de carne bovina	46.499	8.735	46.126	7.993	15.059	2.658
Amendoim em grãos	12.169	8.569	14.969	8.655	12.091	9.680
Desperdícios de fumo	9.370	12.841	13.973	21.883	9.558	19.503
Apúcar refinado	13.131	19.875	1.006	1.917	6.291	13.875
Vinho	0	0	2.104	4.528	5.893	14.796
Outras substâncias proteicas	3.506	567	2.971	485	4.869	722
Produtos de confeitaria	2.748	1.255	2.904	1.275	4.781	2.162
Demais carnes e mudezas	3.564	2.864	4.344	2.578	2.413	1.619
Sucos e extratos vegetais	0	0	190	19	1.602	177
Gelatinas	462	82	123	20	1.445	178

C2-V4= Caso 2 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, agendas especiais, que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities*

Fonte: Intercâmbio Comercial Agrícola, MAPA (2011; 2014)

Foi visto que do ano de 2009 a 2013, apesar da taxa de exportação de carne bovina *in natura* ter alcançado o primeiro produto em exportações para a Rússia, observou-se que houve uma queda no de 2008 (US\$1.430,286 milhões a US\$ 1.197.841 milhões em 2013), o que pode ter outras situações que não estão

veiculadas as variáveis da pesquisa. Entretanto sabe-se que existem muitos outros fatos e razões por trás disso, mas nota-se que mesmo nesse período houve uma superação além da liderança da pauta de exportação de carne bovina e a permanência de exportação de carne suína e frango e demais para a Rússia.

Diante do que foi exposto com os dados do MAPA e fazendo alusão aos atos firmados pelos países nos últimos anos, pode-se inferir que tais acordos surtiram efeito nas exportações brasileiras do complexo de carnes à Rússia, o que pode ser relacionado com os resultados de exportação de carnes no ano de 2008. Visto que houve um aumento significativo em três anos de tal comércio, tornando a Federação Russa um dos principais parceiros do Brasil e o maior comprador de carnes brasileiras. Desta forma pode-se dizer que os acordos estão relacionados no crescimento do setor, podendo ser encaixado na variável quatro do estudo.

Além de cooperação com essa nação, ficou evidente o crescimento das transações e acordos com outro país, a República Popular da China.

C2-V4

PLANO DECENAL DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPUBLICA POPULAR DA CHINA

Desde o estabelecimento da Parceria Estratégica, em 1993, Brasil e China tem progressivamente intensificado o **diálogo e intercâmbio de alto nível**, ampliado o escopo da cooperação bilateral, aprofundado a confiança política mútua e mantido estreita coordenação em assuntos internacionais.

[...] **Promover o investimento** mútuo no sector agrícola, incluindo setores **de grãos, processamento de alimentos, e logística no transporte de produtos agrícolas, como ferrovias, rodovias, expansão de portos e novas instalações portuárias.**

Incentivar o comércio direto de produtos agrícolas e expandir investimentos mútuos no campo da agricultura. Trocar informações e realizar pesquisas conjuntas em plantas Premium e em recursos de germoplasma de animais, biotecnologia, tecnologias de energia de biomassa e tecnologias de produção agrícola (**produção de soja**), processamento de frutas, pecuária, aquicultura e controle de doenças animais), no âmbito dos Laboratórios conjuntos da EMBRAPA como o CAAS, CAS e CATAS (LABEX). [...] **Aumentar o número de estabelecimentos brasileiros registrados para exportar carne de aves, bovina, e suína para a China.** Acordo sanitário entre os dois países também **colocou na fila mais nove frigoríficos brasileiros**, a princípio, para exportar carne à China

Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (doravante denominados Partes) reafirmaram o objetivo comum de adotar um plano de ação conjunta para o período 2010-2014, como consta no Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China para o Fortalecimento da Parceria Estratégica Brasil-China (doravante denominado Comunicado Conjunto), assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da República Federativa do Brasil e pelo Presidente Hu Jintao da República Popular da China, por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula à China, em maio de 2009.

3 Fortalecer a cooperação em pesquisas agrícolas. As Partes trocarão informações e conduzirão pesquisas conjuntas em recursos de germoplasma de plantas e animais de alta qualidade, biotecnologias, tecnologias de energia de biomassa (etanol de cana-de-açúcar e co-geração de eletricidade, etanol de celulose de segunda geração, biodiesel, entre outras) e **tecnologias de**

produção agrícola (produção de soja, processamento de frutas, reprodução de gado, aquicultura e controle de zoonoses), levando em consideração dispositivos legais e direitos de propriedade intelectual.

9.Promover investimentos mútuos no setor agrícola. As Partes promoverão um ambiente propício para o **aumento de investimentos mútuos no setor agrícola**, inclusive no processamento de grãos e alimentos, em coordenação com o Grupo de Trabalho de Investimentos da Subcomissão Econômico-Comercial.

C2-V4= Caso 2 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, agendas especiais, que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities*

Fonte: MRE/SCI (2016)

Conforme tais documentos constata-se que houve a criação de dois planos entre os países visando o fortalecimento de intercâmbio. O primeiro assinado foi o Plano Decenal firmado em 2010, tal acordo tinha por intuito promoção de investimentos em alimentos o que inclui o setor de grãos, além de cooperar no campo científico que também inclui a produção de soja. Destacou-se nesse acordo o aumento de registro de estabelecimentos aptos para exportação de carne à China, expandindo o comércio entre os países. No caso do acordo assinado também em 2010, Plano de Ação Conjunta, tinha por objetivo promover investimentos mútuos além de reafirmar o fortalecimento de cooperação em pesquisas e tecnologia de produção agrícola, o que inclui a soja também. Sobre tais acordos, foi realizada também a busca do quadro de exportações do Brasil para a China no período de 2011 a 2013.

C2-V4

As **exportações de soja em grão preponderam** no comércio agropecuário entre o Brasil e a China. **Em 2012, 74,7%** do valor total **comercializado** em produtos agropecuários **entre os países era de soja em grão**. Tal participação **subiu para 83,7% em 2013**. Esse forte aumento de participação deveu-se, principalmente, ao aumento da quantidade importada de soja, que subiu de 22,89 milhões de toneladas em 2012 para 32,25 milhões de toneladas em 2013, conforme Tabela I. Essa quantidade representou 50,9% das 63,4 milhões de toneladas de soja em grão importadas pela China em 2013. **O preço médio de exportação teve elevação de 1,2%**. Com o incremento da quantidade exportada e do preço, **as exportações de soja em grão chegaram a US\$ 17,15 bilhões em 2013 (+42,6%)**. Além das vendas do grão, o óleo de soja também teve participação relevante nas aquisições chinesas. O produto ficou na terceira posição entre os principais produtos agropecuários importados do Brasil. Não obstante tal posição, houve queda acentuada da quantidade adquirida do óleo de soja do Brasil – as compras diminuíram de 787,4 mil toneladas em 2012 para 520,0 mil toneladas em 2013 (-34,0%). Entre 2007 e 2013 a China diminuiu a importação de óleo de soja de 2,82 milhões de toneladas para 1,16 milhões. Desse total, o Brasil participou com 44,9%. É importante mencionar que a China criou o maior parque de esmagamento de soja do mundo, esmagando mais de 60 milhões de toneladas de soja em grão e produzindo cerca de 12 milhões de toneladas de óleo de soja. Todavia, o **consumo doméstico chinês suplantou 13 milhões de toneladas de óleo de soja, possibilitando a importação de mais de 1 milhão de toneladas em 2013**. Com esse esmagamento, a China produziu mais de 50 milhões de toneladas de farelo de soja. Essa produção é mais do que suficiente para o abastecimento do mercado doméstico e, ademais, tornou possível ao país ser um exportador líquido de farelo. Em 2013, as exportações líquidas de farelo de soja da China foram de US\$ 616,9 milhões ou 1,1 milhão de toneladas.

Produto	2011		2012		2013	
	US\$ mil	t	US\$ mil	t	US\$ mil	t
Soja em grãos	10.957.102	22.104.719	12.028.318	22.885.887	17.147.972	32.251.521
Açúcar de cana em bruto	1.157.230	2.043.192	1.067.452	2.115.240	1.419.631	3.464.417
Óleo de soja em bruto	759.821	640.179	924.205	787.406	507.163	520.034
Fumo não manufaturado	379.964	52.932	477.817	62.703	453.879	55.955
Carne de frango <i>in natura</i>	422.927	195.844	492.829	227.445	440.794	190.322
Algodão não cardado nem penteado	568.808	273.782	721.242	355.285	189.244	96.647
Sucos de laranja	113.906	53.974	88.319	37.975	78.468	37.597
Demais óleos vegetais	36.070	136.306	41.599	152.031	53.471	148.325
Óleo de amendoim	14.600	8.639	26.722	11.913	41.377	26.207
Outros produtos de origem vegetal	41.620	46.748	23.817	18.248	19.946	13.977
Sucos e extratos vegetais	9.691	4.577	4.160	445	13.403	5.974
Açúcar refinado	59.903	94.316	16.675	34.303	12.824	31.891
Farelo de soja	9.056	20.538	6.526	16.384	10.917	25.943
Outras preparações alimentícias	8.937	329	7.093	198	10.035	292
Óleo de soja refinado	3.861	3.000	192	125	9.982	9.000
Milho	6.412	21.150	18.961	79.909	9.867	48.158
Demais óleos essenciais	13.034	4.239	7.471	2.536	9.670	4.625

C2-V4= Caso 2 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, agendas especiais, que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities*

Fonte: Intercâmbio Comercial do Agronegócio MAPA/SRI (2014)

Ressalta-se a importância da Conjuntura da Soja, pois em somente três anos o quesito “soja em grãos” obteve um aumento percentual de 145,90% em toneladas exportadas para a China, permanecendo na liderança da pauta de importações da China pelo Brasil durante o período. Diante desse quadro, pode-se relacionar quanto a influencia dos atos nas participações brasileiras no crescimento do agronegócio Brasil-China. A soja comandou a pauta, o que está em constante aumento no período. Pode-se dizer que com os acordos firmados com China desde 1993, como foi descrito no Plano Decenal, a cooperação entre os dois países se intensificaram na ultima década, fazendo da China o principal parceiro ativo nas transações comerciais, encargo que antes era comandado pelos Estados Unidos da América. Além disso, a China é o principal comprador da Soja brasileira, destacando o aumento em toneladas de 2012 a 2013, nesse período avanço foi em torno de 10 milhões de toneladas. Desta forma, pode-se concluir que os atos firmados trouxe avanço para a produção de soja, beneficiando a produção e comercialização do setor, o que pode ser encaixado na variável independente quatro da pesquisa.

No que tange audiências, que possam ajudar a comercialização dos produtos ainda dentro do país, o que inclui logística, armazenamento, na Revista de Política Agrícola (jul./ago./set., 2005) do MAPA tem-se um estudo de Medeiros et al, no qual mencionam a existência das Câmaras Setoriais e suas funcionalidades bem como a esperança de retorno positivo com a criação das mesmas:

C2-V4

A interlocução com a sociedade visa estabelecer um diálogo e organizar suas demandas, dando maior visibilidade e efetividade às políticas públicas para o agronegócio. O diálogo se dá por meio do estabelecimento e acompanhamento das 26 câmaras setoriais e temáticas do agronegócio brasileiro (22 câmaras setoriais e 4 temáticas), a saber: 1. **Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina.** 2. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool. 3. **Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo, Aves e Suínos.** 4. **Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais.** 5. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno. 6. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura Vinhos e Derivados. 7. Câmara Temática de Ciências Agrárias. 8. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças. 9. Câmara Setorial de Equideocultura. 10. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados. 11. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura. 12. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo. 13. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais. 14. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados. 15. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica. 16. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis. 17. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos. 18. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura. 19. Câmara Setorial de Insumos Agropecuários. 20. Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio. 21. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça. 22. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz. 23. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Borracha Natural. 24. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão.

Os principais produtos esperados são: **Criação e acompanhamento dos trabalhos de câmaras setoriais e temáticas do agronegócio brasileiro. Implementação de políticas públicas** de maior impacto no setor e na sociedade. **Ações de caráter político para a defesa dos legítimos interesses desses segmentos ou do agronegócio.** Transparência nas políticas e ações do Ministério (internet). Valorização do agronegócio e de seus componentes perante a sociedade.

C2-V4= Caso 2 - Acordos bilaterais com países compradores, audiências, agendas especiais, que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities*

Fonte: Medeiros et al (2005, p.9)

As Câmaras Setoriais visam justamente ampliação da produção e comércio dos países objetivando o ganho em aumento de produtividade e diminuição dos custos, na tentativa de qualificar os mecanismos já existentes, por meio de debates entre as instituições, agentes bancários e partes interessadas de cada cadeia de produção. Perante disso, pode-se dizer que a implantação tais audiências beneficiam o complexo de carnes, o que aproxima os elos da cadeia, trazendo à tona as principais problemáticas visando solucioná-las. Assim, a criação dessas câmaras é incluída na compreensão da variável independente quatro da pesquisa.

Sonaglio, Zamberlam, Brender (2011) elaboraram um estudo que abordou a influencia da taxa de câmbio sobre o setor exportador do complexo de soja e carnes no período de 2005 a 2009.

C2-V3

“A elevada participação dos complexos soja (grãos, farelo de soja e óleo de soja bruto) e carnes in natura (bovina, frango e suína) nas exportações do agronegócio brasileiro nos últimos anos tem levado a recorrentes investigações de como esses setores se comportam diante de modificações nas condições econômicas, tanto domésticas quanto internacionais, decorrentes de medidas comerciais ou políticas. Tal preocupação centra-se na suscetibilidade de que ambos os complexos enfrentam, além das agruras resultantes de mudanças nos preços e no clima, os efeitos de políticas protecionistas e macroeconômicas. No caso das políticas macroeconômicas, a taxa de câmbio, considerada como um dos principais instrumentos utilizados para a condução da política econômica tem efeitos variados sobre os setores da economia, assim como sobre os produtos exportados. Os resultados levam à conclusão de que há diferenças importantes nas exportações e nos preços de ambos os complexos, soja e carnes. Por exemplo: mudanças não antecipadas sobre o complexo soja indicam, inicialmente, um efeito positivo sobre as exportações de soja em grãos e farelo, ao passo que as exportações de óleo de soja apresentam queda nos períodos iniciais à mudança cambial. Esse aspecto indica que produtos mais industrializados tendem a ser mais sensíveis a mudanças na taxa de câmbio quando comparados com produtos menos industrializados (básicos ou in natura). No que tange a esse resultado, considerando que os produtos industrializados caracterizam-se por apresentar elasticidade superior à dos produtos de menor nível de industrialização, pequenas mudanças nos preços, decorrentes de variações cambiais, podem afetar mais especificamente a competitividade e a demanda desses produtos. Por sua vez, no complexo carnes, verificou-se um comportamento similar, sendo mais acentuado sobre as exportações de carne bovina in natura. Apesar de considerar-se que ambos os produtos desse complexo possuem um mesmo nível de industrialização, as mudanças cambiais afetam diferentemente cada mercado. [...] Além desses fatores, cabe ressaltar que as mudanças nos preços e nas exportações de ambos os complexos podem estar ligadas à formalização de opções de compra futura, isto é, de contratos futuros, a partir dos quais os produtores buscam reduzir os efeitos de eventuais mudanças nas condições de comercialização. Outros resultados importantes foram obtidos pela decomposição dos erros, os quais evidenciaram que as exportações do complexo carnes são mais sensíveis às mudanças cambiais, enquanto o complexo soja apresentou resultados menos significativos, mostrando que a taxa de câmbio influencia mais os preços dos produtos e menos as exportações totais de tal complexo. Por fim, evidenciou-se que, em ambos os complexos, as mudanças cambiais têm prazos de ajustamento de longo prazo, e até mesmo não se estabilizando em alguns casos, fato que corrobora a não existência de uma relação de longo prazo estável entre a evolução do nível da taxa de câmbio e o volume exportado, para a maioria dos setores da economia brasileira.”

C2-V3= Caso 2 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura).

Fonte: Sonaglio, Zamberlam, Brender Filho (2011, p.21)

Conforme os dados do estudo identificam-se que, os Complexos de Soja e Carnes, quando alteraram a taxa de câmbio apresentaram bons resultados a curto prazo.

No Complexo Soja as mudanças causavam um efeito positivo nas exportações de soja em grãos, porém os industrializados tinha efeito negativo nos períodos iniciais da mudança. No Complexo de Carnes o que se constatou foi que os efeitos positivos nas exportações de bovinos in natura foi mais relevante que ao complexo de soja. Ou seja, para os produtos in natura dos dois complexos foi vantajosa a mudança em curto prazo.

Ainda assim foi ressaltado que o complexo de carnes se tornou, mais sensível às mudanças cambiais, ao passo que a soja, não apresentou tantos significados de abrangência para o setor. O que pode considerar que a taxa de câmbio influenciou a exportação desses produtores, sendo assim enquadrado na variável independente quatro da pesquisa.

Por fim e não menos importante está a análise das ações do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), de 2006 a 2015. O Plano Agrícola e Pecuário é desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) anualmente e tem como objetivo diminuir riscos na produção, disponibilizando capital para financiamento, investimento, custeio, comercialização para os produtores de commodities agrícolas. Tal programa não atende aos produtores familiares que, aliás, tem um programa semelhante desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para atender seus anseios, o PAP é destinado para produtores agroexportadores.

No PAP de 2006/2007, o Plano apresentou medidas importantes, principalmente para o complexo da Soja, para subsidiar financiamento de crédito, investimento, comercialização da produção agrícola e pecuária.

C2-V3

MEDIDAS DE APOIO À AGRICULTURA EM 2005/2006

No decorrer da safra 2005/2006 o Governo adotou uma série de **medidas de apoio emergencial à agropecuária**, com ênfase na **comercialização da safra e na prorrogação das dívidas dos produtores** com o sistema oficial de crédito e com os fornecedores privados de recursos para o custeio da atividade.

10.1.1. Apoio direto à comercialização de soja • Alocação de mais R\$1 bilhão para sustentar os preços da soja ao produtor, por meio de Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop); • É uma compensação monetária variável, em função do custo do frete. Os principais beneficiários são os produtores mais distantes dos centros de consumo.

C2-V3= Caso 2 - Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de *commodities* (alterações no câmbio, infraestrutura).

Nesse PAP, houve um programa de investimento somente direcionado para a produção da cultura de Soja, tendo o valor de R\$ 1 bilhão redirecionado aos programas de investimentos do setor. Visto a existência de tal meio, a pesquisadora entendeu como um mecanismo de proteção do Estado exclusivamente para essa produção, e por ver que a China é o principal comprador de Soja brasileira e que em 2013 a quantidade exportada chegou a níveis altíssimos, pode-se inferir que tal procedimento também fez parte dessa mobilização de crescimento da Soja, por isso foi enquadrada com a Variável três do estudo.

Como o PAP 2005/2006, teve instrumento direcionado para a soja, foi destacado sozinho, porém no caso dos PAPs seguintes até 2013/2014, a pesquisadora realizou uma planilha com valores para uma melhor compreensão do capital programado direcionado ao financiamento rural.

Tabela 6 - Plano Agrícola e Pecuário – Valores Programados de 2007 a 2015

Plano Agrícola e Pecuário	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Recursos para o PAP	R\$ 70 bilhões		107,5 bilhões	R\$ 100 Bilhões	R\$ 107,2 Bilhões		R\$ 136 Bilhões	
1 CRÉDITO RURAL	R\$ 58 bilhões	R\$ 65 bilhões	R\$ 82 Bilhões	R\$ 93 bilhões	R\$ 100,7 bilhões	R\$ 115,25 bilhões	R\$ 131 Bilhões	R\$ 156,1 bilhões
1.1 Investimentos	R\$ 8,9 bilhões	R\$ 10 bilhões	R\$ 14 bilhões	R\$ 18 bilhões	R\$ 20,5 bilhões	R\$ 28,30 bilhões	R\$ 33,4 Bilhões	R\$ 44,1 bilhões
	R\$ 49,1 Bilhões, 37,85 Bilhões com juros controlados	R\$ 55 Bilhões, 45,4 Bilhões com juros controlados	R\$ 66,2 bilhões, dos quais R\$ 54,2 bilhões são ofertados a juros controlados	R\$ 75 bilhões, dos quais R\$ 60,7 bilhões são ofertados a juros controlados	R\$ 80,2 bilhões	R\$ 86,95 bilhões dos quais R\$ 70,550 bilhões são ofertados a juros controlados	R\$ 97,6 Bilhões	R\$ 112 bilhões os quais R\$ 89 bilhões são ofertados a juros controlados
1.2 Custeio e comercialização								
2. APOIO A COMERCIALIZAÇÃO		R\$ 3,8 bilhões	R\$ 5,2 bilhões	R\$ 5,2 bilhões	R\$ 5,2 bilhões	R\$ 5,4 bilhões		R\$ 5,6 bilhões

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Elaborado pela autora.

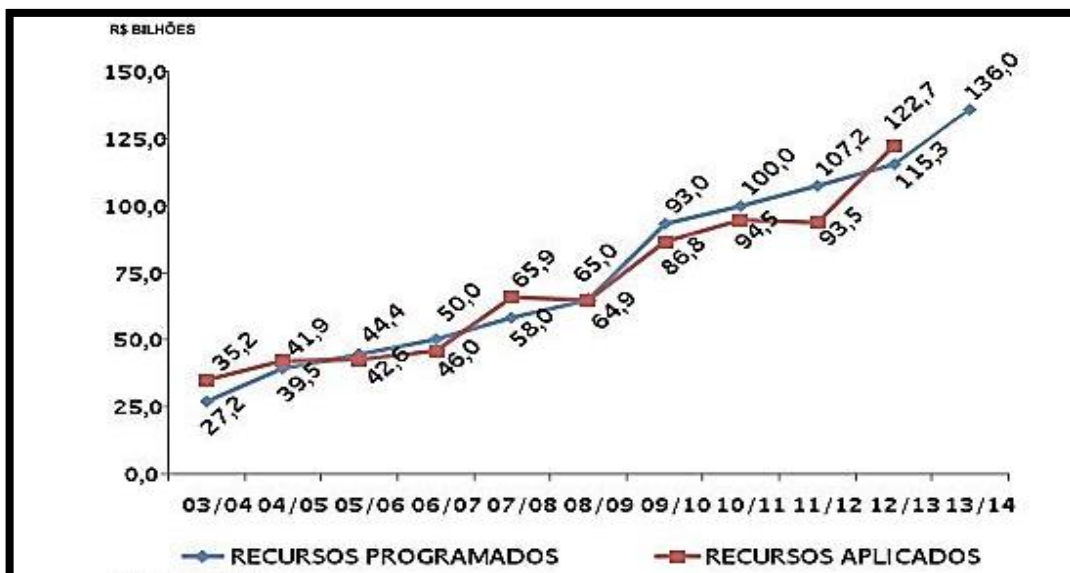
C2-V1

C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

A Tabela 6 mostra que os valores programados para aplicação de recursos nos setores de crédito rural e apoio a comercialização dos Planos para os agricultores e pecuaristas de *commodities*, foram crescendo a cada ano, principalmente o setor de custeio e comercialização, que não apresentou queda ou estabilização, somente valores crescentes designados para esses recursos. Já no caso de apoio a comercialização os valores permaneceram constantes e com leves aumentos se comparado com a área de custeio e comercialização.

Conforme o Plano Agrícola e Pecuário de 2013/2014 (p. 25) foi visto que os capitais programados para os PAPs cresceram desde 2000 até hoje, e os valores desembolsados por muitas vezes ultrapassaram os valores estipulados.

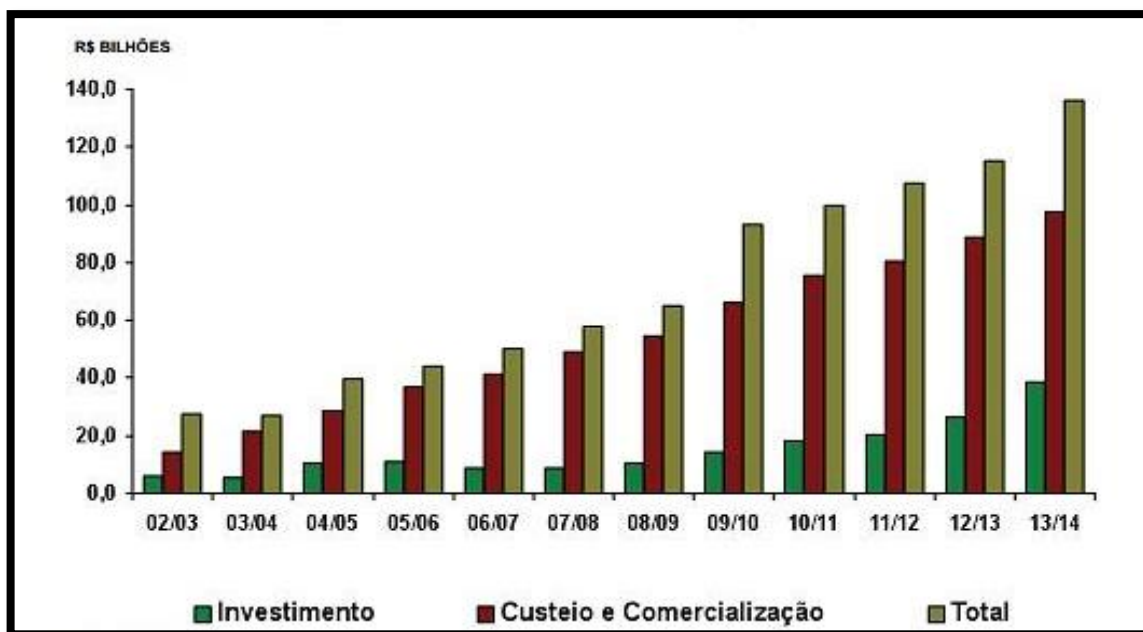
Figura 5 – Recursos Programados VS Aplicados no Financiamento Rural



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário/MAPA 2013/2014 (2013)

Os recursos estipulados e programados por muitas vezes se intercalaram ou se foram equivalentes, e quando há um decréscimo de investimento do valor programado são valores que não inviabilizam tanto a produção, valores pouco significativos, sendo bem próximos ao que foi anunciado.

Figura 6 – Evolução dos Recursos do Crédito Rural de 2003 a 2014



Fonte: Plano Agrícola e Pecuário/MAPA 2013/2014 (2013)

De acordo com as Figuras 5 e 6 é possível notar a evolução e disponibilidade de recursos aplicados desde o início dos anos 2000, onde nota-se o crescimento de subsídios para o crédito rural em específico. É de importância ressaltar tais valores, pois no ano 2002 o valor programado foi em torno de R\$ 30 bilhões e no Plano de 2014 chegou a quase R\$ 140 bilhões, uma alta de mais R\$ 90 bilhões em 11 anos, o que demonstra a importância do setor agroexportador para a economia brasileira. Mesmo que o sistema de financiamento de crédito rural tenha algumas dificuldades, não significa que o plano não traz efetividade para o setor, o que se constata aqui é a existência desse subsídio e aplicação dele na agricultura durante os anos, pois é muito difícil encontrar um plano que funcione em perfeito andamento no país, existem sempre dificuldades, visto que esse é um plano que abrange inúmeros produtores, o importante nesse caso é a constatação para a pesquisa do resultado positivo que está gerando para o agronegócio. Fazendo alusão a isso segue o panorama de desembolsos do crédito rural por investimentos no Brasil no período de 1998/2013.

Tabela 7 - Panorama Geral de Aplicação de Recursos para Investimento do Crédito Rural 1998/2013

Brasil. Crédito rural - Aplicação dos recursos para investimentos – Ano safra																	
Desembolsos																	
(Mil Reais correntes)																	
Fontes de Recursos	Ano safra (julho-junho)															2013/2014	
	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	Programado	Aplicado jul/2013 a jun/2014
Moderagro	17.320	132.720	209.310	409.913	625.585	1.162.451	1.410.808	1.257.030	884.986	574.194	512.295	385.574	340.692	512.094	559.196	550.000	519.072
Moderinfra	-	-	-	45.294	115.384	416.319	444.340	283.008	169.926	174.872	261.742	136.799	84.930	227.717	246.328	500.000	225.987
Prodecoop	-	-	-	-	22.690	140.110	288.918	304.625	239.378	572.059	939.079	1.616.434	1.040.673	410.063	596.047	350.000	757.789
Produsa	-	-	-	-	-	-	-	-	10.529	403.906	160.952	475.294	-	-	-	-	-
Proptflora	-	-	-	-	769	10.562	29.588	50.347	53.971	49.144	81.647	53.723	-	-	-	-	-
Moderfrota	-	209.300	1.483.967	1.991.672	2.107.418	2.020.564	3.039.330	1.406.215	1.536.921	2.025.672	1.903.244	199.631	11.509	7.221	9.374	160.000	19.430
Moderfrota Pronamp	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	464.671	69.952	6.610	6.595	759	-	-
Procap-Agro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	698.276	2.521.866	2.463.942	728.695	3.240.000	2.620.108
Programa ABC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	418.480	1.516.345	2.870.348	4.500.000	2.779.099
EBI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.206.355	2.500.000	4.000.000	2.500.000
BNDES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	418.480	309.990	370.348	500.000	279.099
Fundos Constitucionais	604.500	866.600	1.066.800	1.268.300	1.391.100	1.728.700	2.132.800	2.090.600	2.963.800	3.020.300	2.571.500	2.391.000	2.517.500	3.163.500	3.514.700	2.876.000	4.541.300
Finame/Linha Especial	581.200	618.400	127.110	130.240	664.155	1.771.998	538.494	32.656	14.462	5.503	-	-	-	-	-	-	-
Pronamp	-	-	-	49.000	106.473	249.315	88.800	51.036	50.300	268.064	259.424	839.095	1.302.125	2.108.354	3.101.500	5.160.000	5.318.119
Outras Fontes ¹⁰	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.322.335	4.755.300	8.316.092	6.476.000	11.478.200
Sub-total	1.203.020	1.827.020	2.887.187	3.894.419	5.033.574	7.500.019	7.973.078	5.475.517	5.924.273	7.093.714	7.154.554	6.865.778	13.566.720	15.171.131	19.943.039	23.812.000	28.259.104
PSiRural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.519.590	5.841.143	6.040.177	11.191.344	7.000.000	11.629.531
PSi-Cerealistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.177	-	174.804
PSi - Ônibus e caminhões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	402.535	-	348.977
Prorenova	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.075.468	4.000.000	1.501.046
Inovagro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	54.644
PCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.500.000	208.346
Procer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.361.954	3.014.137	-	-	-	-
PASS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.066	2.000.000	1.353.860
Sub-total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.881.544	8.855.280	6.040.177	12.844.590	17.500.000	15.271.208
Total	1.203.020	1.827.020	2.887.187	3.894.419	5.033.574	7.500.019	7.973.078	5.475.517	5.924.273	7.093.714	7.154.554	15.747.322	22.422.000	21.211.308	32.787.629	41.312.000	43.530.312

Fonte: MAPA (2016)

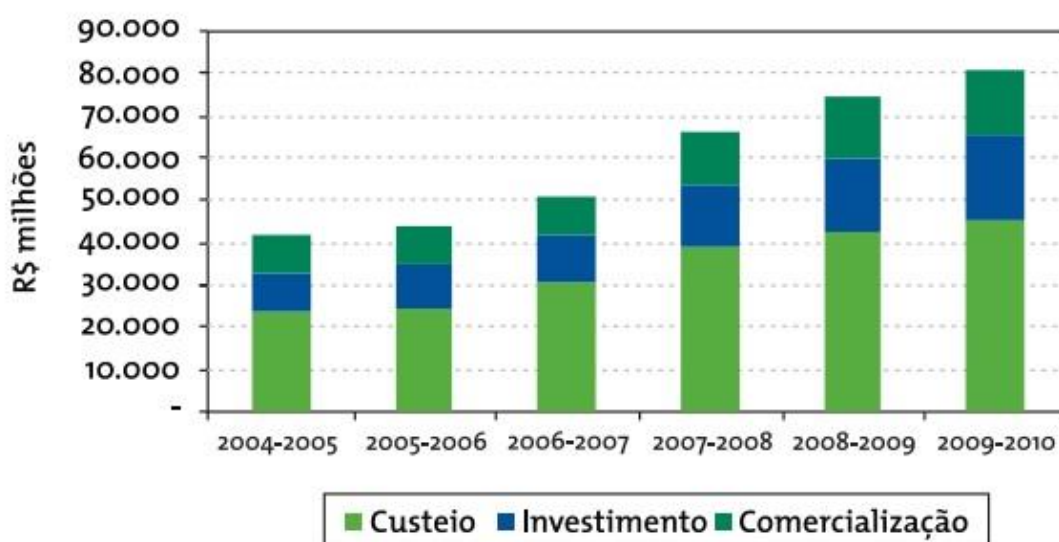
Diante do que procede, verifica-se que os recursos do crédito rural dos PAPs aplicados no quesito de investimentos (sabendo que existem recursos para custeio, comercialização, e outros) acompanharam o crescimento do agronegócio ao longo dos anos, e que no total dos recursos utilizados dobrou o PAP 2008/2009, R\$ 7.154.554, para R\$ 15.747.322, em 2009/2010, tal resultado é oriundo da inserção de novos programas de financiamento, o que nos anos seguintes passaram a aumentar em dobro tal valor. Ressaltando também que nesse período foi criado investimento para o setor dos produtores de cereais e entre outros. Os principais investimentos existentes se direcionam a tecnologia, traduzindo assim ganhos em produtividade.

Por meio do Informe Setorial de 2001 (p. 5), o BNDES disponibilizou o valor pago ao crédito rural (abrangendo custeio, comercialização, investimento) no período de 2004 a 2010.

C2-V2/V1

O crédito rural no Brasil cresceu nos últimos seis anos, conforme demonstrado no Gráfico 3, partindo de R\$ 42,0 bilhões na safra 2004- 2005 e atingindo, na de 2009- 2010, R\$ 81,3 bilhões, ou seja, aproximadamente 100%. Embora o crédito para investimento tenha perdido importância relativa ao longo do período analisado, começou a esboçar reação nos últimos anos, haja vista que na safra 2008-2009 atingiu 23% de todos os desembolsos do crédito rural, e, na de 2009-2010, a marca de 25%, o que representou R\$ 20,4 bilhões.

Gráfico 3. Distribuição do crédito rural no Brasil



C2-V1= Caso 2 - Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de *commodities* (subsídios, linhas de crédito);

C2-V2= Caso 2 - Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de *commodities* (garantias);

Fonte: Informe Setorial BNDES (2011)

Tal afirmativa reluz a tabela anterior, em questão do crescimento de investimento a partir do PAP 2008/2009. Como nas publicações não tratam diretamente dos créditos dos PAPs direcionados aos dois setores, a pesquisadora buscou informações que englobam a maioria das publicações utilizadas no caso, com o intuito de evidenciar que houve sim apoio ao agronegócio, e que pode ser entendida que também afetaram os setores, visto que os mesmos cresceram economicamente até os dias atuais. Identifica-se o desenvolvimento econômico dos três instrumentos, o que indica a participação de financiamento do Estado na economia agroexportadora, o que engloba os setores de produção de Carnes e Soja.

Conforme a publicação e toda construção da análise desse caso viu-se que o sistema de impulso dado pelo governo para com o agronegócio em específico com os de Complexos Soja e Carnes, proporcionou a base de crescimento de tais cadeias, para elas terem se tornado o que são hoje, grandes commodities que alavancam a economia brasileira. Acredita-se que se, tais posturas e medidas não tivessem sido adotadas talvez ter-se-ia hoje um déficit na balança comercial brasileira, sendo assim o Estado cumpriu o seu papel de fomentar o crescimento na produção de *commodities*. Segue abaixo um quadro resumindo sobre os acontecimentos decorridos neste caso, bem como a manifestação da autora por meio da QCA fuzzy.

Quadro 7 – Manifestação caso 2

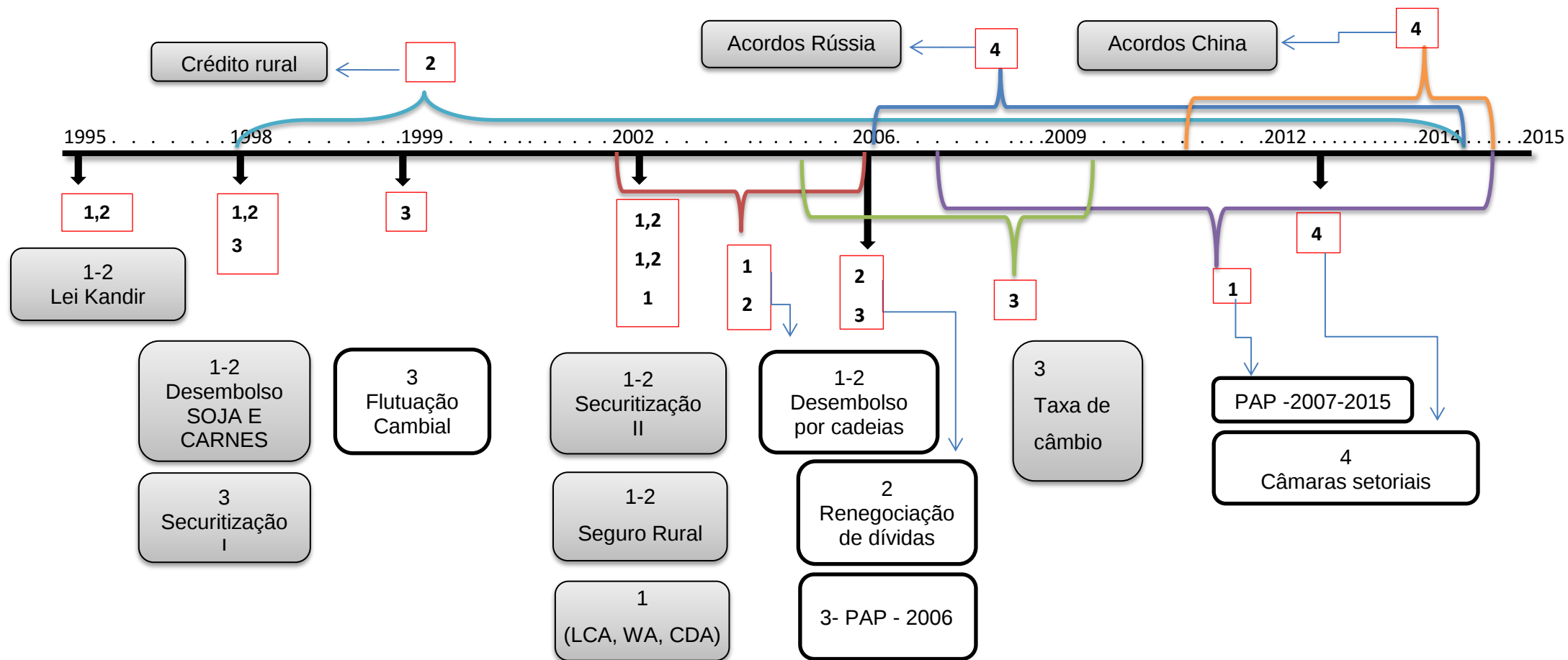
Tempo	Fatos	Ações do Estado	Variáveis Indep.	QCA Fuzzy
1997	Lei Kandir	- Desoneração do imposto ICMS para produtos da pauta de exportação sendo de base primária e semi-manufaturados	V1; V2	2
1998	Securitização I	- Instabilidade macroeconômica resultou na inadimplência rural. Lei que reestrutura os empréstimos com dívidas vencidas.	V3	2
1998	Desembolso BNDES Soja-Carnes	- Desembolso pelo BNDES para subsidiar a produção de soja e carnes	V1; V2	1 e 2
2012	Desembolso por cadeias	- Desembolso BNDES por cadeias no período	V1; V2	1
1999	Flutuação Cambial	- Déficit na balança comercial o governo adotou a política de bandas cambiais e desvalorização cambial	V3	2
2002	Securitização II	- Renegociação das Dívidas o governo assume parte da dívida agrícola e	V2; V1	2

		transforma em títulos da dívida pública		
2006	Renegociação de dívidas	- Prorrogação de crédito e custeio	V2	2
2002	Seguro Rural	- Seguro da produção com custo reduzido, por meio de auxílio financeiro do governo federal.	V2; V1	2
2002	Novos instrumentos de financiamento (CDA, WA, LCA)	- Títulos de crédito do agronegócio por meio de capital privado	V1	1
2006-2014	Acordos RUSSIA	-Fortalecimento do intercâmbio bilateral entre países; solucionar conflitos de fornecimento de produtos cárneos brasileiros; compra de soja pela Rússia, fim do embargo as carnes bovinas gaúchas, liberação da importação de aves; habilitação de estab. Cárneos	V4	1
2010-2014	Acordos CHINA	-Promoção de investimento na infraestrutura de grãos; aumento de numero de estabelecimentos brasileiros aptos a exportar; fortalecimento da cooperação em pesquisas.	V4	1
2012	Criação de câmaras setoriais	- Formulação de políticas relativas à produção de bens e serviços, harmonizando e transformando em propostas de ação os enfoques setoriais das partes atuantes da cadeia	V4	2
2005-2009	Taxa de câmbio	-efeitos positivos nos complexos de carnes e soja ao mudar a taxa de câmbio desvalorizando o real	V3	2
2006	PAP 2006	- Apoio direto à comercialização de soja. Alocação de mais R\$1 bilhão para sustentar os preços da soja ao produtor, por meio de Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop)	V3	2
2007-2014	Tabela PAP 2007-2014	- Aumento nos recursos disponibilizados para o crédito rural	V1; V2	2
1998-2014	Figuras Crédito Rural	- Aumento em programas de investimento; crescimento no subsidio a custeio, investimento e comercialização	V1; V2	2

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o que foi abordado nesse tópico, existem dois fatos percebidos: indícios de incentivos estatais por meio de políticas de financiamento, macroeconômicas, subsídios, acordos bilaterais, agendas especiais além de grande crescimento econômico do setor de soja e carnes.

4.2.2 Linha do tempo Caso 2 - Variáveis Independentes



4.3 Análise Comparativa dos Resultados

Conforme a análise supracitada dos dois casos nota-se que houve grande ocorrência da presença de meios protecionistas para o agronegócio nos dois períodos estudados. Visto isso e lembrando que o último objetivo da pesquisa é de comparar os resultados encontrados, há nesta seção a comparação dos resultados obtidos da presença de variáveis por Caso além da apresentação da Variável Dependente Y. Esta corresponde aos dados da produção nacional de cada Complexo, por toneladas, no início e no fim do período estudado. Tal ferramenta permite distinguir os ganhos de crescimento nos Casos analisados.

A finalidade dessa seção é de comparar os números de valores de produção nacional dos setores referente aos dois Casos: o Caso do café de 1870 a 1930 com o Caso da Soja e Carnes de 1995 a 2015, bem como com a manifestação da autora pela QCA fuzzy.

Como a intenção é de se adequar os números de produção e obter uma comparação justa e que esteja conforme a realidade, a Variável Dependente Y referente ao café se inicia em 1901 e se encerra em 1929 (28 anos). No caso da Soja e Carnes, conforme as informações obtidas, o período correspondente se inicia como está na análise do Caso em 1995 e finda em 2013/2014 (19 anos).

A Tabela 8 expõe os valores da produção nacional de cada setor referente ao período em questão e a média da manifestação da pesquisadora sobre a presença de proteção.

Tabela 8 – Comparação de Resultados por Grau de Cobertura Proporcional (GCP) e Valor da Variável Y

	V.I 1	V.I 2	V.I 3	V.I 4	(GCP)	“Y” Produção Brasileira do Produto no Período (toneladas)
CASO 1	2,00	1,33	1,80	1,75	0,86	Início Café (1901): 16.300.000,00 * (sacas 60 kg)
						Fim Café (1929): 28.941.000,00
						Aumento percentual Café: 177,55%
CASO 2	1,62	1,75	2,00	1,33	0,83	Início SOJA (1995): 31.300.000,00 (grãos)**
						Fim SOJA (2013): 85.000.000,00***
						Aumento Percentual SOJA: 271,57%
						Início CARNES (1995): 11.580.000,00****
						Fim CARNES(2013): 22.876.000,00
						Aumento percentual CARNES: 197,55%

Legenda:

V.I.1: Instrumentos econômicos de favorecimento direto dos produtores/exportadores (subsídios, linhas de crédito)

V.I.2: Política de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção de commodities (garantias)

V.I.3: Políticas Macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção (alterações de câmbio, infraestrutura)

V.I.4: Acordos bilaterais, agendas especiais, audiências, câmaras, para atender os interesses do setor e que favoreçam a produção e a comercialização de *commodities*

* Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, 2007. Pg. 174 e 178.

** BNDES Setorial 8, 1998 – Panorama do complexo Soja, Pg.124.

***Amazonas, L. – Conjuntura de Soja- CONAB, MAPA. 2013. Pg. 11.

****Mendes, A.A. Panorama da Avicultura Nacional e Perspectivas do setor. ABPA, 2014. pg. 9.

Fonte: Elaborado pela autora

Primeiramente, estão dispostos os dados com valor inicial e final do setor cafeeiro (Caso 1). No princípio do século passado, nota-se o aumento percentual de 177,55% cabe ressaltar que neste período a comercialização desse produto estava enfrentando problemas com a superprodução da *commodity*, além daqueles provenientes dos mercados externos compradores. O Estado tomou medidas para que a produção não quebrasse, uma delas foi à estocagem e compra/queima de café. A intenção de relembrar tais fatos é que mesmo com crise durante o período o setor obteve um acréscimo na produção de 177,55%, o que comprova a importância do setor em termos econômicos.

Os valores do setor de Soja e Carnes (Caso 2) apresentaram um aumento na produção de 271,57% e 197,55% respectivamente. Tais valores, principalmente o do Complexo Soja chega a ser espantoso, pois em menos de 20 anos a produção (em aumento percentual) ultrapassou, o aumento do complexo carnes e também o aumento produção nacional do Caso 1, que abrangeu 28 anos, um período bem maior. Os dois complexos do Caso 2 cresceram significativamente o que permite concordar com valores designados pelo Grau de Cobertura Proporcional (GCP).

O GCP traz o resultado das estatísticas dos valores atribuídos pela pesquisadora sobre a presença de medidas de proteção ao agronegócio através da ocorrência das variáveis independentes durante a análise dos casos. Para o Caso 1, o valor encontrado do GCP foi de 0,86% (o que significa que quanto mais próximo de 1 indica a presença de proteção), e para o Caso 2, de 0,83%. Esses indicativos tiveram diferenças percentuais pequenas, entretanto a do Caso 1 foi maior. O importante com a mensuração desses resultados é de que, eles transparecem em

números que as variáveis estudadas realmente chegaram ao mais próximo da ocorrência de proteção nesses setores.

Partindo da GCP, e a verificar a configuração de ocorrência dos valores em cada variável, chamou-se a atenção para o Caso 1, na Variável 1 em específico, pois o indicador da *fuzzy* foi plenamente expressa (2). Para lembrar, em resumo a Variável 1 representa o apoio estatal por meio de instrumentos direto aos produtores/exportadores, o que foi destacada em suma como subsídio ao transporte de imigrantes europeus para virem trabalhar na economia cafeeira, correção de déficit na balança de pagamentos por meio de alteração de câmbio, Convênio de Taubaté e os Planos de Valorização, além de outros que compuseram as ações do Estado para o café. Diante disso, essa variável prevaleceu diante das outras e se compôs, pode-se dizer como mais importante influenciadora para o crescimento da produção/exportação do café no Brasil na Primeira República. Chamou-se atenção também para indicativa da variável 2 desse caso, pois a mesma apresentou resultado inferior diante das outras, sendo de 1,33. Essa, designa-se por ser Política de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção (garantias), o que em suma caracterizou-se pelo período do encilhamento, no qual houve uma reforma monetária no país onde o governo concedeu o poder de emissão aos bancos causando expansão de crédito na economia. Em 1906 a reforma bancária e compras da safra pelo Estado (Convênio de Taubaté) também foi encaixado nessa variável. No caso do encilhamento a pesquisadora evitou dizer que a causa da criação foi devido exclusivamente ao café, somente ressaltou a grande importância que teve para os produtores poderem expandir suas produções, portanto sua manifestação, foi diferente das demais ocasionando a decorrência de 1,33. Ademais, as outras duas variáveis mantiveram um padrão próximo ao da plenamente expressa, o que ressalta a importância de tais para todo o desencadear do sucesso da produção.

No período de Soja e Carnes, as variáveis que mais se destacaram foram a Variável 3, como plenamente expressa, e a Variável 4, por resultado de 1,33. Na primeira situação, a variável: Políticas macroeconômicas que favoreceram diretamente ou indiretamente a produção (alteração de câmbio, infraestrutura), foram caracterizadas principalmente pelos fatos ocorridos como apoio ao setor por intermédio do Seguro Rural, a flutuação cambial de 1999, além de no Plano agrícola e Pecuário de 2006 o governo ter apoiado diretamente a soja com o valor de R\$ 1

bilhão, além das interferências das alterações cambiais que beneficiaram o complexo de carnes. Apesar de que essa variável tenha sido expressa plenamente, acredita-se que a variável 2 possa ter sido muito mais importante para o crescimento do setor, pois a variável 3 a ocorreu em poucas situações, e a variável 2 ocorreu triplicadamente e assim obteve uma média um pouco inferior, mas bem próxima da plenamente expressa. No caso da variável 4, (Acordos bilaterais, agendas especiais, audiências, câmaras, para atender os interesses do setor e que favoreçam a produção e a comercialização de commodities) a proporção foi inferior referente as demais, pois a pesquisadora não pode inferir que os acordos com Rússia e China tenham sido criados com o propósito de favorecer o setor. Havia sim na pauta os interesses agrícolas e obteve no decorrer dos anos alta no intercâmbio entre esses países, porém não se pode alegar de fato que foi devido a isso, mas sim que influenciou a abertura comercial de tais mercados e suas transações.

Atentando-se aos fatos de que os valores do GCP são minimamente diferentes nos dois casos e que na situação do café mesmo em tempos críticos houve crescimento na produção na situação dos complexos estudados da atualidade houve também grande crescimento, pode-se dizer que a política de proteção as commodities avançaram ao decorrer dos anos e hoje em dia é bem mais evoluída, entretanto cabe dizer que o Brasil carrega as heranças colônias na forma de conduzir a política econômica brasileira.

Por fim, acredita-se que a Tabela 8 é um retrato do perfil de crescimento de tais *commodities* concomitante a presença das ações governamentais e pelo resultado do aumento percentual da produção nacional dos produtos estudados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou abordar e comparar quais foram e quais são as formas de articulação de proteção adotadas pelo Estado, direcionado ao setor de produção de *commodities* agrícolas e se estas ações de fato influenciaram diretamente para o crescimento e desenvolvimento econômico dos Complexos do Café, Soja/Carnes, tanto para a produção, quanto para a exportação.

A respeito disso, o objetivo geral da pesquisa foi determinado com o fim de confrontar as formas de proteção estatal sobre as grandes *commodities* agrícolas atuais (soja e carnes) com a forma politicamente adotada no ciclo cafeeiro do início do século XX. Para chegar a tal proposta, foram delimitados os objetivos específicos, dentre eles estavam identificar no primeiro caso os fatores de êxito do ciclo cafeeiro no período compreendido entre 1870 e 1930, no segundo apresentar as participações dos Complexos Soja e Carnes na economia nacional entre 1995 e 2015, por fim, o último buscava comparar os elementos que determinam a proteção estatal nos períodos estudados.

Seguindo tais objetivos, o estudo mostrou que o Estado, em ambos os casos, interviu para que suas principais fontes de capital pudessem permanecer trazendo boas relações de troca para o país, resultando em lucros. Não significa que essa intervenção seja ruim, mas talvez que esse incentivo prevaleceu atendendo a determinado setor econômico mais densamente em relação a outros. Essa interação do governo com o setor de produção de *commodities* sinaliza evidente característica do Estado Nacional de defender o setor agroprodutivo. Acredita-se que esses atos puderam influenciar de alguma forma para que as conjunturas de produção de café, soja e carnes prosperassem ao longo do tempo.

A respeito disso, e lembrando a conceituação de crescimento, para que um país obtenha tal aumento há que se levar em conta as características relacionadas ao contexto histórico, o que se pode deduzir haver dependência na trajetória na forma de se fazer política econômica no Brasil.

Além disso, para que haja desenvolvimento é necessário que exista distribuição de renda compatível e que o crescimento seja livre de interferências da inflação, o que caracteriza o acontecido com o setor de carnes e soja após a implantação do Plano Real, pois o crescimento passou a ser bem elevado após

adotado a nova moeda. Outra forma de atuação do Estado no setor da economia pode se dar através de vários instrumentos, uma delas é a proteção que foi o principal objeto de análise da pesquisa e identificado por meio dela.

O Estado pode defender algum setor de várias maneiras, a mais usada na República Velha e nos dias atuais foram os subsídios diretos e indiretos, um deles foi pilar para o crescimento da produção cafeeira que se constituiu como o subsídio ao transporte de imigrantes europeus para vir trabalhar diretamente na lavoura cafeeira. No quesito econômico, o que mais se evidenciou nos dois casos foi o peso que a produção/comercialização dessas *commodities* tem para a balança comercial brasileira, tanto que no início do século passado (quando o Brasil era sinônimo de café mundial) e no período recente onde os dois complexos alavancaram suas produções, permitindo fortemente fazer parte da economia do País, sendo as principais âncoras agrícolas de sustentação da balança comercial brasileira.

Consoante às argumentações, foi evidenciado na análise, principalmente no primeiro caso, que desde o império, os sujeitos que administravam a coisa pública eram próximos ao Rei, se compondo como classe burguesa e latifundiária.

Esse aspecto serviu de molde e se perpetuou na construção da identidade do Brasil como nação. Sobre isso em torno de 1860, Furtado destacou que (2005, p.174) “o problema da imigração passou às mãos dos estados, sendo abordado de forma muito mais ampla pelo governo do Estado de São Paulo, vale dizer, pela própria classe dos fazendeiros de café”, ficando claro que os próprios produtores cafeeiros eram maioria na administração e interesses estatais. No novo milênio, é muito difícil encontrar produtores familiares de soja, pois o mesmo é composto por grandes patronatos latifundiários que possuem muita terra e melhor acesso às grandes vias comerciais.

No capítulo quatro (Análise dos Casos) a intenção unicamente foi avaliar o período de 1870 a 1930 de acordo com os pressupostos das Variáveis Independentes, o que vale ressaltar que outros fatores importantes de toda a cadeia do ciclo pode ter ficado de fora. O olhar da pesquisadora para buscar as informações se deu em torno do número limitado de variáveis estudadas, não se eximindo de compreender que outras variáveis não analisadas possam ter afetado o desempenho.

No primeiro caso, o acontecimento inicial foi caracterizado pelo fato do governo imperial subsidiar a vinda dos imigrantes para trabalharem na lavoura cafeeira, devido ao fato da escravidão ter sido vista de forma ultrapassada e extinta (Lei Aurea), bem como da expansão da produção. Por isso, a mão de obra tornou-se tão necessária, e a forma encontrada pelos cafeicultores em conjunto com o Estado se consistiu a essa. Fora isso, houve nesse mesmo período o que foi chamado de socialização das perdas, onde o governo em épocas de baixa biológica do café alterou o câmbio para que os prejuízos dos agroexportadores fossem amortizados, passando para sociedade (que importava outros bens de consumo) o pagamento disso. Esse mecanismo foi adotado desde 1860 a 1896, entretanto no findar do século XIX houve uma situação distinta da baixa biológica, uma crise dos importadores de café brasileiro, onde a queda dos preços de café foi brusca, o que diminui a circulação da moeda no país ocasionando um desequilíbrio nas contas brasileiras. Então, a medida de correção por alteração cambial tornou a se ocorrer, agora por forças adversas, antes por entressafra agora por uma crise no exterior.

Dessa forma, novamente, a população pagou pelo prejuízo que seria dos agroexportadores. Segundo Prado Júnior (2008, p.228) a partir desse momento “o comércio do café, que passará daí por diante a ser estreitamente controlado em função dos seus interesses”. Além disso, nesse findar de século ainda ocorreu outra situação, o chamado encilhamento, que trouxe expansão de crédito o que acarretou uma forte ampliação de atividade econômica no país que concedeu grandes auxílios a lavoura, na qual devido a isso os cafeicultores compraram novas terras para multiplicar a produção. Houve por meio desta febre industrial a criação de novos agentes bancários, entretanto tal acontecimento gerou desvalorização da moeda e inflação.

Contudo já na primeira década do novo século, ocorreram sucessivas crises que dificultaram a vida dos cafeicultores, porém nessa época foi visto com mais transparência a forma de incentivo e proteção do Estado. Uma delas bem conhecida é o Convênio de Taubaté, pois ocorreu simultaneamente uma crise nos EUA e a incidência superprodução cafeeira, onde os cafeicultores se viram sem saída, alguns até poderiam acabar falindo por efeito normal do curso de mercado, no entanto a solução se deu através desse acordo, onde a oferta e os estoques do café foram comprados pelo governo para que os cafeeiros não falissem, o malfazejo disso foi que a maioria do destino dos grãos comprados se destinou à incineração. Faoro

(2001. p.631) destacou que “a conexão entre o poder público, estadual e federal, e os banqueiros estrangeiros induz a crer que o plano de valorização opera em favor do setor externo da economia”.

Esse plano permaneceu por mais vinte e cinco anos devido à superprodução e infundáveis estoques, porém sofrendo alterações por três vezes, além de haver a criação de outrem até o findar da década de 1930, houve situações adversas que fizeram com que os planos não tivessem mais reação positiva para o setor e com a Depressão Mundial (1929) tais forças enfraqueceram.

Durante essa década foram criadas Organizações para que cuidassem dos interesses dos cafeicultores e do intercâmbio do produto com outros países compradores. Os acontecimentos mencionados permite uma visão ampla da atuação de incentivos diretos do Estado sobre essa commodity agrícola, o que corrobora aos primeiros objetivos específicos de destacar os fatores de êxito dessa produção bem como os mecanismos do Estado que favoreceram tal crescimento. Portanto acredita-se que o primeiro objetivo da pesquisa foi alcançado.

Ainda no mesmo capítulo da pesquisa, foi realizada a análise do segundo caso. Nessa avaliação foram encontradas situações que demonstraram uma maior aproximação do Estado para com os produtores e exportadores de soja e carnes. Em meados da última década do século passado, sabe-se que o País estava passando por sérios problemas políticos e econômicos, mas em 1995, com o Plano Real (sustentado pela âncora cambial) possibilitou avanços para a economia.

Entretanto, os agricultores e pecuaristas sofreram com essa valorização do Real (lembrando que o câmbio desvalorizado sempre é favorável aos exportadores) por vários motivos, entre eles, pela abertura econômica, ocasionando em uma crise do setor rural, pois os produtores passaram a ficar inadimplentes com relação aos créditos de investimento.

Diante de tal perspectiva, para remediar tal situação o governo criou uma Lei para cuidar dessa dívida, onde passou a renegociá-las, conhecida como vulga Securitização, posteriormente esse mecanismo sofreu alterações e até hoje há renegociações de dívidas com os produtores. Além disso, no ano de 1997, houve a criação de uma nova Lei que beneficiou a comercialização dos produtos agrícolas, a chamada Lei Kandir, onde tinha por intuito desonerar os impostos sobre ICMS de exportadores de produtos básicos e semimanufaturados, onde nesse bojo, os produtores de soja (principalmente) e carnes foram favorecidos. Além disso, dois

anos antes do findar do século, o BNDES publicou o desembolso para os dois setores, que em ambos os casos representaram um aumento significativo em comparado com o ano de 1990, na qual a maioria dos recursos foi direcionada a tecnologia agrícola, o que significa ganhos em produtividade. Mais adiante, em 2002 e 2005, o setor de grãos (que inclui a soja) cresceu cerca de seis vezes mais, sendo que o setor de carnes também cresceu, mas não tão significante quanto aos grãos.

Entrando no quesito de câmbio, viu-se que em 1999, houve a primeira desvalorização significativa após o Plano Real, o que posteriormente favoreceu diretamente o setor que estava em expansão, a Soja. Além disso, no ano de 2003 viu-se que foi criado um programa para assegurar os produtores de riscos climáticos e eventualidades que possam atingir suas produções, o chamado prêmio do Seguro Rural, que no ano de 2008 o valor assegurado - foi duplicado em relação ao ano anterior.

Fora isso, foram criados outros mecanismos de origem creditícia privada para financiamento, o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), O Warrant Agropecuário (WA), os certificados creditórios do agronegócio (CDCA), as letras de crédito do agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que tinham o intuito de desafogar o programa de crédito rural, trazendo aos produtores novas formas de obter financiamento pela rede privada.

No primeiro Plano Agrícola e Pecuário (PAP) analisado, o de 2006, viu-se que foi investido de forma direta ao setor da Soja, o valor de R\$ 1 bilhão.

Só essas manifestações destacam já uma década de análise desse caso e sobressai a forma como o governo conduziu seus incentivos e como se aproximou cada vez mais desse setor ao mesmo passo que os setores estavam em crescimento constante.

Ainda no ano de 2006, houve um acordo bilateral marcante com a Rússia, que proporcionou outros acordos até o ano de 2015, no qual fez da Rússia um dos principais parceiros comerciais com o Brasil principalmente com o setor de carnes. Nesse âmbito de acordos bilaterais, destacou-se outro país sócio, a China, hoje em dia essa nação é a principal compradora de Soja além de outros alimentos na pauta da exportação brasileira. Esses acordos podem ter influído para que os setores alavancassem suas exportações para com esses países, tornando-se a grande potência de *commodity* que são hoje. Vale destacar ainda a criação de Câmaras setoriais que aproximaram o Estado dos interesses de intermediários e produtores,

procurando uma equalização e resolução de problemáticas que envolvem os âmbitos.

Por fim, e não menos importante, encontra-se na análise dos PAPs de 2007/2008 até 2014/2015, dentre esse período o apoio do governo para os setores de commodities, que incluem soja e carnes, passou de R\$ 70 bilhões para R\$ 156,1 bilhões, em sete anos, o aumento percentual foi 223% o que traduz o aumento em programas de crescimento ao subsídio de custeio, investimento e comercialização. Diante dessas premissas há veemente o crescimento dos setores e que sobremaneira o Estado participou por meio de incentivos para que os setores exportadores crescessem, podendo dizer que os objetivos específicos da pesquisa de apresentar a participação dos complexos soja e carnes na economia nacional foram atingidos.

O último objetivo específico do estudo diz respeito a *comparar os elementos que determinaram a proteção estatal nos períodos correspondentes do ciclo cafeeiro e dos complexos de soja e carnes*, o que foi exposto na análise de resultados. Tal análise comparou a manifestação da pesquisadora sobre a intensidade da presença de proteção com o aumento percentual do PIB dos setores no início e no fim dos períodos. Todavia como o caso do café envolve 50 anos e o caso de carnes em torno de 20 anos, talvez as diferenças de tempo causassem respostas que não fossem válidas, a fim de evitar isso a análise do PIB do primeiro Caso iniciou-se em 1900.

Os resultados mostraram que o setor cafeeiro teve um aumento percentual de 177,55% em comparação com Soja e Carnes que respectivamente tiveram aumento de 271,55% e 197,55%. Embora os anos de comparação tenham sido diferentes um envolveu 28 anos e outro 20 anos, o Café apresentou bom resultado mesmo passando por inúmeras crises durante o período, o que pode ser associado Planos de Valorização, indicando a presença de incentivos governamentais em relação com o crescimento econômico do setor. Os resultados dos complexos da atualidade cresceram absurdamente em menos de 20 anos, também passando por dificuldades como o caso da carne com indecência de “vaca louca” e outras restrições de acessos a mercados com países, além da crise financeira de 2008. O que comprova que o valor o GCP que nos dois casos ficou acima de 80%, está associado a correta manifestação da autora sobre as variáveis independentes. Pode-se dizer que a variável 1 (instrumentos econômicos de favorecimento direto) pode ter sido a mais

influenciadora para o crescimento da produção cafeeira da República Velha, bem como a variável 3 (políticas macroeconômicas) possa ter sido a estimuladora para o crescimento dos dois principais complexos desse milênio. Essas evidências revelam a potência que essas conjunturas foi e são para o Brasil, principalmente para o abastecimento interno e exportação, confirmando as características do agronegócio (apresentadas no referencial teórico) de sustentar os superávits da balança comercial brasileira. No que tange as políticas adotadas de proteção entre as duas épocas, pode-se dizer que há certa correlação, visto que houve evolução, mudanças, na forma de apoiar, porém admite-se que foi modificada e até pode-se dizer que hoje esteja mascarada, porém a essência ainda continua a mesma, acredita-se que atualmente os setores do agronegócio que dão mais rentabilidade sejam favorecidos diretamente e na maioria das vezes indiretamente englobando todo o setor dessa temática. Isso talvez explique o porquê dos latifundiários permanecerem sempre no poder defendendo os interesses do setor e a correlação com a eficácia que o agronegócio ainda tem no país.

À luz do exposto, acredita-se que os objetivos da pesquisa, tanto geral como específicos, tenham sido alcançados.

No que tange a proposição da pesquisa, se afirma que o Estado protege o agronegócio, devido o mesmo ser influenciador à política nacional por ser responsável de gerar grandes lucros para o país, o que foi evidenciado nos recortes de Faoro sobre os dominantes do poder e administradores da coisa pública no início da análise do Caso 1.

Em primeiro lugar, pode-se inferir que no primeiro caso a proteção do Estado para com o agronegócio era declarada, entretanto já no segundo caso existiram sim medidas confirmadas de proteção a produção e comercialização, porém se torna grosseiro afirmar que de fato houve a presença de tal fator, pode-se dizer que houve proteção direcionado ao agronegócio como um todo, e em relação às duas *commodities* acredita-se que houve uma maior aproximação do Estado e as políticas adotadas para todo o setor influenciaram sim esses dois setores, podendo ser encarados como incentivos para a produção.

Viu-se que há grandes empecilhos a serem derrubados e grandes oportunidades de crescimento desses mercados, principalmente em relação de intercâmbio com outros países que porventura não foram alcançados, devido a barreiras não tarifárias e até proteção interno desses países. Para a pesquisadora a

maior importância desse estudo é a possibilidade de enxergar que o país foi construído sob ótica agroextrativista e que o apoio governamental sobre esses setores existem, o que faz comprovar a importância destes para a economia brasileira. Quiçá se não fosse o agronegócio durante todo o contexto histórico poder-se-ia dizer que hoje poderíamos até não ser um país, ou um território bem menor ou até ser um país bem mais subdesenvolvido. A força que esse setor representa é intensa, crê-se que para essas *commodities* não se desmoronem, é preciso muito mais que medidas de proteção.

Diante disso, apresentam-se propostas para posteriores estudos que envolvam esse tema. Seria possível auferir semelhante análise para outras culturas, tais como o açúcar ou o cacau?

Consoante a isso, cabe destacar as barreiras que limitaram o campo de estudo dessa pesquisa, como o tempo para realizar uma proposta de estudo ousada, bem como o acesso a materiais, além do número de variáveis independentes da pesquisa que poderiam ter alcançado outros pontos. Portanto a proposta é indicada aos pesquisadores que porventura tenham um dispêndio maior de tempo, com o intuito de proporcionar uma pesquisa que responda aos ensejos do novo agronegócio, que possam adequar respostas a melhores condições de crescimento, além de permitir encontrar uma saída – quem sabe - para independência econômica da balança comercial, para que a economia não dependa somente desse setor.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Barreiras não tarifárias. 2015. Disponível em:

<<http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Barreiras-Tarif%C3%A1rias-e-n%C3%A3o-tarif%C3%A1rias>> . Acesso em 08 out.2015.

ALEM, A. C. D. ; **Macroeconomia:** Teoria e Prática no Brasil. 1. ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2010. 500p.

AMAZONAS, L. – **Conjuntura de Soja-** CONAB/ MAPA. 2013. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Soja/20RO/Apresentacao_Conjuntura_soja.pdf. > Acesso em: 3 jun.2016.

BAER, W. **A Economia Brasileira.** 3.ed.rev.ampl. e atual. São Paulo: Nobel, 2009.

BARROS, G.S.C. Política Agrícola no Brasil: Subsídios e Investimentos. In: _____. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas** / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro - Brasília: Ipea, 2010 cap. 9, p.237-258.

BAPTISTA, J.A. Restrições Voluntárias às Exportações: o caso da Comissão Bilateral de Monitoramento de Comércio entre Brasil e Argentina. **Boletim**

Meridiano 47, Brasília, nº 62, p. 13-14, set.2005. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2595>>. Acesso em 08. Out. 2015.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Informe Setorial da Área Industrial.** Biblioteca Digital. n.20, abr. p.1-5. 2011.

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1878/1/InformeSetorial-AI_n.20%2c%20abr.2011_final.pdf>. Acesso em 18 de mai.2016

_____. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Informe Setorial da Área Industrial.** Biblioteca Digital. n.23, mar. p.1-5. 2012.

www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/Informe_23.pdf Acesso em: 20 de mai.2016

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio**

comercial do agronegócio: principais mercados de destino. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio**

comercial do agronegócio: principais mercados de destino. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e**

Agropecuário 2006/2007. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/pap%202006%202007.pdf>. Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Agropecuário 2007/2008**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/pap%202007%20202008.pdf>. Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Agropecuário 2008/2009**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/pap%202008%202009.pdf>. Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Agropecuário 2009/2010**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/plano%20agricolola%202009%202010.pdf>. Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Agropecuário 2010/2011**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/MAIS%20DESTAQUES/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio%202010-2011.pdf>. Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Agropecuário 2011/2012**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio/Plano_agricola_e_pecuario2011-12.pdf>. Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Agropecuário 2012/2013**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Politica_Agricola/Plano%20Agr%C3%ADcola%202012_2013/PAP2012-2013_livroWEB%20-%20Atualizado.pdf>. Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Agropecuário 2013/2014**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acs/PAP20132014-web.pdf> Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Agropecuário 2014/2015**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PAP%202014-2015.pdf> Acesso em: 15 abri.2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Crédito Rural – Aplicação dos recursos para investimento - Ano safra - Desembolsos 1998/2014**. <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>> Acesso em: 10 maio, 2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Programa de subvenção ao Prêmio do Seguro Rural –Comparativo 2007 e 2008 –Resultado Brasil por produto.** <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>> Acesso em: 10 maio, 2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial mensal: janeiro-outubro 2015.** 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em 23 nov.2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira Janeiro-Outubro 2012.** Secretaria do Comércio Exterior. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. LV Curso de Altos Estudos. **As Barreiras sanitárias à carne bovina brasileira.** 222 p. jan.2010.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Carta da Missão do Brasil em Genebra. **Informativo sobre a OMC e a Rodada de Doha.** 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/OrganizacaoMundialComercio/CartadeGenebra_09.pdf> Acesso em: 1. Jul. 2016

_____.Ministério das Relações Exteriores. Sistema Consular Integrado-Sistema de Atos Internacionais. Atos Bilaterais. **Declaração Conjunta - IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, 2006.** Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br> . Acesso em: 2 maio 2016.

_____.Ministério das Relações Exteriores. Sistema Consular Integrado-Sistema de Atos Internacionais. Atos Bilaterais. **Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o presidente do Brasil e da Rússia,2004.** Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br>> . Acesso em: 2 maio 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Sistema Consular Integrado-Sistema de Atos Internacionais. Atos Bilaterais. **Declaração Conjunta - VI Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, 2013.** Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br>> . Acesso em: 2 maio 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Sistema Consular Integrado-Sistema de Atos Internacionais. Atos Bilaterais. **Plano de ação para a Cooperação Econômica e Comercial BRASIL-RÚSSIA, 2014-2015.** Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br>> . Acesso em: 3 maio 2016.

_____.Ministério das Relações Exteriores. Sistema Consular Integrado-Sistema de Atos Internacionais. Atos Bilaterais. **Plano de ação conjunta - PAC – Brasil China, 2010-2014.** Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br>> . Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Sistema Consular Integrado-Sistema de Atos Internacionais. Atos Bilaterais. **Plano decenal de cooperação – Brasil China, 2012-2021.** Disponível em:< <http://dai-mre.serpro.gov.br>> . Acesso em: 5 maio 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>> . Acesso em 15 out. 2015.

BRISOLA, M. V. **Upgrading industrial na Argentina e no Brasil**: uma análise histórica e comparada da relação entre o Estado e as associações empresariais industriais. 2013. 424 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília.

BRUNHEROTTO, A., LIMA, L., GALDINO., T. **Protecionismo x Liberalismo**. 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academic_s_3204_20100718144346324e.pdf> . Acesso em: 05 out.2015.

CONCEIÇÃO, O.A.C. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Revista Economia e Sociedade**, vol.17, nº 1 (32), pp.85-106. 2008.

_____. A economia brasileira e a política econômica em 2005: a renúncia ao crescimento em prol das metas de inflação. **Revista Ensaios FEE**, v. 33, n. 4, p. 23-30, mar. 2006

_____. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Revista Ensaios FEE**, vol.23, nº Especial, 1º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS-FEE, pp.603-620, 2002.

COSTA, C. K. F.; MAIA, S. F.; SAMPAIO, L. M. B. Exportações brasileiras de suco de laranja e subsídios americanos: uma análise empírica de estratégias comerciais (1991-2006). **Rev. Econ. Sociol. Rural [online]**. 2012, vol.50, n.1, p. 83-106. ISSN 0103-2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n1/a05v50n1.pdf> . Acesso em: 06 out. 2015.

COSTA, P. Agronegócio segura a balança comercial – outra vez. **Revista Exame**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/bioagroenergia/2015/06/09/agronegocio-segura-a-balanca-comercial-outra-vez/>>. Acesso em: 24 nov.2015.

DAVIS, J. H.; GOLDEBERG, R. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Havard University, 1957.

DEMIURGO. In: **DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa**. 2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/demiurgo>> . Acesso em: 07 out. 2015.

De PAULA, S.R. FAVERET FILHO, P. **O panorama do complexo soja**. In:_____. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.8, p. 119-152, set. 1998. Disponível em: <www.bndes.gov.br/bibliotecadigital> Acesso em: 14 abr.2016.

_____. **Cadeia da Carne Bovina: O Novo Ambiente Competitivo.** In: _____. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.6, p. 97-116, set. 1997. Disponível em: <www.bndes.gov.br/bibliotecadigital> Acesso em: 14 abr.2016.

De PAULA, S.R., LIMA, E.T., FAVERET FILHO, P. **O Papel do BNDES no Financiamento ao investimento Agropecuário.** BNDES Setorial. Rio de Janeiro. n. 12. p. 77-92, set 2000. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1292>>. Acesso em: 7, maio, 2016.

DIAS, G. L. S. A dificuldade de mudar: o caso da política agrícola no Brasil. In _____. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas** / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro - Brasília : Ipea, 2010 cap. 10, p.259-274.

DIAS, O.C. Análise Qualitativa Comparativa (QCA) Usando Conjuntos Fuzzy - **Uma Abordagem Inovadora Para Estudos Organizacionais no Brasil.** XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, p. 1-17, Set.2011.
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **A soja no Brasil: história e estatística.** Londrina: EMBRAPA-CNPSo. 1987.

EVANS, P. Estado, reformas e desenvolvimento: o estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.28-29, p. 124-165, abr. 1993.

EVANS, P.B. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial.** In: _____. Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. Cap.1, p. 27-48.

FACHINETTO, J.D.; BRISOLA, M.V. Evolução dos estudos sobre a produção de bovinos de corte e o impacto ambiental decorrente desta atividade na região central do Brasil. In: **Anais... IX JORNADAS INTERDICIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES ARGENTINOS Y LATINOAMERICANOS**, 2015, Argentina.

FAORO, R. Os donos do poder: **formação do patronato político brasileiro.** Editora Globo, 3ª edição revista, 2001.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, ed. 32, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTUOSO, M. C. O., GUILHOTO, J. J. M. Estimativa e Mensuração do Produto Interno Bruto do Agronegócio da Economia Brasileira: 1994 a 2000. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, n. 4, p. 803-827, 2003.

FUSCALDI, K. C., OLIVEIRA, A. C. G. **Crescimento da agricultura brasileira Período: 1996 a 2004.** *Revista de Política Agrícola*-MAPA. Brasília, v. 15, n.3, p.19.32,Jul./Ago./Set.2005. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista%203%2005.pdf>. Acesso em: 16 abri.2016.

GASQUES, F. et al. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004. (IPEA, Texto para discussão nº 1009).

GREGO, I.U. A regulação internacional na concessão de subsídios ao setor agrícola e a jurisprudência da OMC. **Revista Âmbito Jurídico**. Páginas de Direito, v. 168, p. Eletrônico, 2013. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13312&revista_caderno=16>. Acesso em 22 nov.2015.

GUIMARAES, S. P. **Nação, nacionalismo, Estado**. Estud. av. [online]. 2008, vol.22, n.62, p. 145-159. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>>. Acesso em: 04 out.2015.

GONZÁLEZ, Maria Gabriela. **Linha do Tempo da Agricultura Brasileira**. Representação do IICA/Brasil. [2007?]. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Noticias/IICAdivulgaDocumentosRefletemAgriculturaBrasil_Linha_Tempo_Portugues.pdf> Acesso em: 25 abri. 2016

IANNI, O. Getulismo e Política de Massas. In: _____. **Colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro. Civilizacao Brasileira, 1968. Cap. 5, p. 53-67.

JANK. M.S. **Negociações do protecionismo agrícola** - faltam estratégias de longo prazo ao Brasil: entrevista com Marcos Sawaya Jank. Beef Point. 2001. Disponível em: <<file:///E:/tcc%201%20-%2029%20out/JANK%20-%20Protecionismo%20ag%C3%ADcola...%202001.htm>> Acesso em: 1 nov.2015.

LOURENÇO, J. C.; LIMA, C. E. B. Evolução do Agronegócio Brasileiro, Desafios e Perspectivas. Observatório de la Economía Latinoamericana. **Revista académica de economia**. Número 118, 2009.

MEDEIROS, J. X. ; BRISOLA, M. V. **Gestão e Organização no Agronegócio da Ovinocaprinocultura**. Santa Clara. 2009. 219p.

MENDES, A.A. **Panorama da Avicultura Nacional e Perspectivas do setor**. ABPA, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/PNSA/Reuni%C3%A3o%20PNSA_%20_Sanidade%20Av%C3%ADcola-Fortaleza%20Nacional_/2%20Dr_%20Ariel%20-%20Panorama%20da%20avicultura%20nacional%20e%20perspectivas%20para%20o%20setor.pdf> Acesso em: 3 jun.2016.

MIRANDA, S.H.G; CUNHA FILHO, J.H; BURNQUIST, H.L; BARROS, G.S.A.C. **Normas Sanitárias e Fitossanitárias: proteção ou protecionismo**. Informações Econômicas, SP, v.34, n. 32, fev. 2004. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec3-0204.pdf>> Acesso em: 02 de jul. 2016

MONTOYA et al. **Dimensão econômica e ambiental do agronegócio brasileiro da década de 2000**: uma análise insumo-produto da renda, do consumo e energia e das emissões de dióxido de carbono (CO2) por fonte de energia. Texto para discussão FEAC/UPF, nº 02/2014. Disponível em:

<http://www.upf.br/cepeac/images/stories/texto_discussao_02_2014.pdf>. Acesso em: 23 nov.2015.

OLIVEIRA, J. A. **O que significa Agronegócios?**. Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos. Julho de 2010. Disponível em:
< <http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php>> Acesso em: 22 out.2015.

POSTIGO, I. Agronegócio não é assunto setorial, é estrategicamente nacional. **Revista AGRO em foco**. São Paulo. N° 02, p. 7-10. Abril e Maio de 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PROTEÇÃO. In: **DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa**, 2008-2013. Disponível em: < <https://www.priberam.pt/DLPO/PROTE%C3%87%C3%83O>> Acesso em: 01 jul.2016.

SÁ-SILVA, R.J.; ALMEIDA, D.C; GUINDANI, F.J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em:
<http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf>. Acesso em: 16 nov.2015.

SILVEIRA, D.T.; CORDOVA, F.P. A pesquisa Científica. In: GERHARDT, E.T,;; SILVEIRA, D.T (Org) **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 31-41. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 16 nov.2015.

SONAGLIO, M. C., ZAMBERLAM, C. O. e BENDER FILHO, R. **Variações cambiais e os efeitos sobre exportações brasileiras de soja e carnes**. *Revista de Política Agrícola*-MAPA. Brasília, v. 20, n. 1, p. 5-23, jan./mar. 2011. Disponível em: < <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/50/39>> Acesso em: 27 abri. 2016.

VERSIANI, F. R. **O Economista como Historiador**. Ciência Hoje , Rio de Janeiro, v. 10, n.60, p. 51-53, 1988. Disponível em:
<<http://www.angelfire.com/ky2/mueller/ECH.htm>>. Acesso em: 07 set. 2015.

VERSIANI, F. R. ; RODRIGUES, P. C. **Balanço de Pagamentos** (Texto didático). Universidade de Brasília. 2009.

VICHINKESKI, A.T. Los orígenes filosóficos de la noción de soberanía nacional en el contractualismo político de Thomas Hobbes, John Locke y Jean-Jacques Rousseau. **Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso**, Valparaíso, p.801 a 819. 2° semestre de 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-68512014000200023&lang=pt> Acesso em: 14 nov.2015.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Understanding the WTO Agreement on Sanitary and Phytosanitary Measures.** Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/sps_e/spsund_e.htm> Acesso em: 02 jul. 2016.